



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO NAS ORGANIZAÇÕES
APRENDENTES

RAIMUNDO SILVEIRA FILHO

O SISTEMA EM CRISE OU CRISE DO SISTEMA?
repercussões para os negócios imobiliários por seus próprios atores

JOÃO PESSOA
2017

RAIMUNDO SILVEIRA FILHO

O SISTEMA EM CRISE OU CRISE DO SISTEMA?
repercussões para os negócios imobiliários por seus próprios atores

Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação em Gestão nas Organizações Aprendentes da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), linha de pesquisa: *Gestão de Projetos Educativos e Tecnologias Emergentes*, para fins de qualificação, requisito institucional para a obtenção do Título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. José Washington de Moraes Medeiros.

JOÃO PESSOA
2017

S587s Silveira Filho, Raimundo.
 O sistema em crise ou crise do sistema?: repercussões para
 os negócios imobiliários por seus próprios atores / Raimundo
 Silveira Filho. - João Pessoa, 2017.
 179 f. : il. -

 Orientador: José Washington de Moraes Medeiros.
 Dissertação (Mestrado) - UFPB/ MPGOA

 1. Capitalismo. 2. Crise. 3. Negócios imobiliários.
 4. Estado. 5. Economia. I. Título.

UFPB/BC

CDU: 330.342.14(043)

RAIMUNDO SILVEIRA FILHO

O SISTEMA EM CRISE OU CRISE DO SISTEMA?
repercussões para os negócios imobiliários por seus próprios atores

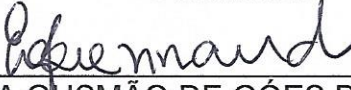
Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação em Gestão nas Organizações Aprendentes da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), linha de pesquisa: *Gestão de Projetos Educativos e Tecnologias Emergentes*, para fins de qualificação, requisito institucional para a obtenção do Título de Mestre.

Aprovada em 07/ 02/ 2017.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. JOSÉ WASHINGTON DE MORAIS MEDEIROS – IFPB
Orientador



Prof^a. Dra. EDNA GUSMÃO DE GÓES BRENNAND – UFPB/CE
Membro Interno



Prof. Dra. SIMONE BASTOS PAIVA – UFPB/CCSA
Membro Externo

Prof. Dr. GUILHERME ATAÍDE DIAS – UFPB/CCSA
Membro Interno (Suplente)

Prof. Dr^a. ADREZZA MARIA BATISTA DO NASCIMENTO – IFRN
Membro Externo (Suplente)

AGRADECIMENTOS

Depois de dois anos envolvido com o mestrado, muitas coisas aconteceram e muitos sentimentos surgiram, um deles que posso destacar é a de gratidão.

Agradecer a Deus, por manter-me no caminho com foco e fé, nos momentos que acreditava ser impossível levar adiante. Obrigado Deus, sem o senhor, nada sou.

Agradecer a minha esposa Maria da Conceição de Almeida que me ajudou a realizar este sonho, e entendeu toda minha ausência, sem você nada seria possível, obrigado por seu amor e companheirismo.

Agradecer aos meus irmãos por entenderem a minha ausência nos nossos encontros, por todo carinho e força que sempre tive de todos. Em especial agradecer a minha mãe Terezinha de Jesus: um pedaço do céu que Deus transformou em mulher.

Agradecer ao meu Professor/Orientador José Washington de Moraes por seus direcionamentos, palavras de apoio e incentivo que me conduziram a esta conclusão.

Agradecer a todos os professores do mestrado pelos ensinamentos e ao grande colega Miro pelo apoio técnico, junto à coordenação do MPGOA.

Agradecer aos colegas Jucimar Andrade e Pablo Bandeira, companheiros de orientação técnica, sem os quais esta obra ficaria incompleta.

Agradecer aos estudantes do curso superior em Negócios Imobiliários que responderam a minha pesquisa, sem vocês, com certeza a dissertação não seria possível de ser realizada. Como as fontes são sigilosas. Cabe aqui somente o meu muito obrigado.

RESUMO

A crise que abalou o capitalismo nos últimos dez anos ainda não foi totalmente superada; pelo contrário, assumiu múltiplas dimensões, da ética à política, da segurança pública aos blocos econômicos etc. Nesse sentido, esta investigação tem por objetivo analisar a concepção de crise no contexto dos negócios imobiliários, partindo do seguinte problema: como a concepção de crise emerge e se estrutura no contexto dos negócios a partir da percepção de estudantes (gestores potenciais) do mercado de imóveis, em João Pessoa-PB? Em termos metodológicos, foi realizada uma pesquisa de campo, fundamentada na abordagem qualitativa, distinguindo-se como pesquisa descritiva e com procedimentos bibliográficos. Para o alcance dos objetivos foi aplicado como instrumento de coleta de dados uma entrevista semiestruturada individualizada, cujo universo diz respeito aos gestores potenciais – Estudantes do curso Superior de Tecnologia em negócios imobiliários do Campus João Pessoa (IFPB) – que também se inserem no contexto dos negócios imobiliários desta capital (João pessoa-PB). A amostra obedeceu ao critério da intencionalidade e é composta por 05 (cinco) estudantes. Na fase de análise e tratamento dos dados, foi empregada a análise de conteúdo. Os resultados apontam que, como força objetiva, a crise também permite abrir espaços que engendram investimentos em infraestrutura e servem para alavancar oportunidades no campo dos negócios imobiliários, tais elementos caracterizam-se como molas propulsoras do capitalismo contemporâneo. A dimensão da crise, sob o aspecto econômico, se revela intensamente com as mudanças nas taxas de juros e na atual política fiscal; no campo político, com o embate ideológico/partidário entre investimentos imobiliários para o setor público que se contrapõem ao privado; e, do lado sociocultural, a crise expõe-se com a falta de motivação das pessoas em responder positivamente às decisões políticas sobre o déficit habitacional. Quanto às dissonâncias e oportunidades diante da crise, a primeira repousa sobre as inseguranças dos investidores imobiliários que são motivadas pela crise político-econômica, e a segunda consolida-se com o aparecimento de novos formatos de empreendimentos e novas escolhas dos consumidores. Chegou-se a conclusão de que, na tentativa de fugir das crises, investir em negócios imobiliários passa a ser campo gravitacional das economias capitalistas. Sendo assim, os governos deslocam políticas expansionistas (redução de juros, expansão do crédito, entre outras.) para outros setores, com isso surgem novos colapsos. Logo a crise não é superada, mas sim, contornada.

Palavras-Chave: Crise. Capitalismo. Negócios imobiliários. Estado. Economia.

ABSTRACT

The crisis that has shaken capitalism in the last ten years has not yet been completely overcome; On the contrary, assumed multiple dimensions, from ethics to politics, from public security to economic blocks, etc. In this sense, this research aims to analyze the crisis conception in the context of real estate business, starting from the following problem: how the concept of crisis emerges and is structured in the context of the business from the conception / perception of students (potential managers) of the Real estate market, in João Pessoa-PB? In methodological terms, a field research was carried out, based on the qualitative approach, distinguishing itself as a descriptive research and with bibliographic procedures. In order to reach the objectives, an individualized semi-structured interview was applied as an instrument of data collection, whose universe concerns the potential managers - Students of the Higher Technology course in real estate business of the Campus João Pessoa (IFPB) - which also fall within the context of Real estate business in this capital (João Pessoa-PB). The sample obeyed the criterion of intentionality and is composed of 05 (five) students. In the data analysis and treatment phase, content analysis was employed. The results show that, as an objective force, the crisis also opens spaces that engender investments in infrastructure and serve to leverage opportunities in the real estate business, such elements are characterized as propulsive springs of contemporary capitalism. The economic dimension of the crisis reveals itself intensely with changes in interest rates and current fiscal policy; In the political field, with the ideological / partisan clash between real estate investments for the public sector that oppose the private sector; And, on the sociocultural side, the crisis is exposed by the lack of motivation of the people to respond positively to the political decisions on the housing deficit. As for dissonance and opportunities in the face of the crisis, the first is about the insecurities of real estate investors motivated by the political-economic crisis, and the second is consolidated with the emergence of new forms of entrepreneurship and new choices of consumers. The conclusion was reached that, in an attempt to escape crises, investing in real estate deals becomes the gravitational field of capitalist economies. Thus, governments move expansionary policies (interest reduction, credit expansion, etc.) to other sectors, with which new collapses arise. Soon the crisis is not overcome, but yes, circumvented.

Keywords: Crisis. Capitalism. Real state business. State. Economy.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: Descritor - Crise no capitalismo e negócios imobiliários.....	22
TABELA 2: Descritor - Crise econômico-política e seus impactos no mercado	23
TABELA 3: Descritor - A crise imobiliária no Brasil	23
TABELA 4: Descritor - O imobiliário como saída da crise econômica	23
TABELA 5: Quantidade de Alunos Matriculados e Concluintes/Egressos/Formados ...	31
TABELA 6: Quantidade de Alunos Matriculados e Concluintes/Egressos/Formados ...	32

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: Distribuição dos Campi no Estado da Paraíba	29
FIGURA 2: Mapa conceitual.....	37

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: Código dos entrevistados	27
QUADRO 2: Relação entre Categorias, Subcategorias e o Roteiro da entrevista	35
QUADRO 3 : Subsistemas, Estruturas normativas e Categorias de substrato	76
QUADRO 4: Formações sociais e tipos de crises.....	78
QUADRO 5: Possíveis tendências de crise	80
QUADRO 6: Declarações dos sujeitos da pesquisa EGP2, EGP3 e EGP5.....	133
QUADRO 7: Declarações dos sujeitos da pesquisa EGP1, EGP5	150
QUADRO 8: Declarações dos sujeitos da pesquisa EGP2, EGP3 e EGP4.....	152
QUADRO 9: Declarações dos sujeitos da pesquisa EGP2 e EGP5	153
QUADRO 10: Declarações dos sujeitos da pesquisa EGP1, EGP2, EGP3, EGP4 e EGP5.....	156

LISA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1: Faixa etária dos respondentes	126
GRÁFICO 2 : estado civil dos respondentes.....	127
GRÁFICO 3 : Escolaridade dos respondentes.....	127
GRÁFICO 4 : Cargo/Atividade dos respondentes	128
GRÁFICO 5 : Tempo de profissão dos respondentes	129
GRÁFICO 6 : Regime de trabalho dos respondentes	129
GRÁFICO 7 : Profissão dos respondentes, anteriormente à atual.....	130
GRÁFICO 8 : Forma de ingresso no mercado imobiliário	130

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABECIP	Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CSTNI	Curso Superior de Tecnologia em Negócios Imobiliários
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior
COPOM	Comitê de Política Monetária
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FED	Banco Central dos Estados Unidos
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FIESP	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
IFPB	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MPGOA	Mestrado Profissional em Gestão das Organizações Aprendentes
NEEP	Núcleo de Extensão de Educação Profissional
NACE	Núcleo de Artes, Cultura e Eventos
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PIB	Produto Interno Bruto
PNB	Produto Nacional Bruto
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PPI	Programa Piloto de Investimentos
PMCMV	Programa Minha Casa Minha Vida
PSI	Programa de Sustentação de Investimentos
PROER	Programa de Estímulo à Reestruturação Financeira Nacional
SINDUSCON	Sindicato da Indústria da Construção Civil
UAG	Unidade Acadêmica de Gestão e Negócios

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA	14
1.2 DEFINIÇÃO DO PROBLEMA	15
1.3 OBJETIVOS	16
1.3.1 Objetivo Geral	16
1.3.2 Objetivos Específicos	16
1.4 JUSTIFICATIVA	16
2 PERCURSO METODOLÓGICO	19
2.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	19
2.2 UNIVERSO, AMOSTRA E SUJEITOS DA PESQUISA	25
2.3 LÓCUS DA AMOSTRA	28
2.4 INSTRUMENTOS E COLETA DE DADOS	33
2.5 ANÁLISE E COLETA DE DADOS	38
3 A CRISE DOS SISTEMAS SOCIAIS NO CAPITALISMO TARDIO: CICLOS DE VERDADES E INTERESSES	41
3.1 CARACTERÍSTICAS E EVOLUÇÃO DO CAPITALISMO	42
3.2 CAPITALISMO PÓS DÉCADAS DE 1970 E 1980	46
3.2.1 O Brasil no contexto do capitalismo financeiro	52
3.3 CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO E GLOBALIZAÇÃO	56
3.3.1 Teorias da globalização	59
3.3.2 Integração brasileira no capitalismo contemporâneo	72
3.4 O CAPITALISMO E A PERSPECTIVA CIENTIFICO-SOCIAL SOBRE CRISE	73
3.5 ELEMENTOS E PRINCÍPIOS SOCIAIS DE ORGANIZAÇÃO	76
3.6 TENDÊNCIAS DE CRISE NO CAPITALISMO AVANÇADO	79
3.6.1 Tendência à crise econômica	81
3.6.2 Tendência à crise política	83
3.6.3 Tendência à crise sociocultural	86
3.7 O MUNDO SISTÊMICO E AS CRISES NO MUNDO VIVIDO	88
3.7.1 Mundo vivido e sistema	89
3.7.2 Mudanças que desencadeiam patologias da modernidade	94
4 NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS E A CRISE ESTRUTURAL DO CAPITALISMO	103
4.1 A RACIONALIDADE INSTRUMENTAL COMO NATUREZA DO MERCADO	104
4.2 O SENTIDO DE NEGÓCIOS NO CONTEXTO DOS MERCADOS	109
4.2.1 Negócios imobiliários como reserva de mercado e capital	114
4.3 O “BOOM” IMOBILIÁRIO E OS REFLEXOS DA CRISE MUNDIAL	117
4.4 A CRISE ECONÔMICO-POLÍTICA E SEUS IMPACTOS NO MERCADO IMOBILIÁRIO DO BRASIL	120
4.5 POLÍTICAS PÚBLICAS COMO MEDIDAS PARA CONTER A CRISE NO BRASIL	122
5 A CONCEPÇÃO DE CRISE NO CONTEXTO DOS NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS EM JOÃO PESSOA-PB	125
5.1 PERFIL DOS PARTICIPANTES DA PESQUISA	125
5.2 O CONCEITO DE CRISE COMO FORÇA OBJETIVA OU CONTRADIÇÃO DO SISTEMA SOCIAL	131
5.3 A PERCEPÇÃO DOS ESTUDANTES DE NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS SOBRE CRISE DURANTE O PROCESSO FORMATIVO	139

5.4 A PERCEPÇÃO DOS ALUNOS/GESTORES POTENCIAIS SOBRE AS DISSONÂNCIAS E OPORTUNIDADES DA CRISE PARA O MERCADO DE IMÓVEIS	149
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	164
REFERÊNCIAS	167
ANEXOS	173
APÊNDICE	179

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas do século XX, uma onda de otimismo perpassou as maiores economias de mundo. Período em que muitos teóricos, a exemplo de Francis Fukuyama e Daniel Bell, advogaram que o capitalismo, enquanto processo acumulativo de riqueza chegara a sua fase áurea. Crença que se alimenta da queda do comunismo, do fenômeno da internacionalização dos meios de produção e das últimas revoluções no âmbito das comunicações e da informática. Esse percurso “apoteótico” do capitalismo é apresentado por Zolo (2010, p. 32) ao afirmar que “em 2000 o produto interno bruto do planeta era de 42.000 bilhões de dólares, isto é, sete vezes mais que em 1950 e isso comportou um rápido aumento da renda individual em uma parte considerável da população mundial”. O mesmo autor também considera que as condições de vida de milhões de pessoas melhoraram. Ou seja, suas vidas são mais longas e mais saudáveis, a taxa de mortalidade infantil se amenizou, o número de pessoas desnutridas diminuiu e houve um importante aumento percentual na alfabetização de adultos.

Contrário ao que foi citado acima, Carvalho (2016) vê, nestes últimos 16 anos, uma crise econômica com proporção global. Fato que, Segundo o autor, é marcado pela crise financeira norte-americana (2008) e pelo desequilíbrio fiscal como marca da desaceleração econômica na Europa entre 2005 e 2011. Ao lado destes acontecimentos, os distúrbios também se agravam com a dispersão dos povos que, vitimados pela fome e pela guerra que se assenta em confrontos de ideologias religiosas, abandonam seus países de origem à procura de abrigo em outras regiões (CARVALHO, 2016). Para este autor, o medo da desintegração cultural, somado a fatores econômicos e a uma onda de atentados terroristas, desencadearam novas arquiteturas econômico-políticas, como as que foram postas com o Brexit (a saída do Reino Unido da União Europeia) e as vitoriosas propostas isolacionistas de Donald Trump na última eleição presidencial nos Estados Unidos. Nesse sentido, o renascimento de nacionalismos nesses países passa a ser fenômeno contraditório ao próprio processo de globalização, que supõe uma supranacionalidade, um espaço muito mais aberto para a circulação do capital (CARVALHO, 2016).

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA

No Brasil, embora distante dos movimentos migratórios e dos atentados terroristas, a preocupação foi direcionada para os efeitos da crise financeira que teve na implosão da bolha especulativa imobiliária americana, ano de 2008, uma realidade capaz afetar as outras economias do planeta. Sendo assim, O Banco Central utilizou várias medidas macroeconômicas anticíclicas¹ para que não se reproduzisse aqui os impactos ocorridos nos países europeus. Uma saída era adotar uma política monetária capaz de fazer chegar a redução dos juros ao público consumidor e assim incentivar o crescimento da economia via consumo (AMEIDA, 2012).

Para Almeida (2012), além das baixas taxas de juros, o governo fez uso da política fiscal com a redução de impostos indiretos em alguns setores da economia, e também estimulou o acesso ao crédito imobiliário. Foi justamente através de medidas anticíclicas que a economia brasileira começou a dar sinais de prosperidade e o mercado imobiliário seguiu a mesma tendência. Como a economia se manteve em uma crescente, com baixo desemprego, crescimento da renda e baixa inadimplência, a liberação do crédito imobiliário continuou em expansão nos anos seguintes (ALMEIDA, 2012).

Porém o aumento da oferta de crédito através dos bancos públicos, Juntamente com o auxílio do capital privado, gerou a alta demanda; o que pressionou também a valorização dos preços dos imóveis e, por consequência, pressões inflacionárias que obrigaram o Copom² a elevar a taxas de juros, quebrando o ciclo de baixa (ALMEIDA, 2012). A partir daí a economia começou a dar sinais de desaquecimento e se iniciou um novo cenário com uma curva descendente, principalmente em 2015 (BARROS, 2016).

O que chama atenção nos fatos que antecederam a crise norte-americana (2008) , assim como a do Brasil a partir de 2009, é que o Estado, em ambos os casos, injetou capital no mercado financeiro, salvaguardando os bancos privados, e que estes recursos não se espalharam pela economia (BARROS, 2016). Tal situação remete às análises de Habermas (1973) a respeito de que, no capitalismo

¹ Medidas anticíclicas consistem nas ações governamentais voltadas a impedir os efeitos das flutuações da atividade econômica (picos de ascensão e recessão).

² COPOM – Comitê de política monetária.

tardio, a socialização da produção comporta exigências que o aparelho do Estado não pode satisfazer porque são paradoxais. Ou seja, a necessidade de ampliar a capacidade de planificação do Estado a fim de realizar o interesse geral dos capitalistas (manutenção do sistema) se choca com a necessidade de manter um espaço de liberdade de investimento aos capitalistas individuais.

1.2 DEFINIÇÃO DO PROBLEMA

De fato, no Brasil os números indicam que houve uma omissão do Estado em prestar atendimento aos capitalistas individuais. Basta dizer que, no âmbito do mercado imobiliário, segundo os dados da Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança (ABECIP),³ no Brasil, em 2015, os financiamentos alcançaram R\$ 75,6 bilhões, uma queda de 33% em relação ao ano anterior. Este fenômeno somado aos altos índices de desemprego às altas taxas de juros no financiamento imobiliário e aos elevados índices de endividamento das famílias dá o tom da atual crise que repercute exponencialmente no mercado de imóveis brasileiro.

No Brasil, os entraves inerentes ao desenvolvimento do mercado de imóveis parecem transcender o espaço econômico e manifestarem-se também em outros setores da sociedade, tais como o político e o sociocultural. Pelo menos há indícios de que estes obstáculos se revelam com a falta de confiança na democracia representativa; nos problemas de natureza ética e moral que envolvem representantes de instituições públicas e privadas; na precarização de lideranças políticas; no exacerbado interesse dos cidadãos pelo consumo, por lazeres e pela carreira, estes em detrimento da consciência de classe e de convicções políticas-ideológicas.

Assim, as perturbações de ordem econômica que se propagam na esfera política e sociocultural também repercutem sobre decisões que influenciam os negócios imobiliários (BARROS, 2016). Um acréscimo a este pensamento é dado por Machado (2016) ao mencionar que a crise, qualquer que seja sua complexidade, não pode ser desprezada quanto à análise de sua influência. Para o autor, o

³ ABECIP – Associação brasileira das entidades de crédito imobiliário e poupança.

importante é que os profissionais envolvidos entendam o fenômeno das crises que afetam os negócios imobiliários.

Em virtude das ponderações acima refletirem a complexidade de se compreender o que vem a ser crise e sua relação com o mercado de imóveis, constrói-se uma investigação que se fundamenta no seguinte problema: **Como a concepção de crise emerge e se estrutura no contexto dos negócios imobiliários a partir da percepção dos estudantes do curso superior de Tecnologia em Negócios Imobiliários do Campus de João Pessoa – IFPB?**

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Objetivo Geral

- Analisar a concepção de crise no contexto dos negócios imobiliários em João Pessoa-PB.

1.3.2 Objetivos Específicos

- Estudar o conceito de crise como força objetiva ou contradição do sistema social (integração sistêmica/integração social) no capitalismo tardio;
- Dimensionar a percepção que estudantes do Curso Superior de Tecnologia em Negócios Imobiliários do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB) constroem sobre crise durante o processo formativo;
- Averiguar a percepção dos alunos, que já atuam em processos de gestão, sobre dissonâncias e oportunidades da crise para o mercado de imóveis.

1.4 JUSTIFICATIVA

Considerando o problema apontado acima, a escolha do tema ocorreu a partir do momento em que eu procurava, através da leitura de um artigo sobre mercado financeiro, compreender o processo de especulação de imóveis no Brasil. Diante da ocasião, a palavra crise aparecia repetidas vezes sem que aquele estudo deixasse claro o que seria tal fenômeno, nem muito menos sua relação com negócios

imobiliários. Daí surgiu a ideia de procurar aprofundar os conhecimentos sobre o assunto através de outras fontes literárias. A leitura de uma das obras de Juergen Habermas, “a crise de legitimação no capitalismo tardio”, e o fato de pertencer a uma instituição que lida com negócios imobiliários, motivou-me a escrever um projeto para o mestrado profissional em organizações aprendentes a respeito da relação entre a crise que perpassa o sistema capitalista e se estrutura no mercado de imóveis em João Pessoa-PB. O livro de Habermas também passa a ser o fio condutor desta pesquisa e nos auxilia a construir a hipótese de que, com a mudança do capitalismo concorrencial para o capitalismo tardio, muda-se também a concepção de crise na contemporaneidade (século XXI).

Para mim, a importância desta “escavação” repousa na perspectiva de se construir, com maiores proporções consensuais, um acervo de informações capaz de explicar o fenômeno “crise” que perpassa o capitalismo contemporâneo e reflete, substancialmente, no mercado imobiliário do Brasil. Tal relevância também me traz, agora na condição de gestor, a possibilidade de emancipar-me dos velhos conceitos que já não se sustentam enquanto propostas de transformação da realidade.

Além disso, o presente trabalho identifica-se com o Mestrado Profissional em Gestão nas Organizações Aprendentes (MPGOA), uma vez que este se propõe a edificar o ser humano e as organizações através das análises dos processos de gestão sob uma perspectiva democrática.

Ainda em consonância com esta pós-graduação, o trabalho traz como importância para a linha de pesquisa, “Gestão de Projetos Educativos e Tecnologias Emergentes”, o fato de produzir novas reflexões acerca do fenômeno crise que subsidiarão a formação educativa da comunidade acadêmica, organizações, e toda sociedade.

Portanto, sendo o percurso metodológico tratado no segundo capítulo; no terceiro, explora-se a crise dos sistemas sociais no capitalismo tardio como ciclos de verdades e interesses. Aqui, inicia-se com uma pequena abordagem sobre a passagem do capitalismo concorrencial para o capitalismo tardio. Em seguida, percorre-se o capitalismo nos períodos que sucedem as décadas de 1970 e 1980. Tal explanação vai subsidiar os tópicos seguintes a respeito do capitalismo contemporâneo e globalização. Temas que permitem, na sequência, tratar do conceito atual de crise encontrado em “o capitalismo e a perspectiva científico-social sobre crise”; de fundamentos sociais em “elementos e princípios sociais de

organização”; do deslocamento de crises em “tendências de crise no capitalismo avançado”, e das mudanças que desencadeiam patologias da modernidade em “mundo sistêmico e as crises do mundo vivido”.

No quarto capítulo, colocam-se em discussão os negócios imobiliários e a crise estrutural do capitalismo. Em seguida, põe-se em debate a racionalidade instrumental como natureza do mercado, fazendo, assim, uma relação com a sociedade administrada. Na sequência, pondera-se sobre o “boom” imobiliário brasileiro e os reflexos da crise mundial; aqui, enfatizam-se as políticas monetárias expansionistas do governo brasileiro como tentativa de conter a crise financeira internacional. O tópico subsequente trata-se de uma análise sobre a crise econômico-política e seus impactos no mercado imobiliário do Brasil. Ao encerrar, explora-se o fenômeno das políticas públicas como medidas para conter a crise internacional.

Desta forma, o que vai fundamentar esta pesquisa, assim, como, articular determinados elementos para atingir a realidade, tal qual se manifesta para o observador, é a construção de um percurso metodológico que será visto no próximo capítulo.

2 PERCURSO METODOLÓGICO

Este capítulo discorre acerca do caminho metodológico percorrido para fundamentar a pesquisa. Um percurso metodológico é uma sequência de elementos articulados e complementares entre si, cujo objetivo é apreender a realidade tal como se apresenta aos olhos do observador. Para tanto, constrói-se, por meio de um processo contínuo e simultâneo, uma estrutura lógico-didática de coleta e tratamento dos dados que, somando-se ao referencial teórico, venha a provocar sobre o investigador uma perspectiva de reflexão.

Para Fonseca (2002), a metodologia é o estudo da organização, dos caminhos a serem percorridos para se realizar uma pesquisa, ou seja, para fazer ciência. Seguindo a mesma linha de raciocínio, o percurso a ser seguido deve responder as quais etapas serão traçadas, preferencialmente dispostas em ordem cronológica, numeradas, especificadas, comportando, pois, todos os passos a serem desenvolvidos (FACHIN, 2006).

2.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Considerando os aspectos intrínsecos de construção do conhecimento da ciência, buscando sistematização dos processos sob o prisma do rigor dos procedimentos e do respeito ao método de investigação, esta pesquisa classifica-se como de campo. Trata-se de uma investigação empírica que acontecerá no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, na cidade de João Pessoa-PB. Segundo Marconi e Lakatos (2006), a pesquisa de campo é uma forma de levantamento de dados no próprio local onde ocorrem os fenômenos, através da observação direta, entrevista e medidas de opinião.

Corroborando com o argumento de que esta modalidade de investigação circunscreve-se no próprio espaço que se encontra o fenômeno estudado, Severino (2007, p. 123) afirma que “na pesquisa de campo o objeto/fonte é abordado em seu meio ambiente próprio”. Portanto, a coleta dos dados é feita nas condições naturais em que ocorrem, sendo assim diretamente observados sem intervenção e manuseio por parte do pesquisador.

Quanto à abordagem do problema, é de natureza qualitativa, pois, busca compreender, discutir e refletir acerca do fenômeno “crise”, sua relação com o

mercado de imóveis e os atores envolvidos (Estado, mercado e sociedade). Para tanto, discute-se também os parâmetros sistêmicos de integração (integração sistêmica/integração social) no capitalismo tardio; ao mesmo tempo em que procura abarcar significados, percepções dos sujeitos, categorizados na pesquisa como “estudantes-gestores/potenciais”, ou seja, graduandos do Curso de Tecnologia em Negócios Imobiliários do IFPB que também são gestores potenciais no/do mercado imobiliário, buscando averiguar sobre os efeitos das intensões sistêmicas no contexto do mercado.

De acordo com Richardson (1999), a pesquisa qualitativa pode ser caracterizada como a tentativa de uma compreensão detalhada dos significados e características situacionais apresentadas pelos entrevistados, em lugar da produção de medidas quantitativas de características ou comportamentos. Nessa mesma linha de raciocínio Marconi e Lakatos (204, p.267) aprofundam a definição e ressaltam que:

O método qualitativo difere do quantitativo não só por empregar instrumentos estatísticos, mas também pela forma de coleta e análise dos dados. A metodologia qualitativa preocupa-se em analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano. Fornece análise mais detalhada sobre as investigações, hábitos, atitudes, tendências de comportamento etc.

Ainda sobre a pesquisa qualitativa, infere-se que o seu objetivo único não é apenas os resultados, mas a verificação de como determinado fenômeno se manifesta, o que torna tal abordagem metodológica apropriada quando se pretende realizar estudos de caráter descritivo-interpretativo, principalmente quando o que se busca é o entendimento do fenômeno (GODOY,1985).

Desse modo, em relação ao objetivo, trata-se de uma pesquisa tipificada como descritiva, pois permite descrever as características de uma determinada população, fenômeno ou estabelecer relação entre as variáveis (GIL, 2008).

Para Richardson (1999), as pesquisas descritivas propõem-se a investigar o “que é”, ou seja, a descobrir as características de um fenômeno como tal. Nesse sentido, são considerados como objeto de estudo uma situação específica, um grupo ou um indivíduo.

Assim, Richardson (1999, p. 71) afirma que “esse tipo de estudo deve ser realizado quando o pesquisador deseja obter melhor entendimento do comportamento de diversos fatores e elementos que influem sobre determinado

fenômeno”. Nesse aspecto, foi feito um delineamento das principais tendências de crise; das formas de capitalismo, sobretudo do capitalismo tardio; dos imperativos sistêmicos; e, por fim, dos elementos interpretativos da crise que se estruturam no contexto dos negócios imobiliários. Nesse sentido, por intermédio de um ordenamento de captura e sistematização de resultados tratados, oportunizou-se uma narrativa descritiva ideal à coerência de estruturação do discurso analítico-interpretativo.

Na visão de Rodrigues (2007), a pesquisa descritiva é um tipo de investigação que situa o objeto da análise conforme as circunstâncias. Ou seja, dizendo o que ele é, e do que se compõe, e em que lugar está localizado no tempo e no espaço.

Quanto aos procedimentos empregados, a pesquisa também é bibliográfica. Sendo assim, trata-se de uma investigação a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em fontes impressas, como livros, artigos, teses etc. (SEVERINO, 2007).

Levando-se em conta que o pesquisador toma por base as contribuições dos autores, o aprofundamento bibliográfico, nesse contexto, foi feito nos artigos de revistas especializadas, livros, periódicos, teses, dissertações e demais trabalhos acadêmicos. O intuito é buscar os principais autores e publicações que auxiliem no alcance dos objetivos.

Assim sendo, *a priori*, considera-se que a pesquisa bibliográfica perfaz um percurso de “varredura” de fontes que envolve as seguintes matizes:

- a) acesso;
- b) busca;
- c) seleção;
- d) recuperação; e
- e) uso.

Nesse sentido, para fins da seleção das fontes no contexto da pesquisa bibliográfica, foi feita uma busca no Portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) a partir da base de dados de periódicos, teses e dissertações, diretamente no portal do diretório: <http://www.periodicos.capes.gov.br/>.

A seleção das fontes foi realizada em maio de 2016, e levou em consideração publicações de 2007 a 2016, para fontes com os seguintes descritores:

- a) Crise no capitalismo e negócios imobiliários;
- b) Crise econômico-política e seus impactos no mercado imobiliário;

- c) Crise imobiliária no Brasil; e
- d) O imobiliário como saída da crise econômica.

Procuramos, no portal supracitado, encontrar estudos relacionados com quatro descritores, no intuito de abranger a temática da investigação. Assim, foi encontrado um total de 26 trabalhos para o descritor “crise no capitalismo e negócios imobiliários”; um total de 17 trabalhos para o descritor “crise econômico-política e seus impactos no mercado imobiliário”; um total de 12 trabalhos para o descritor “a crise imobiliária no Brasil”; e um total de 29 trabalhos para o descritor “o imobiliário como saída da crise econômica”.

Diante do exposto, foram constituídos alguns critérios para se obter os trabalhos relacionados com os descritores. Sendo assim, foi estabelecida a seguinte sequência:

- a) primeiro, realizamos o levantamento das dissertações, artigos, periódicos e teses do portal CAPES que apresentassem o descritor elencado, tomando como base o período de publicação de 2007 a 2016;
- b) segundo, marcamos o tópico “crise no capitalismo e negócios imobiliários” resultando no quantitativo de 9 estudos identificados conforme esses critérios de inclusão;
- c) terminando, foi feita a leitura dos títulos, resumos e palavras-chave de cada estudo e apurado o resultado conforme, conforme a Tabela 1:

TABELA 1: Descritor-Crise no capitalismo e Negócios Imobiliários

Gênero	Quant. de fontes encontradas	Fontes relacionadas
Artigo	07	03
Tese	01	-
Dissertação	01	-
Total	09	03

FONTE: Dados da pesquisa (2017).

Tomando por base os mesmos critérios estabelecidos para a consecução dos dados que aparecem na tabela anterior, foi alterado o filtro para o tópico “Crise econômico-política e seus impactos no mercado imobiliário”, o que resultou um quantitativo de 17 estudos, identificados conforme o critério anterior (critério da inclusão temática). Após este momento, foi feita uma leitura dos títulos, resumos e palavras-chave de cada estudo e apurado o resultado, conforme a tabela 2:

TABELA 2: Descritor - Crise econômico-política e seus impactos no mercado imobiliário

Gênero	Quant. de fontes encontradas	Fontes relacionadas
Artigo	11	01
Tese	02	01
Dissertação	04	01
Total	17	03

FONTE: Dados da pesquisa (2017).

Seguindo, ainda, os critérios instituídos anteriormente, o filtro foi mais uma vez alterado para do descritor “A crise imobiliária no Brasil”, resultando um quantitativo de 6 estudos identificados conforme os critérios de inclusão. Logo após, foi feita a leitura dos títulos, resumos e palavras-chaves de cada estudo e apurado o resultado, conforme a tabela 3:

TABELA 3: Descritor - A crise imobiliária no Brasil

Gênero	Quant. de fontes encontradas	Fontes relacionadas
Artigo	03	01
Tese	01	01
Dissertação	02	-
Total	06	02

FONTE: Dados da pesquisa (2017).

Por fim, continuando com os critérios colocados anteriormente e, alterando novamente o filtro para o descritor “O imobiliário como saída da crise econômica”, o resultado foi o quantitativo de 5 fontes identificadas de acordo com os critérios de inclusão. Assim o próximo passo foi a leitura dos títulos, resumos e palavras-chaves de cada estudo e apurado o resultado conforme a tabela 4:

TABELA 4: Descritor - O imobiliário como saída da crise econômica

Gênero	Quant. de fontes encontradas	Fontes relacionadas
Artigo	03	1
Tese	02	02
Dissertação	0	0
Total	05	03

FONTE: Dados da pesquisa (2017).

Conforme os critérios mencionados acima, foi dada ênfase aos descritores que estão relacionados com a temática da pesquisa. Sendo assim, para o descritor “Crise no capitalismo e negócios imobiliários” foram identificados 26 estudos. Porém, apenas 3 artigos estão relacionados com a temática da pesquisa. O primeiro deles, de autoria de Costa (2015), abordou “a crise mundial do capitalismo e as perspectivas dos trabalhadores”, trabalho no qual o autor descreve o percurso das crises sistêmicas, suas causas e políticas governamentais que foram implantadas como tentativas de superá-las. O segundo trabalho, cujo autor é Luiz (2011), traz na sua obra “A crise estrutural do capitalismo” a formação e o estouro da bolha imobiliária americana. O terceiro e último trabalho selecionado, também na mesma linha da descrição do capitalismo e consequências para o setor imobiliário, é o artigo de Medeiros (2008), intitulado “A crise norte-americana: inovações versus ortodoxia na construção de uma nova ordem econômica”.

Para o descritor “Crise econômico-política e seus impactos no mercado imobiliário” foram identificados 17 estudos. Contudo, apenas 3 estão relacionados com a temática; sendo um artigo de Eldionara, Sérgio e Mendes (2014), cujo título “As relações entre as variáveis macroeconômicas e a concessão de crédito do mercado imobiliário brasileiro”, retrata a adoção de medidas anticíclicas que têm o propósito de aumentar o consumo e equilibrar a superprodução de capital. Aparece também uma dissertação de Dantas (2012), a qual se intitula “Economia Política do Imobiliário: o Programa minha casa minha vida e o preço da terra urbana no Brasil”. Aqui, o autor aborda a intervenção do Estado nas esferas política, econômica e social; assim como as relações entre crises do capitalismo e investimentos em negócios imobiliários. Por fim, o terceiro e último estudo, “A diáspora do capital, sua dinâmica de valorização e a cidade no capitalismo contemporâneo: a irracionalidade em processo”, é uma tese de Cesar (2007) que aborda o comportamento da taxa de crescimento do PIB, taxa de inflação e taxa de crescimento entre 1990 a 2005, período que antecedeu a grande crise financeira de 2008.

Já com o descritor “A crise imobiliária no Brasil”, foram encontrados 12 trabalhos, 2 deles estão afinados com o fenômeno em estudo, são eles: “A bolha de 2008 na bolsa de valores brasileira: teorias e evidências”; e “estamos assistindo, em muitos países, a uma repetição em câmara lenta do último desastre do mercado imobiliário (seu dinheiro)”. O primeiro é uma tese de Daher (2010) que se apropria dos fenômenos “bolsa de Valores”; “crise econômica”; e ciclos econômicos,

trançando um percurso que vai do surgimento e estouro da bolha imobiliária norte-americana, até as consequências sofridas pelo mundo, principalmente no Brasil. O segundo é um artigo de Nouriel (2013); trata-se do fracasso de políticas governamentais que, na tentativa de regular ciclos econômicos, provocaram o declínio do mercado de imóveis em muitos países.

E, por fim, para o descritor “O imobiliário⁴ como saída da crise econômica”, foram encontrados 29 trabalhos. Dentre estes, apenas 3 estão correlatos com o estudo em tela, trata-se de duas teses e um artigo. A primeira, de Azevedo (2011), intitula-se “Habitação e poder: de fundação da casa popular ao banco nacional de habitação”; trabalho que explora os aspectos que têm constituído o cerne da política de habitação popular nas últimas três décadas. A outra, de Sousa (2011), denomina-se “A crise norte-americana do subprime: medindo o contágio para os BRICS”⁵. É um trabalho que faz uma análise da crise que ocorreu entre 2007 e 2009, conhecida como “a crise do Subprime”⁶, e mostra o impacto positivo que, nesse período, a china exerceu para BRICS. O último é um artigo intitulado “como se dar bem na crise”, cuja autoria é de Cegala (2014). Este trabalho discorre sobre os efeitos da crise econômica em 2013 e o papel dos gestores que atuam no mercado de imóveis.

2.2 UNIVERSO, AMOSTRA E SUJEITOS DA PESQUISA

O universo da pesquisa pode ser definido como o conjunto de elementos que possuem determinadas características (RICHARDSON, 1999). É importante destacar que, comumente, fala-se de população ao se referir a todos os habitantes de determinado local. Assim, o mesmo autor vai afirmar que, em termos estatísticos, a população pode ser um conjunto de indivíduos que trabalham em um mesmo lugar, os alunos matriculados em uma mesma universidade, toda a população da Produção de refrigeradores de uma fábrica, todos os cachorros de determinada raça em certo setor de uma cidade etc. Na mesma linha de raciocínio, Marconi e Lakatos (2006) acentuam que universo, ou população, é um conjunto de seres animados ou

⁴ O termo refere-se à terra /terreno enquanto produto comercializado. “O imobiliário acabou assumindo uma importância que antes não lhe era atribuído, [...] a terra e suas rendas, que no princípio do capitalismo pertenciam ainda a uma classe vencida, os proprietários fundiários” (LAFEBVRE, 2008, p.96).

⁵ BRICS são países que compartilham uma situação econômica com índices de desenvolvimento e situações econômicas parecidas. Este agrupamento é formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do sul.

⁶ Subprime se refere a tomadores de empréstimo com histórico de crédito ruim.

inanimados que apresenta pelo menos uma característica em comum. Dessa forma, este estudo tem como universo 327 estudantes/gestores potenciais do mercado de imóveis que se inserem no contexto dos negócios imobiliários, em João Pessoa-PB.

A área de abrangência compreende o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB) – Campus João Pessoa. Este como sede do Curso Superior de Tecnologia em Negócios Imobiliários, e promotor de atividades e debates acerca de negócios imobiliários.

Em outros termos, considera-se a categoria estudantes/gestores imobiliários “potenciais”: aqueles que estudam “Negócios Imobiliários”, cuja base de formação dá-se em compasso direto e permanente com o mercado, em relação de influências mútuas e múltiplas, muitos dos quais em estágio ou, até mesmo, já atuando profissionalmente a partir do processo formativo.

Quanto aos sujeitos da pesquisa, Vergara (2000) depõe como sendo subgrupo de uma população, constituído de n unidades de observação e que deve ter as mesmas características da população, selecionadas para a participação no estudo. Já Marconi e Lakatos (2006) descrevem, como sinônimo de amostra, na perspectiva de uma porção ou parcela, convenientemente, selecionada do universo (população); é o subconjunto do universo. Comungando com este entendimento, Richardson (1999) ressalta que a amostra pode ser compreendida como qualquer subconjunto do conjunto universo ou da população. Este autor ainda acrescenta, e de forma categórica, que “se todos os elementos de uma população fossem idênticos, não haveria necessidade de selecionar uma amostra; bastaria estudar somente um deles para conhecer as características de toda a população.” (RICHARDSON, 1999, p.157).

A partir das considerações acima, os sujeitos desta pesquisa foram selecionados com base no critério das articulações entre a formação no Curso Superior em Negócios Imobiliários e a própria atuação no mercado de trabalho na área, acentuado também pelo crivo da intencionalidade. Assim, para Richardson (1999, p. 161) “os elementos que formam a amostra relacionam-se intencionalmente de acordo com certas características estabelecidas no plano e nas hipóteses formuladas pelo pesquisador”. Se o plano possuir características que definam a população, é necessário assegurar a presença do sujeito-tipo. Desse modo, a amostra intencional apresenta-se como representativa do universo. Entende-se por sujeitos-tipos aqueles que representam as características típicas de todos os

integrantes que pertencem a cada uma das partes da população (RICHARDSON, 1999).

Seguindo o mesmo raciocínio, Laville e Dionne (1999) colocam que a amostra intencional surge a partir das necessidades de seu estudo, o pesquisador seleciona casos julgados exemplares ou típicos da população-alvo ou parte desta. Assim, neste caso, o pesquisador avalia quais pessoas detêm maior conhecimento do tema a ser estudado e escolhe os elementos que julga serem os mais representativos da população (LAVILLE; DIONNE, 1999).

Assim, a amostra (participantes da pesquisa) foi formada por cinco (05) Estudantes, “estudantes/ gestores”, integrantes do curso Superior de Tecnologia em Negócios Imobiliários, do Campus João Pessoa do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB), que estão em processo formativo e que muitos desempenham atividades diretas ou correlatas com o mercado de imóveis. Tal critério baseia-se no fato de que, além do desempenho das atividades vinculadas ao mercado de imóveis proporcionarem reflexões, estratégicas, rearticulações e tomadas de decisões profissionais relacionadas ao fenômeno da crise, estes atores também participaram, no ultimo intervalo (2013 a 2015), dos ciclos de debates, promovidos pela instituição, a respeito do declínio dos negócios imobiliários como reflexos dos distúrbios político-econômicos no Brasil e no exterior.

Como forma de preservar o sigilo dos sujeitos da pesquisa, atribuiu-se, para cada sujeito pesquisado uma codificação, facilitando o tratamento para a sistematização e a compreensão das narrativas dos entrevistados. Assim, elaborou-se o quadro a seguir.

QUADRO 1: Código dos entrevistados

EGP1	Estudante/Gestor Potencial 1
EGP2	Estudante/Gestor Potencial 2
EGP3	Estudante/Gestor Potencial 3
EGP4	Estudante/Gestor Potencial 4
EGP5	Estudante/Gestor Potencial 5

FONTE: Dados da pesquisa (2017)

Em termos de validade ou representatividade, a amostra de cinco sujeitos foi suficiente para efetivar a investigação nos moldes do que permite a abordagem qualitativa, haja vista que tal perspectiva de pesquisa não se preocupa com percentuais nem demais formas ou fórmulas de ponderação matemática, mas sim de

desvandar e/ou desvelar os porquês das coisas na realidade pesquisada, buscando os indícios de verdade através da compreensão dos sentidos e significados no locus específico onde os fatos ocorrem.

2.3 LÓCUS DA PESQUISA

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB) tem cem anos de existência. Esta entidade recebeu diferentes denominações que marcaram sua história. Assim, inicia-se com as Escolas de Aprendizes Artífices da Paraíba, de 1909 a 1937; Liceu industrial de João Pessoa – de 1937 a 1961; escola industrial “Coriolano de Medeiros” ou Escola Industrial Federal da Paraíba – de 1961 a 1967; Escola Técnica Federal da Paraíba – de 1967 a 1999; Centro Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, de 1999 a 2008 e, finalmente, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, com a edição da Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008.

Transformado em 1999 no Centro Federal de Educação Tecnologia da Paraíba, a Instituição experimentou um fértil processo de crescimento e expansão de suas atividades, passando a contar, além de sua Unidade Sede, com o Núcleo de Extensão e Educação Profissional – NEEP, que funciona na Rua das Trincheiras, e com o núcleo de Arte, Cultura e Eventos – NACE, localizado no antigo prédio da Escola de Aprendizes Artífices. Foi nessa fase, a partir do ano de 1999, que o atual Instituto Federal da Paraíba, começou o processo de diversificação de suas atividades, oferecendo a sociedade, paraibana e brasileira, todos os níveis de educação – desde a educação básica ensino médio, ensino técnico integrado e pós-médio a educação superior (cursos de graduação na área tecnológica), intensificando também as atividades de pesquisa e extensão. A partir deste período, foram implantados cursos de graduação na área de Telemática, Design de interiores, Telecomunicações, Construção de Edifícios, Desenvolvimento de Softwares, Redes de Computadores, Automação Industrial, Geoprocessamento, Gestão Ambiental, Negócios Imobiliários e Licenciatura em Química.

Este processo experimentou grande desenvolvimento com a criação dos cursos de Bacharelado na área de Administração e em Engenharia Elétrica e a realização de cursos de Pós-Graduação em parceria com Faculdades e Universidades locais e regionais, a partir de modelos pedagógicos atendendo as

disposições da Constituição Federal e Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB – e normas delas decorrentes.

A Gestão do Instituto Federal da Paraíba está organizada administrativamente através da seguinte estrutura: Colegiados subdivididos em Conselho Superior; Colégio de Dirigentes e Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Já a Reitoria estrutura-se da seguinte forma: Gabinete; Pró-Reitorias que estão subdivididas em: Pró-Reitoria de Ensino; Pró-Reitoria de Extensão; Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação; Pró-Reitoria de Administração e Planejamento; e Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional e Interiorização. Ainda pertencente à estrutura da Reitoria aparece as Diretorias Sistêmicas; Procuradoria Federal; Auditoria Interna e Ouvidoria.

Quanto à estrutura dos Campi, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba compreendem: Conselho Diretor; Diretoria Geral; Diretorias; Departamentos administrativos e acadêmicos; Coordenações acadêmicas e administrativas; Assessoria Jurídica; Ouvidoria; e Auditoria Interna. Conforme a figura abaixo, esta autarquia está distribuída nos Campi de Cabedelo; Cajazeiras; Campina grande; João Pessoa; Monteiro; Patos; Princesa Isabel; Picuí e Souza. A distribuição geográfica desses campi é vista através da figura abaixo.

FIGURA 1: Distribuição dos Campi no Estado da Paraíba



FONTE: Plano de Desenvolvimento Institucional do IFPB.

Com o advento da Lei 11.892/2008, o Instituto se consolida como uma instituição de referência da Educação Profissional na Paraíba, e além dos cursos, usualmente chamados de “regulares”, desenvolve também um amplo trabalho de

oferta de cursos de formação inicial e continuada e cursos de extensão, de curta e média duração, atendendo a uma expressiva parcela da população, a quem são destinados também cursos técnicos básicos, programas e treinamentos de qualificação, profissionalização e reprofissionalização, para melhoria das habilidades de competência técnica no exercício da profissão.

O Curso Superior de Tecnologia em Negócios Imobiliários - CSTNI - vinculado a Unidade Acadêmica de Gestão & Negócios - UAG - está concebido de modo a formar profissionais que tenham competência técnica e científica que o capacite a desenvolver atividades de gerência, consultoria, assessoramento, planejamento e pesquisa nas organizações voltadas aos negócios imobiliários, objetivando desenvolver a capacidade do Tecnólogo em Negócios Imobiliários para analisar criticamente as organizações imobiliárias antecipando e promovendo suas mudanças, além de competência para empreender, internalizando valores de justiça e ética social.

O Curso Superior de Tecnologia em Negócios Imobiliários também favorece o desenvolvimento de habilidades e competências referentes à capacidade de negociação, liderança e comunicação para tornar o futuro profissional apto a desenvolver suas atividades no âmbito imobiliário.

- **Missão**

Promover ensino de qualidade que atenda as demandas de formação profissional de nível superior em Negócios Imobiliários, inserido na realidade local dentro de uma visão sistêmica que permita atuar no cenário organizacional, competitivo e globalizado condizente com a nova ordem mundial.

- **Formas de Acesso**

Todos os cursos ofertados pelo IFPB têm seus processos seletivos publicados oficialmente a partir de editais, específicos ou amplos. O processo seletivo principal para o Curso Superior de Tecnologia em Negócios Imobiliários ocorre com a realização do Exame Nacional do Ensino Médio – Enem e com o resultado em mãos, o candidato se inscreve na plataforma do Processo Seletivo Unificado – Sisu e concorre de forma ampla.

Caso o candidato seja graduado, aluno de cursos superiores do IFPB ou graduando em cursos afins da Gestão e Negócios, poderá se inscrever no Processo Seletivo Especial. Este ocorre com a publicação de edital de seleção na página do Instituto, geralmente, antes no início do período letivo, e tem por objetivo preencher as vagas remanescentes nos cursos.

Conforme informações fornecidas pela coordenação de controle acadêmico do Campus de João Pessoa – IFPB, constatou-se que, entre os períodos de 2005.1 a 2016.1, esta instituição matriculou 745 alunos. Para o mesmo intervalo também se verificou que o número de discentes contabilizados como concluídos, egressos e formados totalizaram 167. Estes dados são comprovados mediante as tabelas abaixo.

TABELA 5: Quantidade de Alunos Matriculados e Concluintes/Egressos/Formados

Curso Superior de Tecnologia em Negócios Imobiliários					
Alunos Matriculados		Conc./Egressos Formados	Alunos Matriculados		Conc./Egressos Formados
Períodos	Quant.	Quant.	Períodos	Quant.	Quant.
2005.1	90	0	2008.1	30	0
2005.2	0	0	2008.2	32	0
2006.1	0	0	2009.1	30	12
2006.2	0	0	2009.2	37	8
2007.1	29	51	2010.1	29	11
2007.2	30	0	2010.2	34	9
Total	149	51	Total	192	40

FONTE: Coordenação de controle acadêmico – Campus João Pessoa (IFPB)

Taxa de concluintes de 2005.1 a 2007.

$$TC = \frac{\text{Número de concluintes}}{\text{Número de matriculados}} \times 100 = \frac{51}{149} \times 100 = 0,3422 \text{ ou } \underline{34,2\%}$$

Taxa de concluintes de 2008.1 a 2010.2

$$TC = \frac{\text{Número de concluintes}}{\text{Número de matriculados}} \times 100 = \frac{40}{192} \times 100 = 0,2083 \text{ ou } \underline{20,8\%}$$

TABELA 6: Quantidade de Alunos Matriculados e Concluintes/Egressos/Formados

Curso Superior de Tecnologia em Negócios Imobiliários					
Alunos Matriculados		Conc./Egressos Formados	Alunos Matriculados		Conc./Egressos Formados
Períodos	Quant.	Quant.	Períodos	Quant.	Quant.
2011.1	35	12	2014.1	40	5
2011.2	42	6	2014.2	29	9
2012.1	43	8	2015.1	30	7
2012.2	38	4	2015.2	30	6
2013.1	39	6	2016.1	43	4
2013.2	35	9	-----	-----	-----
Total	232	45	Total	172	31

FONTE: Coordenação de controle acadêmico – *Campus João Pessoa* (IFPB)

Taxa de concluintes de 2011.1 a 2013.2

$$TC = \frac{\text{Número de concluintes}}{\text{Número de matriculados}} \times 100 = \frac{45}{232} \times 100 = 0,1939 \text{ ou } \underline{19,4\%}$$

Taxa de concluintes de 2014.1 a 2016.1

$$TC = \frac{\text{Número de concluintes}}{\text{Número de matriculados}} \times 100 = \frac{31}{172} \times 100 = 0,1802 \text{ ou } \underline{18\%}$$

- **Perfil Profissional**

O Tecnólogo formado pelo curso superior de Tecnologia em Negócios Imobiliários pode atuar na indústria de construção civil, empresas imobiliárias, administradoras de imóveis, condomínios, escritórios de corretagem e de advocacia, além de incorporadoras, são algumas das possibilidades profissionais de atuação do tecnólogo em Negócios Imobiliários. A partir do estudo das condições mercadológicas do setor, identifica oportunidades comerciais para o crescimento regional, desenvolve atividades de planejamento, operação e controle da comercialização de bens imóveis, podendo desempenhar também funções de venda e pós-venda de imóveis.

- **Competências do Tecnólogo em Negócios Imobiliários**

Promover estudos de viabilidade de empreendimentos imobiliários; Desenvolver os recursos imobiliários de modo racional e objetivo; Avaliar, gerir, mediar e promover a propriedade imobiliária sob todas as suas formas; Prestar consultoria na área imobiliária; Gerenciar empresas do ramo imobiliário; Gerenciar condomínios; Emitir parecer técnico em assuntos inerentes à área imobiliária; Diagnosticar e solucionar os problemas inerentes à área imobiliária.

Quanto às habilidades, o curso promove facilidade de adaptação e resposta aos desafios contemporâneos, induzidos pela rápida evolução do mercado imobiliário; desenvoltura de trabalhar em equipe multidisciplinar; Visão empreendedora e de organização; Habilidade em comunicação verbal e escrita; Postura e predisposição para atualização constante. Também promove debates periódicos a respeito de temas correlatos com a instituição, com o ensino-aprendizagem do corpo discente, assim como proporciona a integração entre a comunidade externa interna no tocante aos problemas pertinentes à política governamental frente às crises que afetam a área profissional dos alunos ingressos.

2.4 INSTRUMENTOS E COLETA DE DADOS

No contexto do campo empírico, a pesquisa valeu-se de instrumento de coleta de dados coerente e condizente com o desafio da reunião das informações necessárias para o alcance dos objetivos apontados. Nessa perspectiva, como instrumento de coleta de dados foi utilizado a entrevista que, de acordo com Richardson (1999, p. 207) “é uma técnica importante que permite o desenvolvimento de uma estreita relação entre pessoas. É um modo de comunicação no qual determinada informação é transmitida de uma pessoa *A* a uma pessoa *B*”, assertiva esta corroborada por Gil (2008, p.100) quando afirma que “muitos autores consideram a entrevista como técnica por excelência na investigação social”. Quanto ao nível de estruturação da técnica, optou-se pela entrevista semiestruturada que nos dizeres de Laville e Dionne (1999, p.188), “[...] é uma série de perguntas feitas verbalmente em uma ordem prevista, mas na qual o entrevistador pode acrescentar perguntas de esclarecimento”.

Demo (1995) define a entrevista semi-estruturada como a atividade científica que permite ao pesquisador descobrir a realidade. Por sua vez, Minayo (1996)

defende ser o fenômeno que permite aproximarmos os fatos ocorridos na realidade da teoria existente sobre o assunto analisado, a partir da combinação entre ambos.

Já Trivinos (1987, p.146) esclarece que entre as principais características de uma entrevista semi-estruturada, estão:

1. Apoiar-se em teorias e hipóteses que se relacionam o tema da pesquisa;
2. Descrever e explicar os fenômenos analisados para sua melhor compreensão
3. Que o aluno/pesquisador seja atuante no processo de coleta de informações;

Antes do processo de coleta de dados, foi realizada uma análise prévia com três gestores potenciais (Estudantes do Curso Superior em Negócios Imobiliários do *Campus* João Pessoa – IFPB), para verificar a eficácia do instrumento de coleta de dados. Assim, foram realizadas três entrevistas, para uma apreciação das perguntas ou se possível uma adequação das mesmas. Para Marconi e Lakatos (2006, p.228), o processo de análise prévia “[...] é sempre aplicado para uma amostra reduzida, cujo processo de seleção é idêntico ao previsto para execução da pesquisa, mas os elementos entrevistados não poderão figurar na amostra final”.

As entrevistas foram realizadas em momentos distintos durante o mês de outubro e novembro de 2016 e em horário e local pré-estabelecidos pelas partes: entrevistador e entrevistados. Durante as entrevistas, as perguntas foram realizadas e gravadas pelo entrevistador. Foram transcritas na íntegra para posterior organização das respostas, de acordo com os objetivos da pesquisa.

Para Bardin (2011), através de entrevistas semiestruturadas, é possível conhecer algumas características e ter maior interação com a realidade dos informantes, constituindo-se, nas pesquisas qualitativas, em um dos principais instrumentos de coleta de dados.

No instrumento de coleta de dados foram coletados dados do tipo primário, por meio de roteiro de entrevistas semiestruturadas com questões abertas. Para tanto, foram utilizadas questões sobre “crise”, “percepção da crise” e “dissonâncias e oportunidades diante da crise”. Totalizando quatorze (14) questões, o instrumento de coleta de dados dos estudantes (gestores potenciais) foi organizado em três categorias: A primeira é constituída por quatro questionamentos que visam discutir o conceito de crise como força objetiva ou contradição do sistema social (integração sistêmica/integração social), no capitalismo tardio. A segunda parte é composta por seis questões que visam averiguar a percepção de estudantes de negócios

imobiliários sobre dissonâncias e oportunidades da crise, diante do mercado de imóveis. E, por fim, a terceira parte apresenta quatro questões com a finalidade de dimensionar a percepção que estudantes do curso de negócios imobiliários do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB) constroem sobre crise durante o processo formativo.

Assim, com o objetivo de analisar a concepção de crise no contexto dos negócios imobiliários em João Pessoa-PB, foram definidas categorias e subcategorias de análises que proporcionaram uma melhor compreensão da temática e finalidade da pesquisa.

Portanto, a fim de sistematizar os dados, as categorias e subcategorias foram estabelecidas a partir do referencial teórico, a análise destas serviu de balizas para o estudo. De acordo com Gil (2008), essas categorias constituem importantes componentes da pesquisa, que possibilitam a compreensão no sentido de construir um modelo explicativo da realidade. Assim, as categorias e subcategorias são apresentadas, conforme o quadro abaixo.

QUADRO 2: Relação entre Categorias, Subcategorias e o Roteiro da entrevista

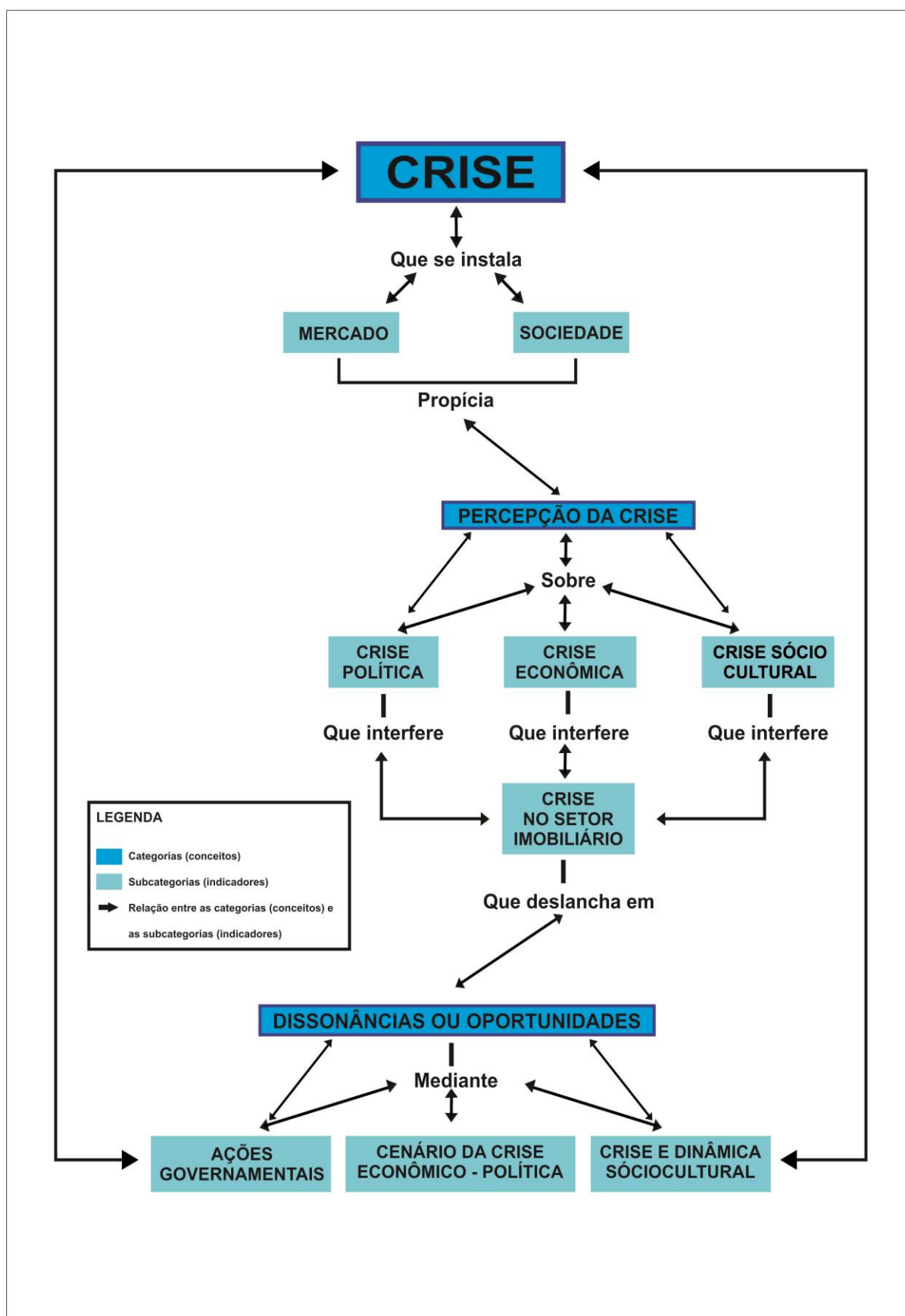
CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS	ROTEIRO DA ENTREVISTA
CRISE	Crise e Mercado Crise e Sociedade	• O que você entende por crise? • Para você, por que pode se falar, hoje no Brasil, em crise? • Como a crise brasileira tem afetado seu trabalho? • Como a crise econômica tem modificado o mercado imobiliário?
PERCEPÇÃO DA CRISE	Crise Econômica Crise Política Crise Sociocultural Crise no Setor Imobiliário	• Para você, como decisões políticas podem interferir no mercado imobiliário? • Em tempo de crise econômica-política como a atual, por que investir em imóveis? • Como o diálogo entre profissionais de N.I e consumidores de imóveis pode contribuir para superar a crise? • Para você, como a educação financeira das pessoas pode ajudar o mercado imobiliário brasileiro a sair da crise? • Diante dessa crise econômica, como é possível ofertar imóveis para pessoas de baixa renda? • Em face da atual crise, como o estilo de vida das pessoas pode servir de aprendizagem para o profissional de

		N.I?
DISSONÂNCIAS E OPORTUNIDADES DIANTE DA CRISE	Crise e Ações Governamentais Cenário da crise Econômico-Política Crise e Dinâmica Sociocultural	• Em sua concepção, que oportunidades para os negócios imobiliários podem surgir a partir da crise? • Diante da atual crise, quais ações governamentais podem ser exploradas como oportunidades para o mercado imobiliário? • Como adequar, em tempo de crise, as ofertas do mercado imobiliário às escolhas do consumidor? • Que estratégias próprias a empresa que você atua está adotando como saída possível ou adaptação à crise?

FONTE: Elaboração própria (2017).

A fim de visualizar a relação entre as categorias analisadas na pesquisa, apresentaremos, a seguir, uma mapa conceitual ilustrativo.

FIGURA 2: Mapa conceitual



FONTE: Elaboração própria (2017).

2.5 ANÁLISE E COLETA DE DADOS

Como a pesquisa foi orientada por instrumentos de abordagem qualitativa, os atributos foram identificados a partir da interpretação das respostas dos entrevistados. Para tanto, para propiciar tal processo, a análise dos dados da pesquisa foi fundamentada no método de Análise de Conteúdo (AC). Segundo Bardin (2011, p. 15), “a análise do conteúdo é um conjunto de instrumentos de cunho metodológico em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a discursos (conteúdos e continentes) extremamente diversificados”. A referida autora acrescenta que toda comunicação que ocorre entre um receptor e um emissor pode ser analisada sob o uso da AC.

Bardin (2011) indica que a utilização da análise de conteúdo prevê três fases fundamentais que, por sua vez, serão princípios para os procedimentos a serem adotados:

- a) pré-análise;
- b) exploração do material; e
- c) tratamento dos resultados – a inferência e a interpretação.

A primeira fase, a pré-análise (a), pode ser identificada como uma fase de organização. Nela se estabelece um esquema de trabalho que deve ser preciso, com procedimentos bem definidos, embora flexíveis. Normalmente, segundo Bardin (2011), envolve a leitura “flutuante”, ou seja, um primeiro contato com os documentos que serão submetidos à análise, a escolha deles, a formulação de hipóteses e objetivos, a elaboração dos indicadores que orientarão a interpretação e a preparação formal do material.

Inicia-se o trabalho escolhendo os documentos a serem analisados. Para tanto, é preciso obedecer às regras de:

- a) exaustividade (deve-se esgotar a totalidade da comunicação, não omitir nada);
- b) a representatividade (a amostra deve representar o universo); homogeneidade (os dados devem referir-se ao mesmo tema, serem obtidos por técnicas iguais e colhidos por indivíduos semelhantes);
- c) pertinência (os documentos precisam adaptar-se ao conteúdo e objetivo da pesquisa) e exclusividade (um elemento não deve ser classificado em mais de uma categoria).

Com base na primeira fase, foi feita a organização dos questionários e a sistematização das perguntas e respostas. Também foi realizada uma coleta de informações através de livros, artigos, teses, dissertações, entre outros; que sejam significantes e necessários para o alcance dos objetivos estabelecidos. Em seguida, o pesquisador fez uma leitura “flutuante” do material selecionado; o objetivo é adquirir conhecimento da matéria analisada.

Na segunda fase (b), a fase de exploração do material, foram escolhidas as unidades de codificação, adotando-se os seguintes procedimentos de codificação (que compreende a escolha de unidades de registro – recorte; seleção de regras de contagem – enumeração – e a escolha de categorias – classificação e agregação – rubricas ou classes que reúnem um grupo de elementos (unidades de registro) em razão de características comuns) classificação (semântico (temas no exemplo dado) sintático, léxico – agrupar pelo sentido das palavras; expressivo – agrupar as perturbações, hesitação, embaraço, outras, a escrita, etc...) e categorização (que permite reunir maior número de informações à custa de uma esquematização e assim correlacionar classes de acontecimentos para ordená-los).

Em seguida à esta etapa, foi feita a ordenação do material conforme as categorias formuladas a partir da fundamentação teórica do estudo, bem como dos objetivos que se almejamos alcançar. Laville e Dionne (1999) entendem por categoria as rubricas sob as quais foram organizados os elementos do conteúdo, conforme grupos de afinidade de sentido. Bardin (1977) observa que é uma fase decisiva para o enriquecimento dos resultados a partir da análise profunda do corpus. Laville e Dionne (1999) inferem que, nesta etapa, o pesquisador se aproxima do sentido do conteúdo, pois através de sua compreensão é que organiza esse conteúdo em unidades de análise, ação através da qual faz com que o conteúdo “converse” com o pesquisador, dando-lhe a percepção de sua significação.

A terceira fase (c), tratamento dos resultados – inferências e interpretação, é calcada nos resultados brutos, então o pesquisador procurou torna-los significativos e válidos. Esta interpretação foi além do conteúdo manifesto dos documentos, pois, interessou a este pesquisador o conteúdo latente, o sentido que se encontra por trás do imediatamente aprendido. A inferência na análise de conteúdo se orienta por diversos polos de atenção, que são os polos de atração da comunicação. É um instrumento de indução para se investigarem as causas (variáveis inferidas) a partir dos efeitos (variáveis de inferências ou indicadores, referências). Em seguida,

passou-se à interpretação de conceitos e proposições. Os conceitos dão sentido de referência geral, produzem imagem significativa. Os conceitos derivam da cultura estudada e da linguagem dos informantes, não de definição científica (HOFFMAN, 2013). A autora acrescenta que, ao se descobrir um tema nos dados, é preciso comparar enunciados e ações entre si, para ver se existe um conceito que os unifique. Quando se encontram temas diferentes, é necessário achar semelhanças que possa haver entre eles.

Segundo Hoffman (2013) a proposição é um enunciado geral baseado nos dados. Enquanto que conceitos podem ou não ajustar-se, as proposições são verdadeiras ou erradas, mesmo que o pesquisador possa ou não ter condições de demonstrá-lo. O certo é que as proposições derivam do estudo cuidadoso dos dados.

Durante a interpretação dos dados, foi preciso voltar atentamente aos marcos teórico, pertinente à investigação, pois eles dão o embasamento e as perspectivas significativas para o estudo. A relação entre dados obtidos e a fundamentação teórica foi o que deu sentido à interpretação.

As interpretações a que levam as inferências serão sempre no sentido de buscar o que se esconde sob a aparente realidade, o que significa verdadeiramente o discurso enunciado, o que querem dizer, em profundidade, certas afirmações aparentemente superficiais.

Finalizando esta última fase, fecha-se o processo de análise de conteúdo e encerra-se também este capítulo, caminho metodológico, com obediência ao rigor da construção do conhecimento pela ciência, uma vez que se fundamenta no método científico.

Sendo assim, o próximo capítulo abordará “a crise dos sistemas sociais no capitalismo tardio: ciclos de verdades e interesses”. Esta etapa está subdividida nos seguintes tópicos: “perspectiva científico-social de crise”; “sistema e mundo vivido”; “elementos e princípios sociais de organização” e, “tendências de crise no capitalismo avançado”.

3 A CRISE DOS SISTEMAS SOCIAIS NO CAPITALISMO TARDIO : CICLOS DE VERDADES E INTERESSES

A passagem do capitalismo liberal ou concorrencial para o capitalismo tardio ou organizacional, que tem como marco histórico a grande crise econômica na primeira metade do século XX e o consequente Estado do bem-estar social, também é arena para novas discursões sobre os sistemas sociais que compõem o novo formato de acumulação de riqueza e acabam provocando um redirecionamento do conceito de crise.

Assim sendo, Habermas (1973) é cauteloso ao falar de colapso sistêmico do ponto de vista puramente Marxista. Prefere, então, compreender o fenômeno da crise a partir da análise de cada sistema que compõe o Estado no capitalismo tardio. Nesse aspecto, o mesmo autor afirma que as crises surgem quando a estrutura de um sistema social permite menores possibilidades para resolver o problema do que são necessárias para a contínua existência do sistema. Ora, com tal argumento o filósofo deixa clara a existência de crise sistêmica sem necessariamente atingir a totalidade, porém não afasta sua interdependência entre as partes. É quando afirma que as crises nos sistemas sociais não são produzidas através de mudanças acidentais no conjunto, mas através de imperativos sistêmicos inerentes estruturalmente, que são incompatíveis e não podem ser integrados hierarquicamente.

Um dos fatores primordiais dos distúrbios nos sistemas sociais são, para Habermas, as contradições que ocorrem internamente; incoerências que geram a perda de identidade. Fato identificado com a passagem da formação tradicional social para a constituição liberal capitalista. Todavia, o pensador deixa claro que tais estruturas essenciais precisam ser distinguidas de outros elementos sistêmicos, que podem mudar sem o sistema perder sua identidade.

O que se observa, no âmbito do capitalismo tardio, é que as incongruências que surgem no sistema econômico reverberam para o sistema administrativo em virtude da crescente intervenção estatal e do amortecimento das perturbações engendradas pelas disfunções econômicas. A partir destes deslocamentos de inquietações sistêmicas, também surgem novos interesses que impõem ao Estado a dar conta de duas tarefas fundamentais: ele deve incentivar a manutenção do movimento de acumulação de capital, bem como assegurar a lealdade das massas.

Ora, de acordo com Keane (1984), a necessidade de ampliar a capacidade de planificação do Estado a fim de realizar o interesse geral dos capitalistas (manutenção do sistema) se choca com a necessidade de manter um espaço de liberdade de investimento aos capitalistas individuais. Assim, a planificação estatal entra num movimento oscilatório entre uma ampliação de sua autonomia em face dos seus destinatários e uma submissão a interesses particulares. O que se verifica, mesmo antes de uma análise sobre as características e a evolução do capitalismo, é a impossibilidade estrutural do Estado capitalista se tornar um “capitalista coletivo ideal”.

3.1 CARACTERÍSTICAS E EVOLUÇÃO DO CAPITALISMO

O capitalismo pode ser definido como um sistema socioeconômico em que os meios de produção e as mercadorias são predominantemente de propriedade privada. Adotado por muitos países, Seu objetivo principal é a máxima obtenção de lucro e acúmulo de riquezas. Ele surgiu na Europa durante a idade média, entre os séculos XI e XV. Lentamente substituiu o feudalismo, outra forma de organização da produção e das relações de trabalho (COSTA, 2005). Para a autora, o capitalismo tornou-se predominante a partir do século XVIII.

No sistema capitalista a sociedade é marcada pela divisão de classes sociais, separação entre duas classes sociais: a burguesia e o proletariado. A burguesia é representada por um grupo de pessoas que se tornaram donas dos meios de produção (máquinas, equipamentos, matérias-primas, terras) que são necessários à produção de bens e mercadorias. Já o proletariado (o mesmo que trabalhadores) vende a sua força de trabalho (SCHMIDT, 2005).

Para Freitas (2012) o sistema capitalista se fundamenta nas relações econômicas e sociais em que os homens, mesmo os que não são proprietários de capital, são agentes livres para comprar tudo o que possa satisfazer suas necessidades visto que não tendo nenhuma propriedade podem vender sua capacidade de trabalho e/ou suas habilidades. Os capitalistas trabalham com uma analogia mercadista na qual milhares de produtos estão à disposição de milhares de compradores, tornando o capitalismo como uma definição de *laissez-faire* ou “mão-invisível”, que usa esse termo para demonstrar um regime de concorrência livre.

Complementando este pensamento, Costa (2005) afirma que no capitalismo os meios de produção pertencem a uma pessoa ou a um grupo de pessoas, de maneira geral. Porém, em muitos países capitalistas existem as empresas estatais, que atuam nos transportes, fornecimento de água e energia; o estado é o “dono das empresas estatais”; não é exaustivo lembrar que, nas últimas décadas, muitos países estão diminuindo essas empresas estatais, privatizando-as, ou seja, vendendo-as.

Além da economia de mercado ser traço marcante do capitalismo, o que, para Freitas (2012) caracteriza-se como sendo um modelo sistêmico no qual as empresas são livres para decidirem quando, onde e como produzir as mercadorias e de que maneira vendê-las, também aparece correlata com este mecanismo de relações econômicas a chamada lei da oferta e da procura, cujos preços das mercadorias variam de acordo com a procura por parte do consumidor e com a quantidade do produto em oferta.

Somando-se às características acima, aparece a livre concorrência, cuja idéia é a de que diferentes empresas de um mesmo ramo da economia, ao concorrerem entre si, proporcionam uma redução dos preços e a melhoria do que é oferecido, pois o consumidor optará por aqueles produtos ou serviços que oferecem a melhor qualidade pelo menor preço possível. (COSTA, 2005).

No entanto, Costa (2005) esclarece que essa concepção também nem sempre funciona. Existem empresas que se unem, formando cartéis, que é uma prática em que as diferentes organizações estabelecem o mesmo preço sobre o produto. Em muitos casos, isso é considerado crime, mas existem outras formas de se praticá-lo. Uma delas, muito comum, é através da fusão entre duas empresas, que é uma tendência mais recente na economia capitalista que se difundiu a partir do século XX.

Segundo a autora, nas sociedades capitalistas, o elemento central da economia é o capital, que pode ser entendido como dinheiro que é investido no processo produtivo, com o objetivo de gerar lucro. Diferencia-se do dinheiro que se destina à satisfação das necessidades pessoais dos indivíduos. O capital é aplicado em instalações, máquinas, mão-de-obra, entre outros elementos ou agentes de produção (COSTA, 2005). Sendo assim, a autora acrescenta que no sistema capitalista o lucro passa a ser o principal objetivo da organização da produção, e

uma das saídas para alcançar tal finalidade repousa na redução de custo da matéria prima que compõe o processo produtivo.

É de fundamental importância explicitar que o sistema capitalista passou por muitas fases até se transformar no que é hoje, porém todas essas mudanças sempre acarretaram mudanças sociais, verdadeiras revoluções no âmbito do desenvolvimento das opiniões a respeito do conceito e das atividades capitalistas. Desta forma, Costa (2005) expõe as seguintes fases que caracterizam a evolução do capitalismo:

Fases do sistema capitalista:

- a) **Capitalismo comercial:** se estendeu do séc. XV até o séc. XVIII marcou o início das grandes navegações em busca de novos territórios e recursos, durante esse período a economia funcionou segundo a doutrina mercantilista.
- b) **Capitalismo industrial:** possibilitado pelo acúmulo de capital que contribuiu para a revolução industrial, a partir daí o lucro não seria mais obtido apenas pelo comércio, mas também pela produção de mercadorias, isso gerou uma nova classe econômica; o proletariado.
- c) **Capitalismo financeiro:** final do séc. XIX, o aumento na produtividade das empresas torna possível a segunda revolução industrial. A partir daí tem início o processo de concentração e centralização de capitais, este fato gerou aumento na concorrência favorecendo o monopólio em determinados setores do mercado.
- d) **Capitalismo informacional:** iniciado com a terceira revolução industrial ocorreu a disseminação de novas empresas e tecnologias, o conhecimento era supervalorizado e crucial para o desenvolvimento de novas tecnologias.

Mediante essa trajetória do capitalismo, é necessário compreender que tal processo acumulativo de riqueza produz alguns efeitos na sociedade. Assim, Para subsistir, o capitalismo incentiva o consumo, despertando, de forma artificial das chamadas estratégias de marketing⁷, um sentimento, como que uma necessidade de consumir os bens produzidos. A essa prática desordenada de consumo, chamamos consumismo, que nada mais é que o culto ao supérfluo e à ostentação, que gera contrastes: uns com muito (ou demais) e outros com nada. A sociedade consumista é um desvio das exigências éticas. Cria privilégios, fortalece uma minoria e exclui as

⁷ Estratégias de marketing são planos desenhados para atingir os objetivos do marketing. Sendo Marketing o caminho empresarial de otimização de lucros por meio da adequação da produção e oferta de mercadorias ou serviços às necessidades e preferências dos consumidores.

massas. O mercado torna-se deus e vida da sociedade. Estar excluído do mercado é não ter vida. (GALVÃO, 1996).

Diversas contribuições econômicas, tecnológicas e de conforto foram proporcionadas pelo capitalismo, porém, este também produziu diversos aspectos negativos nas sociedades, causando grandes impactos. Os principais problemas provocados por ele são:

e) **Divergência entre capital e trabalho:** processo derivado da luta pelos interesses da classe proletária que constantemente busca melhorias em diversos aspectos como aumento salarial, diminuição da jornada de trabalho, melhores condições de trabalho entre outras reivindicações trabalhistas, do outro lado estão os detentores dos capitais e dos meios de produção que exploram a mão-de-obra com objetivo de adquirir uma lucratividade maior e assim acumular mais capitais. (FREITAS, 2012).

f) **Degradação ambiental:** o sistema capitalista está ligado à produção em massa e o consumo na mesma proporção, com isso produz o lucro, para a obtenção de matéria-prima é preciso retirar da natureza diversos recursos. A exploração constante e desenfreada tem deixado um saldo de devastação profunda no meio-ambiente. Durante o último século o mundo passou por profundas evoluções e a natureza sempre foi usada nesse processo, porém sem planejamento a mesma já demonstra saturação e incapacidade de regenerar. Ultimamente a humanidade tem comprovado os reflexos, tais como aquecimento global, elevação dos oceanos, mudanças climáticas, escassez de água entre muitos outros. (FREITAS, 2012).

g) **Intensificação das desigualdades sociais:** a busca incessante por lucros faz com que haja uma grande exploração do trabalho por parte dos donos dos meios de produção, isso ocorre com mais intensidade por causa da falta de emprego, como existe uma grande oferta de trabalhadores os salários consequentemente são baixos, além da modernização da produção que retira um número muito elevado de postos de trabalho. A exploração da força de trabalho aumenta cada vez mais a disparidade econômica existente, pois concentra as riquezas nas mãos de poucas pessoas. (FREITAS, 2012).

h) **A extinção dos valores humanos:** o ponto máximo, o objetivo maior do capitalismo é o consumo e para isso uma série de artifícios é usada para que as pessoas aumentem gradativamente o seu consumo, muitas vezes sem necessidade, isso é fruto dos anúncios publicitários que influenciam as pessoas e essas até de

forma inconsciente ingressam nesse processo articulado pelo sistema. É justamente nessa busca por adquirir bens materiais que os valores humanos são perdidos ou deixados de lado, pois o que as pessoas possuem torna-se mais importante do que o que elas realmente são, além disso, as relações humanas como amizade, solidariedade, companheirismo são ignoradas. (FREITAS, 2012).

Certas medidas resultantes do capitalismo tem destruído parte da conscientização populacional, pois contribuem para uma sociedade egoísta que não se importa com o que suas atitudes possam estar causando, direcionando seu pensamento apenas em benefício próprio.

O capitalismo promete o paraíso da abundância de consumo. Para obter a satisfação de todos os desejos de consumo, eles prometem a superabundância de produção, via maximização do progresso técnico. Quanto mais técnica mais produção, mais satisfação de desejos de consumo. O capitalismo é um sistema materialista-consumista, por excelência. Para a maximização do progresso técnico – segredo dessa promessa – é necessário, segundo eles (capitalistas) a sobrevivência dos mais competentes e a exclusão/sacrifício dos mais fracos. (DOBB, 1993). Sendo assim, após as décadas de 1970 e 1980, o mundo assistiu a um formato de capitalismo associado às intensas intervenções do Estado, cujo progresso baseou-se nos aumentos de produtividade e no consumo em massa.

3.2 CAPITALISMO PÓS DÉCADAS DE 1970 E 1980

Após a segunda Guerra Mundial, o fordismo associado às políticas Keynesianas, promoveram uma época de prosperidade e expansão econômica do capitalismo que se caracterizou com expressões como “A idade de ouro do Capitalismo”; “Anos dourados do Capitalismo”, dentre outras. Para Arrighi (1996), Sob a tutela hegemônica dos EUA, verificou-se pelo menos nos países do centro capitalista industrial da época, uma tolerada partilha dos ganhos de capital entre capitalistas e trabalhadores, bem como o funcionamento do Estado de Bem-estar Social⁸, sustentado pelas políticas Keynesianas.

⁸ Na década que seguiu à crise de 1929, o modelo que passou a ser adotado foi o do Estado de Bem-Estar Social. Nele, o Estado é quem se responsabiliza pela política econômica, cabendo a ele as funções de proteção social dos indivíduos – Educação, saúde, seguridade social.

Para Arrighi (1996), o Keynesianismo⁹ pode ser descrito como o modo de regulamentação que permitiu ao regime fordista¹⁰ ser realizado com todo o seu potencial, pois este regime teve uma base particular de desenvolvimento capitalista com altos investimentos de capital fixo, que acabaram por criar uma capacidade dos aumentos de produtividade e consumo em massa. O interesse maior é compreender que esta capacidade potencial, para ser realizada, logrou as necessárias ações políticas e governamentais adequadas, assim como instituições sociais, novas normas e massificação de hábitos.

Ainda, para salientar o modelo fordista, Harvey (1998, p.121), utiliza a seguinte definição de porque se denominou fordismo:

O que havia de especial em Ford [...], era a sua visão, ser reconhecimento explícito de que produção de massa significava consumo de massa, um novo sistema de reprodução da força de trabalho, uma nova política de controle e gerência do trabalho, uma nova estética e uma nova psicologia, em suma, um novo tipo de sociedade democrática, racionalizada, modernista e populista.

Com isso, Harvey (1998) procura com precisão de termos, descrever o novo processo que em última análise se definiu fordismo, por distinguir-se do Taylorismo¹¹, para explicitar de forma convexa a nova trilha que o capitalismo estava tomando, necessitando de um novo tipo de trabalhador adequado ao novo processo produtivo.

De acordo com Lipietz (1989, p.35), os EUA, numa autêntica postura hegemônica, assemelhada ao seu compromisso fordista interno, viam na reconstrução econômica e política dos países devastados pela guerra, uma estratégia de também “reconstruir para seu lado mercados prósperos e anticomunistas”. Todavia, é antes da segunda guerra mundial que os países aliados reuniram-se para estabelecer as bases do futuro do sistema internacional.

Reuniões e acordos que, do ponto de vista de Arrighi (1996), o sistema monetário mundial criado em Bretton Woods (1944), foi mais que um conjunto de acordos para a estabilização monetária de algumas moedas e a própria fixação de

⁹ Keynesianismo – conjunto de ideias que propunham a intervenção Estatal na vida econômica com o objetivo de conduzir a um regime de pleno emprego.

¹⁰ Fordismo: criado por Henry Ford, em 1914, é um termo que se refere ao modelo de produção em massa de um produto, ou seja, ao sistema das linhas de produção.

¹¹ Taylorismo é um modelo de administração desenvolvido pelo engenheiro Frederick Taylor que tem como principal característica a ênfase nas tarefas. O objetivo é o aumento da eficiência ao nível operacional.

uma taxa de câmbio fixa entre dólar e o ouro. Não se tratou apenas de restabelecer o antigo regime do padrão-ouro, agora com o dólar fazendo o papel de moeda internacional. Existiu ali uma renovação no “agente e modo” de produzir o dinheiro mundial.

Anterior aos acordos de Bretton Woods, o circuito das finanças mundiais eram organizados e controlados por agentes privados, que visavam lucro através deste. A partir daí a produção e regulamentação do dinheiro e finanças a nível mundial, passou a ser controlado por entidades governamentais, “em princípio FMI e Banco Mundial, e, na prática, o Sistema de Reservas Federal dos EUA, agindo em concerto com os bancos centrais dos aliados mais íntimos e mais importantes do país” (ARRIGHI, 1996, p.287). Ou seja, a produção do dinheiro mundial se tornou um produto de atividades de gestão do Estado.

Decorridos cerca de duas décadas de capitalismo virtuoso, já em meados da década de 1960, começam a surgir os impasses que decorreram numa crise mundial de múltiplos aspectos; e posteriormente na gradativa ruptura da antiga forma e construção de uma nova fase de capitalismo mundial. Nesse aspecto, o fordismo como sustentáculo do industrialismo norte-americano conhecia seu auge de maturidade, porém, nesse período, já se percebia nas diversas partes do mundo a crescente queda nas taxas de lucratividade dos capitalistas. Novamente passava a existir na história do capitalismo mais uma de suas crises cíclicas de superprodução e esgotamento de um padrão. Frente ao grande excedente inutilizável das empresas, se fazia necessário uma maior racionalização de custos e processos de trabalho, bem como flexibilidade na alocação de investimentos e uma profunda reorganização das bases de acumulação (HARVEY, 1998, p. 136-137).

O período de 1965 a 1973 foi marcado pelo aprofundamento da incapacidade do fordismo e do Keynesianismo de desfazer as próprias amarras do capitalismo. Para se livrar dos enlaces proporcionados pela rigidez e limites do modelo anterior, o capital busca formas de valorização mais livres da regulação estatal. Sendo assim, para caracterizar esta nova fase de capitalismo, Harvey (1998, p. 140), utiliza a expressão “acumulação flexível”, que se apoia diretamente na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo.

Quando se trata de acumulação flexível, destaca-se também o toyotismo¹² ou modelo japonês que provavelmente causou maior impacto, tanto pela revolução técnica e organizacional na indústria japonesa, quanto pela forma como se propagou pelo mundo. Segundo Arrighi (1996), a indústria japonesa se baseou numa estrutura mais descentralizada de produção, constituindo várias camadas de subcontratação onde todos são formalmente independentes, mas formam uma intrínseca rede que abastece as grandes empresas japonesas.

No âmbito das novas mudanças que impulsionaram, progressivamente, a empresas japonesas; Harvey (1998, p.151-152) mostra o outro lado da moeda ao dizer que o padrão de acumulação flexível aliado às novas formas de tecnologia, acelerou as formas de desigualdade geográfica. Pois sua tese é que “a mobilidade e supressão temporal das tomadas de decisão e da movimentação do capital pelo globo, desinteressadas nas causalidades que poderiam advir, criaram um mundo marginal a esta forma de acumulação”. Apesar disso o capital inclui a busca de novas localidades, bem como a própria modificação da geografia do capitalismo.

Quanto ao papel do Estado neste novo contexto de capitalismo, já nos anos 70, nos países centrais¹³ os Estados foram desfazendo seu apoio de Bem-Estar Social; as políticas adotadas passaram a um ataque ao salário real e depredação do movimento sindical. O cenário de difusão da competitividade transformou os Estados em empreendedores, estes deviam fomentar oportunidades para os negócios e conter os movimentos sociais.

Quanto aos países do Terceiro Mundo¹⁴, as decorrências foram também diferenciadas. Com a expansão produtiva das multinacionais e mesmo através dos vínculos de subcontratação, alguns destes países conseguiram ao longo dos anos 70 e 80 desenvolverem suas indústrias locais, tornando-se os “novos países industrializados” o problema acabou sendo a crescente incapacidade destes governos nacionais em regular seu crescimento. Somou-se a isto, a própria financeirização do capital e crescimento brutal dos mercados financeiros, que

¹² O Toyotismo é um modo de produção caracterizado pela produção de acordo com a demanda, objetivando a não acumulação de produtos e matérias-primas.

¹³ Países centrais são países que detêm maior poder político, econômico e militar. São eles que produzem novas tecnologias, exportam produtos culturais e bens de alto valor. Ou seja, são os mais ricos, são eles: os EUA, o Canadá, a maioria dos países da Europa, e o Japão.

¹⁴ Países de terceiro mundo são os países pobres, de baixo desenvolvimento social e subdesenvolvidos. Em geral são países africanos, latino-americanos, asiáticos ou do Oriente Médio. O nome deriva da época da Guerra Fria, em que as superpotências Estados Unidos e União Soviética polarizavam o mundo.

tiveram consequências desastrosas para o Terceiro Mundo no decorrer dos anos 80 e 90 (ARRIGHI, 1996).

Para Havey (1998), a expansão do capital financeiro a partir dos anos de 1970 foi mais uma saída do sistema capitalista frente à crise e estagnação do modelo fordista/keynesiano. Assim, a expansão do capital mantido nos mercados monetários através do comércio de especulação de divisas passou a se expandir com força a partir dos câmbios flutuantes e diferenciais de taxas de juros; fator pertinente à derrocada do Acordo de Bretton Woods nos primeiros anos de 1970. De acordo com Arrighi (1996), o aumento da financeirização é uma tendência que predomina nos processos de expansão capitalista em escala mundial. Pode ser considerada como decorrência, invariável, das grandes expansões do comércio e produção mundiais, ou seja, o capital tomaria a valorização financeira como reação às intensificações das pressões competitivas.

Esse conjunto de acontecimentos que ocorreu no mundo teve forte impacto também no Brasil, que acabou sendo o último país da América latina a inaugurar um modelo de Estado nos moldes da financeirização internacional, ou, para muitos, um exemplo de Estado neoliberal (FILGUEIRAS, 2006). São fatos que, acrescenta o autor, levaram à crise o modelo de Estado desenvolvimentista vigente desde a década de 1930, responsável pelo nível considerável de industrialização alcançado pelo Brasil, ainda que uma industrialização que não logrou satisfazer as carências da maior parte da população.

Conforme depõe Filgueiras (2006), os dois choques do petróleo (1973 e 1979) atingiram em cheio a economia nacional que, primeiro se apoiava no petróleo importado barato. Segundo, o choque dos juros norte-americanos agigantou a dívida externa, além de levar a uma imensa fuga de capitais, levou também a uma queda do preço das commodities¹⁵, causada pela recessão mundial. Também, acrescenta-se a estes fatores o afastamento do Brasil do sistema financeiro internacional, em consequência da moratória mexicana em 1982. Isto afetou profundamente a economia brasileira, pois a industrialização brasileira foi construída a partir de um modelo dependente de financiamento externo.

Ernesto Geisel assumiu a presidência em 1974, nos estertores do milagre econômico. A tendência de uma maior participação estatal, no intuito de completar o

¹⁵ Commodities são artigos de comércio, bens que não sofrem processos de alteração (ou que são pouco diferenciados) como frutas, legumes, cereais e alguns metais.

ciclo industrial sob a direção do Estado, ainda que sob condições internacionais desfavoráveis, levou a uma perda gradual de apoio da burguesia aos governos militares e sua adesão, a partir da década de 1980, ao projeto neoliberal. Nessa direção, Senra (2005, p.189) afirma que “Geisel e o II PND representam, portanto, o momento de auge e início da crise do Estado desenvolvimentista¹⁶ brasileiro, naquele momento expresso na forma política de uma ditadura militar”.

Conforme Filgueiras (2006), De 1930 a 1980, o Estado brasileiro, sob dois regimes autoritários (Estado Novo e Ditadura Militar) e um democrático (Democracia Populista), já tomou a forma de Estado desenvolvimentista mais bem sucedido da América Latina, liderando um crescimento acelerado durante décadas, até entrar em crise. Assim, Caracterizando-se por perseguir o alto crescimento e, em alguns casos, metas de bem-estar social, o Estado desenvolvimentista preocupa-se com matérias substantivas, especialmente a política industrial, considerando de interesse estratégico a indústria nacional e a competitividade internacional da nação.

A década de 1980 ficou conhecida, no Brasil, como a década perdida. Pois, segundo Filgueiras (2006), o país encontrava-se mergulhado em sérias dificuldades: inflação, dívida externa, queda dos investimentos, declínio do crescimento econômico e uma das maiores concentrações de renda do mundo.

Desde o início, limitados em suas ações por esta conjuntura, inauguraram-se os governos civis. Assim, a partir de 1982 e principalmente a partir de 1985, toda a política econômica passou a girar em torno da renegociação da dívida para voltar ao sistema internacional. Nos entendimentos para que isto acontecesse, uma nova orientação para políticas macroeconômicas nacionais passou a ser defendida pelo Fundo Monetário Internacional, com um novo pacote de condicionalidades, consubstanciada pelo Consenso de Washington: desregulamentação, privatização, abertura comercial, enfim, a desmontagem do Estado desenvolvimentista (FIORI, 1996).

Para Filgueiras (2006), o aspecto mais polêmico do novo projeto era quanto ao processo da abertura comercial que atingiria de forma muito diversa os setores industrial e agroindustrial. Não havia consenso principalmente quanto ao ritmo e a amplitude dessa possível abertura. De um lado havia os que defendiam a abertura

¹⁶ O estado desenvolvimentista é uma forma de combinar de maneira sensata ou pragmática a coordenação pelo estado e a coordenação pelo mercado nas economias capitalistas (PEREIRA, 2016).

como instrumento de combate a inflação. Como de fato viria a ocorrer, e, de outro, os que a pretendiam como instrumento de modernização e aumento da competitividade, através de política industrial ativa. Política que pode se traduzir como diretrizes do então consenso de Washington que levaria o Brasil a inaugurar sua participação no contexto do capitalismo financeiro.

3.2.1 O Brasil no contexto do capitalismo financeiro

Paradoxalmente, foi o surgimento de um partido político como o PT que, ao ameaçar tomar o poder para os trabalhadores dentro do próprio sistema democrático, acabou unificando, a partir da eleição de Fernando Collor de Melo em 1989, as diversas frações do capital em torno do novo projeto. Desse modo, nos anos de 1990, o liberalismo, que já havia penetrado na maior parte da América Latina, implantava-se no Brasil, com toda força (FILGUEIRAS, 2006).

O Brasil, até então, apesar da participação do capital externo, era uma economia bastante fechada. A indústria nacional era protegida, havendo diversas restrições às importações. Vários setores que antes estavam protegidos da concorrência eterna passaram a competir com produtos importados. Com Collor, efetivamente se constrói entre as elites, o consenso necessário para implantar o novo modelo econômico.

A mensagem neoliberal que o Consenso de Washington registraria vinha sendo transmitida vigorosamente, a partir do começo da Administração Reagan nos Estados Unidos, com muita competência e fartos recursos humanos e financeiros, por meio de agências internacionais e do governo norte-americano. Acabaria cabalmente absorvida por substancial parcela das elites políticas, empresariais e intelectuais da região, como sinônimo de modernidade, passando seu receituário a fazer parte do discurso e da ação dessas elites, como se da sua iniciativa e de seu interesse fosse (BATISTA, 1994, p.5).

Assim, diante de tanta propaganda, até mesmo as condicionalidades externas acabaram perdendo a cara de imposição e a necessidade de aplicação do programa do Consenso de Washington tornou-se cada vez mais consensual, desaparecendo a credibilidade de quaisquer projetos alternativos a esse modelo. Aceitou-se passivamente esse discurso e colocou-se o país numa posição de dependência externa total, abrindo-se mão da própria soberania nacional. Contribuíram, também, para esse consenso os muitos economistas e cientistas políticos formados em

Universidades norte-americanas, de Chicago e Harvard, onde predominavam a visão clássica e monetarista dos problemas econômicos (BATISTA, 1994, p. 8).

Também em consonância com as deliberações de Washington, segundo Paulani (2015), O governo FHC (1995-2002) assumiu como programa de governo o neoliberalismo¹⁷ e definiu as condições fundamentais para o ingresso ativo do país na era da financeirização, através da estabilização monetária, para viabilizar o cálculo rentista; da resolução dos problemas originados pela moratória de 1987, para recuperar a confiança dos credores; pela adoção de uma política monetária de elevadíssimos juros reais; de um rígido controle fiscal de modo a gerar superávits primários¹⁸ cada vez maiores; e pelas privatizações.

Contrariamente à década de 1980, na qual o governo promovia uma política econômica de desvalorização cambial para incentivar as exportações em detrimento das importações, agora os países periféricos¹⁹ podem, inclusive, ter déficit em sua Balança Comercial, devido à valorização da moeda e abertura comercial, que suas contas, mesmo assim, serão fechadas, mesmo que à custa de um endividamento interno crescente. Com isso, “a nova política para o setor industrial marcou uma reviravolta em relação à política implementada no período desenvolvimentista: abertura comercial, eliminação de subsídios, flexibilização das normas para o capital estrangeiro e privatização do setor produtivo e da infraestrutura estatal” (LAPLANE e SARTI, 2006, p.272).

O discurso corrente era o de que a crise da década de 1980 teria ocorrido, em grande medida, devido ao excesso de participação do Estado na economia e a solução estaria na “redução da presença do Estado, a redução dos gastos públicos, e a passagem de toda atividade econômica estatal para o setor privado: Estado mínimo e mercado livre” (LESBAUPIN e MINEIRO, 2002, p.29), os argumentos para a privatização, em grande medida eram os seguintes: “as empresas estatais eram obsoletas, dispendiosas e ninhos de ‘marajás’; isto se devia a seu caráter de

¹⁷ Neoliberalismo – doutrina desenvolvida a partir da década de 1970, que defende a absoluta liberdade de mercado e uma restrição à intervenção estatal sobre a economia, só devendo esta ocorrer em setores imprescindíveis e ainda assim num grau mínimo.

¹⁸ Superávit primário é o dinheiro que o governo consegue economizar. É aquilo que ele gasta (em despesas que não são financeiras) a menos do que arrecada, e esse saldo é usado para pagar juros da dívida pública.

¹⁹ Países periféricos são aqueles que dependem dos países centrais, tem economias pouco desenvolvidas, possuem pouca influência no cenário internacional. Estes comercializam mais as matérias-primas e, eventualmente, conseguem algum valor a estes produtos, mas sempre em grau baixo.

monopólio estatal, não submetido à concorrência [...] e o Estado brasileiro estava falido, com uma dívida pública imensa: a privatização era necessária para reduzir a dívida pública” (LESBAUPIN e MINEIRO, 2002, p.29).

O aumento da dívida pública e a desvalorização cambial, no início do segundo mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso, em 1999, fizeram com que o governo liberasse recursos para o setor bancário através do Programa de Estímulo e Reestruturação e Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (PROER). Além disso, o Fundo Monetário Internacional, passa a exigir, para garantir o pagamento da dívida: i) metas de inflação; ii) superávit primário e; iii) câmbio flutuante. As metas de inflação foram estipuladas em 4,5% ao ano, com margem de dois pontos percentuais e é importante para o investidor em títulos públicos saber qual é a taxa real de juros que obtém com o investimento; o superávit primário estabelecido foi de no mínimo 3,1%, pois garante que o governo economize para pagar os juros da dívida e o câmbio flutuante permite especular contra a variação cambial.

Nos dois mandatos de FHC o crescimento econômico foi pífio, de 2,3% ao ano; a participação da indústria no PIB diminuiu, pois não havia uma política econômica destinada à industrialização e os ganhos do capital financeiro foram elevados. Nesse sentido, “não é de estranhar que, nos últimos anos de sua administração, quase 60% de todas as despesas [...] tenham sido canalizada para o pagamento de juros e amortizações da dívida pública” (SAMPAIO JR., 2005, p.299).

Nogueira Batista chama a atenção para o fato de que até mesmo o órgão máximo da indústria paulista – a FIESP – acabou endossando a “sugestão de volta ao passado, de inversão do processo nacional de industrialização, como se a vocação do Brasil, às vésperas do século XXI, pudesse voltar a ser a de exportador de produtos primários” (BATISTA, 1994: 5).

Sendo assim, a China passa a ser o principal parceiro comercial do Brasil, cuja exportação nacional passa a ser predominantemente de produtos primários; na década de 1990 exportávamos 19,5% de produtos primários e 80,5% produtos industrializados; na década seguinte, 1990, esses números mudam para 68% de produtos primários e 32% de produtos industrializados; e entre 2000 e 2008, 77,5% foram produtos primários e 22,5% produtos industrializados, sendo que destes últimos, 12,2% estão relacionados a produtos naturais (CANO, 2012).

Na primeira década do século XXI, a América Latina torna-se especialmente atraente para o sistema do capital em um duplo movimento: como detentora de recursos naturais a serem expropriados por centros capitalistas hegemônicos, inclusive a China, no processo analisado por David Harvey (2004) como acumulação por espoliação²⁰; como espaço de destinação do capital financeiro a deslocar-se para regiões consideradas periféricas. Assim, nesta primeira década do século XXI, tem-se um ciclo de crescimento dos países latino-americanos, nos marcos de uma acumulação rentista-extrativista (GALARZA, 2014). Trata-se da materialização do movimento do capital financeiro global, nos circuitos da crise, no sentido de reforçar as formas de acumulação por espoliação em torno da energia/hidrocarburetos, construção/infraestrutura, agricultura transgênica/agrocombustíveis. Desse modo, Segundo Galarza (2014), a América Latina deflagra um período de crescimento anticíclico da Região, alcançando índices em torno de 5% ao ano, enquanto os países do centro suportam situação de crise. Tal arranjo permite ao Estado impulsionar políticas redistributivas e de assistência social, que contribuem para um amplo respaldo aos governos (GALARZA, 2014).

Na segunda década deste século XXI, mais precisamente nos anos de 2012/2013, este ciclo de crescimento dos países latino-americanos dá mostras de esgotamento, revelando-se, então, as expressões da crise do capital que, adentra a América Latina (CARVALHO, 2013). Em 2013, a onda de preços altos de commodities – que desde 2003 e 2004 haviam subido fortemente, favorecendo as exportações básicas de minerais, alimentos e energia – começa a modificar-se. Particularmente, verifica-se uma tendência à baixa no preço internacional do petróleo, pela incidência de diversos fatores geoeconômicos e políticos (GALARZA, 2014).

Os fatos, vistos acima, comprovam que o processo de globalização, no qual os países em desenvolvimento, naquela fase, tornaram-se competitivos frente aos países centrais, não caminhou nos moldes do capitalismo contemporâneo, como se esperava, mesmo diante de todo desenvolvimento tecnológico, das imagens, dos recursos, das pessoas e dos bens de consumo que transformaram as relações humanas.

²⁰ Acumulação por espoliação é a combinação, ainda que de forma contraditória, da lógica econômica; dos processos acumulativos de capital, e das estratégias políticas, diplomáticas e militares.

3.3 CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO E GLOBALIZAÇÃO

A partir da segunda metade do século XX, as atenções do mundo se voltaram para o desenvolvimento tecnológico, imagens, recursos, pessoas e bens de consumo que transformaram as relações humanas. Esse fenômeno é normalmente associado ao vocábulo conhecido por “globalização”. Embora sabendo que a globalização contemporânea tenha suas características dominantes, isto é, seu aspecto econômico, político e cultural; neste trabalho será dado ênfase à internacionalização do capital e da sucessão dos regimes de acumulação capitalista. Motivo pelo qual ajudará a compreender a nova configuração do capitalismo que se instalou a partir dos escombros do formado industrial.

Assim, o período imediato pós-guerra é considerado como período de gestação do capitalismo contemporâneo (IANNI, 2001). Para o mesmo autor, foi algo jamais visto anteriormente em escala semelhante, por sua intensidade e generalidade. O capital perdia parcialmente sua característica nacional, tais como a inglesa, norte-americana, alemã, japonesa, francesa ou outra, e adquiria uma conotação internacional. Não só havia um novo modelo de reprodução do capital em escala internacional, como também alterava-se as formas de reprodução do capital em âmbito nacional. Mas é com o fim da guerra fria que essa internacionalização se tornou mais intensa e generalizada. Para Ianni (2001), é a partir desse momento que as economias das nações do ex-mundo socialista transformaram-se em fronteiras de negócios, inversões, associações de capitais, transferências de tecnologias e outras operações, expressando a intensificação e a generalização dos movimentos e das formas de reprodução do capital em escala mundial.

Com as mudanças de políticas econômicas nas nações de regimes socialistas, a nova divisão internacional do trabalho, a flexibilização dos processos produtivos e outras manifestações do capitalismo mundial, as empresas, corporações e conglomerados transnacionais adquiriram preeminência sobre as economias nacionais (IANNI, 2001). De fato, elas se constituem nos agentes e produtos da internacionalização do capital. Tanto é assim que as transnacionais redesenham o mapa do mundo, em termos geoeconômicos e geopolíticos muitas vezes bem diferentes daqueles que haviam sido desenhados pelos mais fortes Estados nacionais.

Também é importante compreender que, para Harvey (1998), as novas configurações do capitalismo contemporâneo derivam, em grande parte, da sucessão de rupturas desencadeadas a partir do colapso sistêmico do regime de acumulação fordista, na segunda metade do século XX. Neste período, o fordismo passa por uma aguda crise: baixa lucratividade, elevação inflacionária nos países capitalistas, taxas de juros altas empregadas pelos Estados Unidos, desvalorização do dólar, crise do petróleo, avanço do modelo de reivindicação das classes sociais e compilação da teoria crítica ao trabalho. Diante destas turbulências que sacudiram o capitalismo numa nova crise, a resposta que colocariam o sistema numa nova etapa de acumulação de capital viria com as práticas que, segundo Harvey (1998, p.140-141) tem as seguintes características:

Flexibilidade dos processos de trabalho, dos produtos e padrões de consumo; surgimento de serviços financeiros e novos mercados; manutenção de taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional; rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas; valorização do trabalho no setor de serviços; e, finalmente, a inserção de conjunto e práticas industriais em áreas até então, pouco industrializadas que utilizam estratégias arrojadas de atração de capital, mão de obra barata, isenção de imposto e baixo custo de instalação das empresas (Flandres, na Bélgica; Califórnia, nos EUA; Cingapura, em Cingapura; Seul, na Coreia do Sul, entre outros).

Além do que foi posto acima, a abundância de técnicas e tecnologias que permitem a “compressão do espaço-tempo” acompanhada por uma radical reestruturação no mercado de trabalho e também de um retrocesso do poder de luta dos sindicatos trabalhistas constituem a base da internacionalização do capital (HARVEY, 1998). Assim sendo, estas mudanças também provocaram a dispersão geográfica da produção, ou das forças produtivas, compreendendo o capital, a tecnologia, a força de trabalho, a divisão social do trabalho, o planejamento e o mercado (IANNI, 2001). De fato, que, conforme advoga Ianni (2001), a nova divisão internacional do trabalho e da produção envolvendo o fordismo, o toyotismo, a flexibilização e a terceirização, tudo isso amplamente agilizado e generalizado com base nas técnicas eletrônicas, concretizam a globalização do capitalismo, em termos geográficos e históricos.

Esta fase, iniciada na década de 60 e parcialmente completada no início dos anos 90 provocou mudanças estruturais não somente na organização do trabalho e

operação produtiva, mas em todos os segmentos do consumo. Esse novo princípio contém em único processo de tratamento da produção, desde a mercantilização das formas culturais até a racionalização do trabalho operário (HARVEY, 1998). Por tal razão, assiste-se uma maior mobilidade e flexibilidade do capital, tendendo para uma existência nômade crescente e representando uma relação global em todos os setores da economia, da política e da sociedade.

Inicialmente, o novo modo de desenvolvimento capitalista, estrutura-se mediante o tratamento da informação e a introdução de novas tecnologias a partir da automação das máquinas e sua extensão normativa para os sistemas virtuais de controle na vida social (IANNI, 2001). Sendo assim, acrescenta o autor, a informação se define, também, como um meio eficaz de abordar e seduzir as fragilidades do indivíduo. Corroborando com este raciocínio, Castells (2002) depõe que a informação aparece, então, como o principal motor da vida contemporânea, como a forma de energia predominante no comando de todas as fases do processo de produção.

O conjunto de inovações organizacionais que transformou profundamente as estruturas de produção, quanto à relação dos processos de trabalho (contratos, organização no interior da empresa, salários, gestão de recursos humanos) e do convívio social (dinâmica do consumo, lazer, acesso), apresenta como objetivo básico o atendimento dos quesitos necessários para a prosperidade do capital (HARVEY, 1998). Estas modificações buscam uma maior eficiência produtiva associada à produção sem estoque e de pronta reação à demanda do mercado. Para Chesnais (1997), essas inovações consistem na combinação de dois princípios: auto ativação e Just in time. O primeiro, a auto ativação, procede para um único processo de transformação do trabalhador em atores multifuncionais a partir da linearização da produção e da organização do trabalho em torno de postos polivalentes. O segundo, o just in time, refere-se ao maior rendimento do trabalho vivo, centrado na manipulação e observação simultânea da necessidade de suprir no tempo estipulado a quantidade exata de produtos.

Pode-se afirmar que a característica deste refere-se à diminuição do tempo de giro da mercadoria e a racionalização do trabalho. Isto se torna possível mediante a introdução de novas tecnologias de produção, como a automação e robotização dos sistemas, em relação à redução do tempo de circulação do consumo do produto, o denominado tempo de vida substancial. Esses dois campos são de grande

importância para entender a constituição do capitalismo contemporâneo e as relações de interdependência. Segundo Harvey (1998, p. 148), “a meia vida de um produto fordista típico, por exemplo, era de cinco a sete anos, mas a acumulação flexível diminuiu isso em mais da metade em certos setores (como o têxtil e o de vestuários)”.

As reproduções ampliadas do capital em escala global, compreendendo a generalização das forças produtivas, e a globalização das relações de produção podem ser vistas, para Ianni (2001), como sendo uma espécie de “fábrica global”; pois, simultaneamente como metáfora e realidade, globalizam-se as instituições, os princípios jurídico-políticos, os padrões socioculturais e os ideais que constituem as condições e os produtos civilizatórios do capitalismo. Esse é o contexto em que se dá a metamorfose da “industrialização substitutiva de importações” para a “industrialização orientada para a exportação”, da mesma forma que se dá a desestatização, a desregulação, a privatização, a abertura de mercados e a monitorização das políticas econômicas nacionais pelas tecnocracias do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial, entre outras organizações multilaterais e transnacionais (IANNI, 2001).

O modo de funcionamento da reprodução capitalista reside, sobretudo, na imaterialidade (trabalho intelectual/linguístico e trabalho afetivo) e na simbiose entre a produção e o consumo (HARVEY, 1998). De modo que, no presente período, conhecimento/informação transformam-se na base do processo de valorização e circulação da mercadoria. Movimento que, para Ianni (2001) faz o capital em geral adquirir maior universalidade. Não só representa as mais diversas formas de capital singular e particular, ou nacional e setorial, como se torna parâmetro universal das atividades e relações desenvolvidas por indivíduos e povos, por empresas e conglomerados nacionais e transnacionais, por governos nacionais e organizações multilaterais.

3.3.1 Teorias da globalização

No declínio do século XX, alguns fatos vão se entrelaçando e, gradativamente, formam o tecido que, para muitos, ainda é enigmático e completamente recheado de imprevisibilidades. Assim, para Ianni (2001) As incertezas se juntam à reflexão e a imaginação e se multiplicam em metáforas,

imagens, figuras, parábolas e alegorias destinadas a dar conta do que está acontecendo. Estes elementos também se condensam apenas em metáforas que estão abertas ao imaginário científico, filosófico e artístico, quando se descortinam os horizontes da globalização do mundo, envolvendo coisas, gentes e idéias, assim como interrogações e respostas, explicações e intuições, interpretações e previsões, nostalgias e utopias (IANNI,2001).

Para Ianni (2001), a história moderna e contemporânea tem sido vista como uma história de sociedades nacionais, ou Estados-nações. Todavia, a sociedade nacional, em suas diversas configurações, tem despertado interesse de muitos pesquisadores em desvendar as relações, os processos e as estruturas que transcendem o estado-nação, desde os subalternos aos dominantes. Assim empenham-se em desvendar os nexos políticos, econômicos, geoeconômico, geopolíticos, culturais, religiosos, linguísticos, étnicos, raciais e todos os que articulam e tencionam as sociedades nacionais, em âmbito internacional, regional, multinacional, transnacional ou mundial.

Assim, de acordo com Ianni (2001) a primeira teoria da globalização definida por Braudel e Wallerstein como “Economia-Mundo”, a qual o segundo autor prefere chamar de “sistema-mundo”, traz como importância o mapeamento que ambos fazem da geografia e da história com base no econômico, e que, a história se constitui em um conjunto, ou sucessão, de sistemas econômicos mundiais . Assim, descrevem os fatos, as atividades, os intercâmbios, os mercados e outros fatores que se relacionam diretamente ou indiretamente à primazia do econômico.

À luz de Braudel, acrescenta Ianni (2001), o conceito de economia-mundo apresenta-se como a economia do mundo globalmente, ou seja, “o mercado de todo o universo”. O que também permite entender que uma economia-mundo pode definir-se como tripla realidade: ocupa um determinado espaço geográfico; tem limites, que explicam, e que variam, embora bastante devagar (IANNI, 2001). Esta economia-mundo submete-se a um polo, a um centro, representado por uma cidade dominante, outrora Estado-cidade, e, por fim, todas as economias-mundo se dividem em zonas sucessivas. Aqui, verifica-se que há o coração, isto é, a zona que estende em torno do centro: as Províncias Unidas, nem todas, porém, quando, no século XVII, Amsterdã domina o mundo; a Inglaterra (nem toda), quando Londres, a partir de 1780 suplantou definitivamente Amsterdã (IANNI, 2001).

Quanto ao conceito de Wallerstein, um sistema mundial é um sistema social, um sistema que possui limites, estrutura, grupos, membros, regras de legitimação e coerência. Sua vida resulta das forças conflitantes que mantêm unidos por tensão e o desagregam, na medida em que cada um dos grupos busca sempre reorganizá-lo em seu benefício (IANNI, 2001). Tem características de organismo, na medida em que um tempo de vida durante o qual suas características mudam em alguns dos seus aspectos, e permanecem estáveis em outros.

É preciso entender que, segundo Ianni (2001), até o momento, só tem existido duas variedades de tais sistemas mundiais: impérios-mundo, nos quais existe um único sistema político sobre a maior parte da área, por mais atenuado que possa estar o seu controle efetivos; e aqueles sistemas nos quais tal sistema político único não existe sobre toda ou virtualmente toda a sua extensão. Por conveniência, e á falta de melhor termo, Ianni (2001) utiliza o termo “economia-mundo” para definir estes últimos. A peculiaridade do sistema mundial moderno é que uma economia-mundo tenha sobrevivido por quinhentos anos e que ainda não tenha chegado a transformar-se em um império-mundo, peculiaridade que é o segredo de sua fortaleza.

A diferença entre estes dois pensadores passa por vários aspectos. Braudel propõe uma espécie de teoria geral geo-histórica, contemplando as diversas configurações de economia-mundo. E está influenciado pelo funcionalismo originário de Durkheim e desenvolvido por Simiand e outros, combinando história, sociologia, geografia, antropologia e outras disciplinas. Ao passo que Wallerstein debruça-se sobre o capitalismo moderno, apoiando-se em recursos metodológicos muitas vezes semelhantes aos do estruturalismo marxista (IANNI, 2001).

Também é importante entender que as análises de Braudel são principalmente historiográficas e geográficas. Contemplam os acontecimentos, macro e micro, locais, provinciais, nacionais, regionais e internacionais, tendo em conta as dinâmicas e diversidades de espaços e tempos. A noção de “longa duração” é bem expressiva das preocupações e descobertas de Braudel. Segundo Ianni (2001) a longa duração é algo que se apreende nas temporalidades e cartografias articuladas nas tendências seculares. Ao passo que Wallerstein focaliza prioritariamente a anatomia e a dinâmica das realidades econômicas e políticas do capitalismo moderno, que denomina de capitalismo histórico. Como profere Ianni (2001, p.35) “são realidades vistas em âmbito nacional e internacional,

compreendendo colonialismos, imperialismos, dependências, interdependências, hegemonias, tensões e conflitos”.

Quando muitos imaginavam que a economia-mundo capitalista estivesse estritamente vinculada aos ditames das corporações transnacionais, percebe-se que, à luz de Wallerstein, o estado-nação ainda se comporta de forma soberana, mesmo que essa soberania seja limitada pela interdependência dos estados nacionais e pela preeminência de um estado mais forte sobre outros (IANNI, 2001). Cabe reconhecer, no entanto, que a soberania do Estado-nação não está sendo simplesmente limitada, mas abala pela base. Quando se leva às últimas consequências “o princípio da maximização da acumulação de capital”, isto se traduz em desenvolvimento intensivo e extensivo das forças produtivas e das relações de produção, em escala mundial. Desenvolvem-se relações, processos e estruturas de dominação política e apropriação econômica em âmbito global, atravessando territórios e fronteiras, nações e nacionalidades (IANNI, 2001).

Assim sendo, Ianni (2001) depõe, em última análise, que as contribuições de Wallerstein e Braudel conferem importância especial à economia política da mundialização. Distinguem de modo particularmente atento, as peculiaridades e complexidades das tecnologias, formas de organização da produção, intercâmbios entre organizações econômicas nacionais e internacionais, polaridades e multipolaridades, ciclos, épocas e tendências seculares das economias-mundo. Para Ianni (2001) a articulação, principalmente econômica, do conceito de economia-mundo está presente inclusive em boa parte dos comentadores, seguidores e críticos de Wallerstein e Braudel.

A segunda teoria diz respeito à interdependência das nações, pois uma nova configuração entre as nações está em curso, ela está calcada na interpretação sistêmica das relações internacionais e teve início com o fim da segunda guerra mundial e foi se definindo com o término da guerra fria em 1989. Para Ianni (2001) ela contempla a economia e política, blocos econômicos e geopolíticos, soberanias e hegemonias. A consistência destes novos formatos também se alicerça nas instituições como a Organização das Nações Unidas (ONU), O Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (BIRD) e muitas outras (IANNI, 2001). Além destas organizações, a noção de sistema mundial contempla a presença e a vigência das empresas, corporações e conglomerados transnacionais.

A visão sistêmica não obriga a compreensão de apenas sistemas majoritários sem atinar para a correlação destes com outros autores. Pois a sociedade mundial pode ser vista como um sistema social complexo, no âmbito do qual se encontram outros sistemas mais ou menos simples, tanto autônomos e relativamente autônomos como subordinados, ou subsistemas (IANNI, 2001). No âmbito da sociedade mundial, logo se destacam o sistema econômico e o político, mas também outros podem tornar-se relevantes, em termos da organização e dinâmica da mundialização.

De acordo com Ianni (2001), os sistemas se compõem de atores simples e complexos, desde indivíduos e grupos a instituições e organizações, compartilhando conjuntos de valores, comunicando-se com base em determinadas linguagens, atuando hedonisticamente e acomodando-se bem ou mal às regras institucionalizadas no mercado. Ainda, segundo Ianni (2001), estes sistemas Privilegiam a estabilidade, normalidade, harmonia, equilíbrio, funcionalidade, eficácia, produtividade, ordem, evolução. Transfere, ainda, para a realidade social, micro e macro, nacional e mundial, o princípio epistemológico que funda a cibernética: entropia, homeostase, input, output, feedback etc. Assim, os parâmetros lógicos estabelecidos pela teoria sistêmica, cada vez mais influenciada pela cibernética, aparecem em forma crescente nas reflexões sobre a organização e a dinâmica da sociedade mundial trata-se de um modo de taquigrafar aspectos da realidade permitindo construir modelos e estratégias, ou sistemas decisórios (IANNI,2001).

Mas afinal, qual a composição destes sistemas? Ianni (2001, p.82) vai dizer que “na base da ideia de que a sociedade pode ser vista como um sistema coloca-se a tese de que o mundo se constitui de um sistema de atores, ou um cenário no qual se movimentam e predominam atores”. São, segundo o autor, de todos os tipos: os Estados nacionais, empresas transnacionais, organizações bilaterais e multilaterais, narcotráfico, terrorismo, Grupo dos 7, ONU, FMI, BIRD, FAO, OIT, AIEA e muitos outros , compreendendo naturalmente também as organizações não-governamentais dedicadas a problemas ambientais, defesa de população nativas, proteção de direitos humanos, denúncias de práticas de violência e tortura (IANNI,2001).

Mas, Para Ianni (2001), o sistema mundial assim concebido, os Estados nacionais continuam a desempenhar os papéis de atores privilegiados, ainda que

frequentemente desafiados pelas corporações, empresas ou conglomerados. Muito do que ocorre e pode ocorrer no âmbito da globalização sintetiza-se em noções produzidas no jogo das relações dentre países: diplomacia, aliança, pacto, paz, bilateralismo, multilateralismo, integração regional, cláusula de nação mais favorecida, bloqueio, espionagem etc. todas essas outras noções dizem respeito à interdependência das nações. Ianni (2001, p.83) é enfático ao afirmar que “a interdependência é uma ideia muito comum em análise e fantasias produzidas acerca das configurações e movimentos da sociedade global”.

A interdependência das nações focaliza principalmente as relações exteriores, diplomáticas, internacionais. Envolve Estados passionais tomados como soberanos, formalmente em sua soberania, a despeito de suas diversidades, desigualdades e hierarquias. E diz respeito a bilateralismos, multilateralismos e nacionalismos, acomodando ideias de soberania e realidades geoeconômicas e geopolíticas regionais e mundiais (IANNI,2001).

Assim, para Ianni (2001), a interdependência, definida em poucas palavras, significa mútua dependência. Ou seja, na política mundial, interdependência diz respeito a situações caracterizadas pelos efeitos recíprocos entre nações ou entre atores em diferentes nações (IANNI, 2001). Estes efeitos com frequência resultam de transações internacionais: fluxos de dinheiro, mercadorias, pessoas e mensagens através das fronteiras. Essas transações intensificam-se dramaticamente desde a segunda guerra mundial. As relações de interdependência restringe a autonomia; mas é impossível especificar de antemão se os benefícios de uma relação irão exceder os custos.

Outra vertente explicativa do processo de globalização repousa sobre a ocidentalização do mundo. Quando se fala em ocidentalização, uma das primeiras palavras que vem a mente é modernização, isto porque tal palavra comunga com a ideia de evolução, progresso, desenvolvimento, crescimento e outros adjetivos relacionados. Conforme Ianni (2001), a propagação da ocidentalização fez com que as mais diversas formas de sociedade como tribos e nações, culturas e civilizações, passassem a ser influenciadas ou desafiadas pelos padrões e valores socioculturais característicos do processo que se instalou com as formas europeia e norte-americana.

Assim sendo, o autor diz que noções de metrópole e colônia, império e imperialismo, interdependência e dependência, entre outras, expressam também o

vaivém do processo histórico-social de ocidentalização ou modernização do mundo. As noções de país desenvolvido e subdesenvolvido, industrial e agrário, central e periférico, do primeiro, segundo e terceiro mundos, do norte e do sul ou moderno e arcaico, essas e as demais noções que povoam e continuam a povoar o imaginário mundial do século XX, e, quem sabe, de outros que virão (IANNI, 2001).

Para Ianni (2001), a tese da modernização do mundo sempre leva consigo a tese de sua ocidentalização, compreendendo principalmente os padrões, valores e intuições predominantes na Europa Ocidental e nos Estados Unidos. É uma tradução da ideia de que o capitalismo é um processo civilizatório não só superior, mas também mais ou menos inexorável. Tende a desenvolver-se pelos quatros cantos do mundo, generalizando padrões, valores e instituições ocidentais (IANNI, 2001). O autor acrescenta que a ocidentalização sempre se acomoda ou combina com os padrões, valores e instituições com as quais se defronta nas mais diferentes tribos, sociedades, nações, nacionalidades, culturas e civilizações. Pode conviver mais ou menos tensa ou pacificamente com outras formas de organização da vida e trabalho; mas em geral predominando.

Segundo Ianni (2001), modernizar, diante da teoria da modernização, pode ter um caráter de secularizar, individualizar, urbanizar, industrializar, racionalizar. Implica o suposto de que o que já ocorreu e continua a ocorrer na Inglaterra, Alemanha, França, Estados Unidos, Canadá, Japão e em outras nações, naturalmente em diferentes gradações, certamente estará ocorrendo em todas as demais nações da Europa, Ásia, Oceania, África, América Latina e Caribe.

O processo de ocidentalização do mundo encontra sustentação nas palavras de Ianni (2001, p.110) ao afirmar que “o mesmo capitalismo que se consolida e se desenvolve nos países centrais, do norte, metropolitanos ou dominantes tende a espalhar-se pelo mundo, impregnando as sociedades coloniais, subdesenvolvidas, agrárias, dependentes, periféricas, do sul, do Terceiro Mundo”. O autor ainda chama a atenção para o fato de que não se deve esquecer que no o ideário da teoria da modernização está presente a democracia, os direitos de cidadania, a industrialização das forças sociais em conformidade com padrões jurídicos de negociação e acomodação; o estabelecimento das condições e limites das mudanças sociais; as garantias contras as ideias revolucionárias traduzidas em práticas; a precedência da liberdade econômica em face da política; a primazia da cidadania política em face da social e cultural (IANNI, 2001).

A globalização também pode ser compreendida a partir da ideia de aldeia global. Assim, Ianni (2001) argumenta que com o avanço das tecnologias, sobretudo aquelas oriundas da eletrônica e da informação, as pessoas passam a se comunicarem com mais dinamismo e há inevitavelmente uma redução dos espaços que antes eram considerados inalcançáveis ou extremamente distantes uns dos outros. Apropriando-se destas tecnologias, os meios de comunicação de massa rompem ou ultrapassam fronteiras, culturas, idiomas, religiões, sexos, hierarquias raciais, assim como desigualdades socioeconômicas e outros elementos que vão formar uma aldeia global (IANNI, 2001).

Assim, a noção de aldeia global perpassa o conjunto das ideias, padrões e valores socioculturais e imaginários. Logo, é uma espécie de teoria cultura mundial. Entendida desta forma como cultura de massa, mercado de bens culturais, universo de signos e símbolos, linguagens e significados que povoam o modo pelo qual uns e outros se situam no mundo, ou pensam, imaginam, sentem e agem (IANNI, 2001).

Para Ianni (2001), em poucos anos, na segunda metade do século XX, a indústria cultural revolucionou o mundo da cultura, transformou radicalmente o imaginário de todo o mundo. A partir daí, forma-se uma cultura de massa mundial, tanto pela difusão das produções locais e nacionais como pela criação diretamente em escala mundial. São produções musicais, cinematográficas, teatrais, literárias e muitas outras, lançadas diretamente no mundo como signos mundiais ou da mundialização (IANNI, 2001). Difundem-se pelos mais diversos povos, independentemente das suas peculiaridades nacionais, culturais, linguísticas, religiosas, históricas ou como boatos sobre o fim da história, o fim da geografia, a gênese da terra-pátria, as maravilhas da sociedade da informática, o mundo como um paraíso livre do castigo do trabalho alienado (IANNI, 2001).

Uma posição defendida por Ianni (2001) é que a mídia eletrônica passa a desempenhar o singular papel de intelectual orgânico dos centros mundiais de poder, dos grupos dirigentes das classes dominantes. Para ele, Ainda que mediatizada, influenciada, questionada ou assimilada em âmbito local, nacional, regional, aos poucos essa mídia adquire o caráter de um singular e insólito intelectual orgânico, articulado às organizações e empresas transnacionais predominantes nas relações, nos processos e nas estruturas de dominação política e apropriação econômica que tecem o mundo, em conformidade com a nova ordem econômica mundial, ou as novas geopolíticas e geoeconomias regionais e mundiais.

Sendo assim, Ianni (2001) vai dizer que, no âmbito da aldeia global, tudo tende a tornar-se representação estilizada, realidade pasteurizada, simulacro, virtual. Acrescenta que a indústria cultural transforma-se em um poderoso meio de fabricação de representações, imagens, formas, sons, ruídos, cores e movimento. De maneira cada vez mais livre, arbitrária ou imaginosa, o mundo que aparece na mídia tem muito de um mundo virtual, algo que existe abstratamente e por si, em si. Muitas vezes tem apenas uma remota ressonância do que poderiam ser os acontecimentos, as configurações e os movimentos da sociedade, em nível local, nacional, regional ou global.

Nas palavras de Ianni (2001, p.122) “a aldeia global pode ser uma metáfora e uma realidade, uma configuração histórica e uma utopia”. Sim, pode ser simultaneamente todas essas possibilidades. Desde que as técnicas da eletrônica propiciaram a intensificação e a generalização das comunicações, além de toda e qualquer fronteira, acelerou-se um processo que já vinha desenvolvendo-se no âmbito das relações internacionais, das organizações multilaterais e das corporações transnacionais (IANNI 2001). Desta forma, para o autor, o que o mundo já conhecia, em fins do século XIX e começo do XX, como monopólios, trustes e cartéis, tecendo geoeconomias e geopolíticas de sistemas imperialistas, ou economias-mundo, pronunciavam os primeiros contornos do que seria no fim do século XX a aldeia global. Na medida em que se desenvolvem as relações, os processos e as estruturas de dominação e apropriação constituindo a sociedade global, o que se intensifica e generaliza com a crescente mobilização de técnicas eletrônicas, muitos começam a perceber o mundo comum uma vasta e insólita ou idílica aldeia global (IANNI 200).

Além da aldeia global, outra discussão que alimenta o processo de globalização é a “racionalização do mundo”; isto porque, segundo Ianni (2001), o capitalismo, desde o princípio, compõe-se também do processo de racionalização. Assim sendo, gradativamente os espaços da vida social vão se burocratizando e sendo organizados sob a égide da calculabilidade, produtividade, lucratividade, eficácia e outros elementos que o sustenta. Da mesma forma é possível afirmar que a racionalização está imbricada nos processos e nas estruturas próprias do capitalismo e suas diversas formas racionais de organização das atividades sociais em geral. Dentre as quais, aparecem as políticas, as econômicas, as jurídicas, as religiosas, as educacionais e outras.

Para Ianni (2001), o mundo passou, então, a ser influenciado pelo padrão de racionalidade gerado com a cultura desse mesmo capitalismo. A administração das coisas, gentes e ideias, o conjunto avaliativo dos elementos que processam resultados, a definição jurídica dos direitos e das responsabilidades, a codificação do que é privado e do que é público, tudo isso passa a constituir a trama das relações sociais, o padrão predominante de organização das ações sociais. Assim, a racionalidade originada com o mercado, a empresa, a cidade, o Estado, e o direito tendem a organizar progressivamente os mais diversos círculos de relações sociais, compreendendo os grupos sociais e as instituições em que se inserem da fábrica à escola, da agência do poder estatal à família, dos sindicatos aos partidos políticos, dos movimentos sociais às correntes de opinião pública (IANNI, 2001).

Ianni (2001) coloca que, com frequência, a dominação racional está convivendo com a dominação tradicional e a dominação carismática. A realidade social, sempre complexa, múltipla, caótica e infinita, pode ser lida nas perspectivas abertas por esses três tipos de dominação. Eles podem se verificados não só na Europa Ocidental e nos Estados Unidos, mas também nas outras sociedades, nações, nacionalidades, tribos, comunidades ou povos, em diferentes gradações. Assim sendo, a manifestação das três vertentes de dominação é definida, geograficamente, por Ianni (2001, p.157) da seguinte forma:

Na Ásia, Oceania África, America Latina e Caribe, apresentam-se em múltiplas combinações, são comuns as situações nas quais prevalece o padrão carismático, ou o tradicional. Mas também são evidentes as situações nas quais a dominação racional predomina amplamente, segundo o padrão inaugurado com o moderno capitalismo europeu e progressivamente mundial.

Ocorre que o capitalismo, como produto e condição da ampla e generalizada racionalização do mundo, logo se impõe ou sobrepõe às mais diversas formas de organização da vida social. Tanto pode conviver como absorver, tanto modificar como recriar as mais diferentes modalidades de organização social do trabalho e da produção. Assim, Ianni (2001) vai dizer que as formações socioculturais de tribos e clãs, nações e nacionalidades, províncias e regiões, muitas vezes podem ser sedimentadas por séculos de história, tradições e mitos, e que tudo pode ser alterado, abalado, mutilado ou recriado pelas relações, processos e estruturas que constituem a organização e a dinâmica do capitalismo como processo civilizatório. Em geral, tudo isso está marcado pela calculabilidade, contabilidade, administração,

ordenamento jurídico, desempenho, eficácia, produtividade, lucratividade, racionalidade. Está em curso a burocratização do mundo (IANNI, 2001).

Portanto, também está em curso o desencantamento do mundo. O que era um processo circunscrito a alguns países da Europa, e transplantado para os Estados Unidos, logo se revela mais ou menos generalizado e, às vezes, avassalador, em escala mundial. Nesta altura da história, Ianni (2001) depõe que a metáfora iluminista aparece como realidade cotidiana e universal, de norte a sul, do ocidente ao oriente. À força de desenvolver-se por todos os cantos e recantos da vida social, ao mesmo tempo multiplicando sua capacidade de influenciar, disciplinar, diversificar e potenciar as ações e relações, bem como as instituições e organizações de todos os tipos e em todas as partes do mundo, o processo de racionalização passa a submeter o indivíduo, singular e coletivamente, aos produtos de sua criatividade (IANNI, 2001). Ou seja, de produto, meio ou instrumento, a tecnologia transforma-se em finalidade, objetivo por excelência, numa surpreendente inversão de meios e fins.

A dialética da globalização, como última análise deste processo, assenta-se no debate sobre a trajetória do capitalismo sob a perspectiva do tecido espaço-tempo. Primeiramente, para Ianni (2001), é importante que se diga que o capitalismo nunca foi um fenômeno isolado dos outros que estão imbricados com a questão política, econômica, social ou cultural. Assim, nestes espaços, ele assume amplas proporções e é complexo e contraditório, mais ou menos inexorável, avassalador. Influencia todas as formas de organização do trabalho e vida social com as quais entra em contato (IANNI, 2001). Ainda que se preservem economias de subsistência. Artesanatos, e patrimonialismos, tribos, clãs, nacionalidades e nações, entre outras formas de organização da vida do trabalho, ainda assim, o processo capitalista influencia, tenciona, modifica, dissolve ou recria todas e quaisquer formas com as quais entra em contato (IANNI, 2001). O autor acrescenta que o capitalismo exerce influência moderada ou avassaladora, dependendo do Estado em que se encontra, bem como da formação social do Estado com o qual se defronta.

Quando se trata de uma explicação para o modo de produção capitalista, tem-se que, para Ianni (2001), trata-se de um regime fundado no jogo das forças produtivas liberadas com o declínio do feudalismo, a aceleração da acumulação originária, a reprodução ampliada do capital, o desenvolvimento intensivo e extensivo da produção, da distribuição, da troca e do consumo. Uma explicação

sobre a conjugação dos elementos que compõem a expansão do capitalismo pelo mundo é apresentada por Ianni (2001, p.180) da seguinte maneira:

As forças produtivas básicas, tais como o capital, a tecnologia, a força de trabalho, a divisão do trabalho social, o mercado e o planejamento, entre outras, entram e contínua e ampla conjugação, desenvolvendo-se de forma intensiva e extensiva, ultrapassando fronteiras geográficas e históricas, regimes políticos e modos de vida, culturas e civilizações. Na medida em que se torna dominante, o modo capitalista de produção lança luz e sombra, formas e movimentos, cores e sons, sobre muito do que encontra pela frente.

No capitalismo, segundo Ianni (2001), as forças produtivas, compreendidas sempre como forças sociais, encontram-se todo o tempo em interação dinâmica. A competição entre os capitais, a busca de novos processos produtivos, a conquista de outros mercados e a procura de lucros provocam a dinamização das forças produtivas e da forma pela qual ela se combina e aplicam nos mais diversos setores de produção, nas mais diferentes nações e regiões do mundo. Assim, estão em marcha os processos de concentração de capital, o que implica a contínua reinversão dos ganhos no mesmo ou em outros empreendimentos, e os de centralização do capital, o que implica a contínua absorção de outros capitais, próximos e distantes, pelo mais ativo, dinâmico ou inovador no capitalismo (IANNI,2001).

Para Ianni (2001) a globalização do capitalismo pode ser vista como produto e condição do capital em geral, no qual se realizam e multiplicam todas as outras formas de capital. Nessa perspectiva, os ocupantes dos escritórios centrais das corporações, por exemplo, são eles próprios, em crescente medida, estrangulados e controlados pelo capital financeiro operado por meio de redes globais do mercado financeiro. Em outras palavras, o poder real não está totalmente nos escritórios das corporações, mas nos mercados financeiros. Para explicar tal desenvolvimento do capitalismo Ianni (2001, p.185) apropria-se do seguinte argumento:

À medida que se desenvolve o capitalismo, pela dinamização e generalização das forças produtivas e das relações de produção, o capitalismo em geral adquire maior relevância, influenciando cada vez mais as condições e as possibilidades dos capitais singulares e particulares, em âmbito nacional e setorial, regional e internacional.

Segundo Ianni (2001), o que Max observava como algo incipiente em seu tempo, na medida em que se desenvolve o capitalismo, revela-se crescentemente efetivo e generalizado. O capital, sob formas novas e renovadas, desenvolveu-se e

fortaleceu-se assinalando a sua lógica pelos quatros cantos do mundo. No fim do século XX adquire características propriamente globais. Seguindo esse raciocínio, Ianni (2001, p.186) vai dizer que “nas últimas décadas desse século, dissolvem-se muitas fronteiras entre mercados financeiros nacionais, e emerge um verdadeiro mercado global de capitais”.

Conforme defende Ianni (2001), o capitalismo, na proporção em que se desenvolve, tanto revoluciona as outras formas de organização social e técnica do trabalho e da produção com as quais entra em contato, como transforma reiteradamente as formas de organização social e técnica do trabalho e da produção já existentes em moldes capitalistas. Isto significa, para o autor, que a acumulação originária pode se vista como um processo simultaneamente genérico e estrutural, inerente ao capitalismo, desenvolvendo-se todo o tempo, em todas as partes. Logo, a dinâmica desse modo de produção cria e recria, contínua e reiteradamente, as forças produtivas e as relações de produção, seja pelo desenvolvimento extensivo como pelo intensivo (IANNI, 2001). Assim, novas tecnologias, por exemplo, podem tornar as outras tecnologias obsoletas, da mesma forma que podem tornar obsoletas outras formas de mobilização da força de trabalho.

Assim também, de acordo com Ianni (2001), a dinâmica da reprodução ampliada do capital, envolvendo concentração e centralização, produz e reproduz o desenvolvimento desigual e combinado, em escala nacional, regional e mundial. Na medida em que essa dinâmica se realiza, provoca necessariamente a reiteração de algo estruturalmente semelhante à acumulação originária, como uma espécie de “revolução” que periodicamente transforma ou moderniza as mais diversas formas sociais e técnicas de organização do trabalho e da produção (IANNI, 2001).

Portanto, para Ianni (2001), são vários e encadeados os processos que caracterizam a globalização do capitalismo, desde a acumulação originária à concentração e centralização do capital; do desenvolvimento quantitativo e qualitativo das forças produtivas ao desenvolvimento e à modernização das relações de produção; da nova divisão internacional do trabalho e da produção à constituição do mercado mundial, influenciando ou articulando mercados nacionais e regionais; das formas singulares e particulares do capital ao capital em geral.

3.3.2 Integração brasileira no capitalismo contemporâneo

Para Paulani (2012), a integração Brasileira no capitalismo contemporâneo inicia-se, atabalhoadamente, no governo Collor de Mello (1990-1992) e ganha densidade na “Era FHC”²¹ (1995-1998; 1999-2002), com o plano real, a garantir a estabilização monetária e ajustes da estrutura estatal via privatizações. Trata-se, para Carvalho (2013), da dominância de um Estado Ajustador, a conviver com a institucionalização do Estado Democrático, nos marcos de uma democracia formal, institucional, restrita, subordinada à lógica de expansão do capital, em meio a tensões de Movimentos Sociais, a lutas pela afirmação de uma cultura política democrática, que atravessa toda a década de 1990 e o limiar dos anos 2000, materializando o que pode ser considerado de um primeiro ciclo de ajuste, com governos que adotam, de forma disciplinada, o discurso e a prática neoliberais.

O segundo ciclo de ajuste, conforme declara Paulani (2012), pode ser entendido como sendo a consolidação da posição brasileira no cenário mundial como emergente plataforma internacional da valorização financeira, a garantir ganhos inigualáveis ao capital financeiro, mediante elevação das taxas de juro, no âmbito de uma política monetária e cambial de ajuste. Ciclo que, segundo a autora acima, vem a ser consubstanciada no primeiro e em parte do segundo governo de Lula, que, de um lado, segue à risca a política macroeconômica de ajuste e, de outro, investe em políticas de enfrentamento à pobreza, garantindo uma inserção passiva das massas pela via do consumo.

Ao longo destes dois ciclos de ajuste, a opção pela financeirização da economia, ao privilegiar as finanças, os serviços e as commodities, compromete a indústria, com o desmonte da estrutura produtiva (PAULANI, 2012), promovendo, então, um grande retrocesso no perfil da economia nacional.

No final da primeira década dos anos 2000 e limiar da segunda, mais precisamente, na metade do segundo mandato do presidente Lula (2009-2010) e no primeiro governo Dilma Rousseff (2011-2014), efetiva-se um inflexão da política econômica: mantém-se o núcleo duro da política de ajuste, incorporando uma dimensão de desenvolvimento, configurando o chamado neodesenvolvimentismo (CARVALHO, 2013). Deflagra-se, então, um terceiro ciclo de ajuste. O autor

²¹ A “ERA FHC” (1995 - 2002) é marcada, sobretudo, por processos de privatizações, o controle da inflação com o plano real, e o plano de reforma do Estado.

acrescenta que o Plano de Aceleração de Crescimento (PAC) constitui uma expressão emblemática desta inflexão desenvolvimentista, a deparar-se com a restrição dos investimentos privados.

Nesta coalisão instável de política de ajuste acoplada a estratégias neodesenvolvimentista, Paulani (2014) coloca que o primeiro governo Dilma Rousseff empreende uma guinada progressiva na orientação da política econômica que a faz ser odiada pelo mercado financeiro. Assim, Rousseff afasta-se da cartilha ortodoxa, ainda com grande peso no governo, e retoma dimensões da heterodoxia econômica escanteada pela lógica do ajuste. E, com essa tentativa de reorientação da política econômica a presidenta desagrada e ameaça interesses do mercado financeiro (PAULANI, 2014).

Neste arriscado arranjo, os governos do Partido dos Trabalhadores, conseguem viabilizar crescimento econômico, com distribuição de renda. É o tão anunciado modelo de crescimento com inclusão que utiliza o fundo público, prioritariamente, para beneficiar interesses do capital, mas, também para desenvolver amplos programas sociais de caráter distributivo, como Bolsa Família, Minha Casa, Minha Vida, que garantem a inserção de setores empobrecidos na cidadania do consumo. Para Paulani (2014), este modelo é eminentemente instável, a ancorar o dinamismo da economia no consumo do mercado interno e não no desenvolvimento produtivo.

Em um contexto externo desfavorável, os impasses e dilemas do modelo brasileiro persistem e agravam-se. Assim, Paulani (2014) diz que os alertas críticos de analistas, sobre a instabilidade e insegurança do propalado modelo brasileiro mostram a sua pertinência. Então, o que se tem a partir de 2011-2012 e de modo mais intenso em 2013-2014, é que o governo Dilma Rousseff se vê diante de dificuldades, com progressiva diminuição de índices de crescimento, elevação dos patamares de inflação, diminuição de superávit primário, déficit na conta corrente. Instaure-se, então, uma fase de recessão, delineando a crise brasileira.

3.4 O CAPITALISMO E A PERSPECTIVA CIENTIFICO-SOCIAL SOBRE CRISE

Como se sabe, a origem do conceito de crise é muito remota. Assim, para Beinstein (2005) Se a referência for à história do Ocidente costuma ser situada na Grécia Antiga. Foi empregue por Tucídides em "*A guerra do Peloponeso*" para

assinalar o momento de decisão na batalha, mas também na evolução da peste em Atenas atravessando certos pontos de inflexão, e naturalmente por Hipócrates, ancorando o tema na medicina onde esteve instalado com quase exclusividade durante muitos séculos nos quais apareceu timidamente em algumas reflexões sobre acontecimentos sociais.

Para Carvalho (2013), só com o ingresso pleno na modernidade (a partir do século XVIII e, sobretudo do XIX) é que veio a expressão na sua extensão atual (curiosamente o seu destino é semelhante aos termos *progresso e decadência*). Hoje, a sua ubiquidade, o seu emprego esmagador, acabou por converter a palavra numa espécie de coringa difícil de encaixar, mesmo sabendo que a crise enquadra-se em percursos temporais.

Desta forma, Harvey (2011) coloca que além das utilizações individuais ou para fenómenos de pequena dimensão humana (grupais, etc) e quando se entra nos grandes processos sociais é possível distinguir "crises" extremamente breves de outras de longa duração (décadas, séculos), assim como diferenciar também as crises de baixa intensidade de outras que sacodem profundamente a estrutura. Da mesma forma, é admissível assinalar aquelas causadas pela própria dinâmica do sistema em causa, ou seja, com causas endógenas, das provocadas por fatores externos ao mesmo (causas exógenas). Como exemplo da segunda o autor cita a crise catastrófica verificada na América em consequência da conquista europeia, exemplo das primeiras são as crises clássicas de sobreprodução do capitalismo industrial que se insinuam desde princípios do século XIX, mas que se exprimem plenamente desde meados do mesmo.

Beinstein (2005) declara existir certo reducionismo económico que limita as crises ao momento de mudança de fase do ciclo, quando se passa da etapa de crescimento à de recessão deixando de lado as turbulências sistémicas que se prolongam muito mais além desses momentos. Para o autor, quando se fala em crise no século é saudável descartar a ideia de crises puramente económicas, elas sempre fazem parte de um conjunto social mais amplo abrangendo fatos políticos institucionais, culturais e muitos outros mais.

Sendo assim, Beinstein (2005) diz que conceito de crise é extremadamente ambíguo, teve múltiplos usos, muitas vezes contraditórios. Ao longo do século XX gozou de períodos de enorme popularidade em contraste com outros em que a sua

existência futura, como fenómeno social de amplitude e duração significativa, era quase descartada.

Em convergência com ao argumento anterior, Carvalho (2013) afirma que, no século XXI, a crise é vista como uma turbulência ou perturbação importante do sistema social e que vai mais além da sua duração e extensão geográfica, que pode chegar a por em perigo a sua própria existência, os seus mecanismos essenciais de reprodução. Ainda que em outros casos permita a este recompor-se, livrar-se de componentes e comportamentos nocivos e incorporar inovações salvadoras.

No século XXI, as crises que são entendidas apenas sob o viés económico, e que são próprias da acumulação do capital, como a que aconteceu a partir de 2007, confrontam-se com uma crise civilizacional, expressando a insustentabilidade do seu modo de funcionamento (crises do capitalismo), fundado na sua expansão predatória e sem limites, a manifestar-se numa articulação de crises: ambiental, climática, alimentar, energética, financeira, crise do mundo do trabalho, crise social e uma profunda crise de sentidos (CARVALHO, 2013).

Assim, a crise financeira global iniciada em 2007 remete aos debates sobre as crises enquanto um dos elementos constitutivos do capitalismo. Contexto em que também se procura atualizar e dar novos contornos às tensões que afetam as esferas política, económica e social. Para tanto a teoria crítica social hoje parece voltar-se para a ideia de que o capitalismo pode encontrar problemas ou limites internos sem incorrer nos antigos problemas de ordem catastrófica que ensejam teorias apocalípticas do sistema, ou ainda sem resumir todo processo de acumulação de riqueza exclusivamente ao âmbito da produção e da economia.

Compreender o conceito de crise à luz de uma teoria crítica social, também passa por incluir o pensamento central de Habermas sobre a politização da sociedade em diferentes etapas de organizações sociais. Um problema que desperta a atenção do autor diz respeito ao fato de que, mesmo tendo acontecido uma repolitização da sociedade no capitalismo tardio; mesmo assim, os cidadãos permanecem passivos, e por que não dizer apolíticos. Em outras palavras eles teriam se tornado meros clientes do Estado social que desenvolveu um programa de substitutivos capaz de diferenciar os valores propostos pela esfera sociocultural dos valores necessários para a manutenção dos sistemas políticos e económicos estruturados em classes.

Então, para Habermas (1973), é precipitado considerar que as falhas provenientes de condução, nas quais se relacionam com imperativos sistêmicos, venha provocar um colapso final de todo o sistema. Assim, para o mesmo autor, apenas quando membros de uma sociedade experimentam alterações estruturais como sendo críticas para a existência contínua e sentem sua identidade social ameaçada, pode-se falar em crises. Distúrbios de integração sistêmica só ameaçam a existência contínua até o ponto que a integração social esteve em jogo, isto é, quando os fundamentos consensuais das estruturas normativas forem tão danificados que a sociedade se torne anacrônica (HABERMAS,1973). Em outras palavras, os estados de crise assumem a forma de uma desintegração das instituições sociais.

3.5 ELEMENTOS E PRINCÍPIOS SOCIAIS DE ORGANIZAÇÃO

Habermas (1973) vai dizer que a evolução social ocorre em três dimensões: desenvolvimento de forças produtivas, incremento em autonomia de poder do sistema e mudança nas estruturas normativas. Para tanto, o mesmo autor demonstra a conexão dos sistemas econômico, político-administrativo e sociocultural. Momento em que ele também apresenta uma dicotomia entre estruturas normativas e condições materiais limitantes. Tais diferenças são expostas a partir dos subsistemas supracitados e que as estruturas normativas precisam ser distinguidas do substrato limitante. Pode-se descrever esquematicamente da seguinte forma:

QUADRO 3 : Subsistemas, Estruturas normativas e Categorias de substrato

Subsistemas	Estruturas normativas	Categorias de substrato
Sociocultural	status – formas subculturais de vida	dist. de recompensas
Político instituições políticas (Estado)	dist. de poder legítimo	-
Econômico	instituições econômicas	dist. de poder econômico

FONTE: Habermas (1973, p.18)

A seguir, Habermas (1973) traduz os tipos de crise que podem ser derivados das três formações sociais abaixo:

Para a **formação social primitiva**, o autor coloca que os papéis primários de idade e sexo forma o princípio organizacional das sociedades primitivas. Aqui, o

cerne institucional é o sistema de parentesco, que neste estágio de transformação representa uma instituição total; estruturas familiares determinam a totalidade do inter-relacionamento social. Asseguram simultaneamente interação social e sistêmica. Visões de mundo e normas são escassamente diferenciadas entre si. Assim, relações sociais verticais ou horizontais que ultrapassem os limites do sistema parentesco não são possíveis. Porém é a mudança externa que sobrecarrega a capacidade de condução estreitamente limitada das sociedades organizadas ao longo de vias de parentesco e mina as identidades familiares e tribais. A força usual de mudança é o crescimento demográfico em conexão como fatores ecológicos, acima de tudo as dependências Inter étnicas enquanto um resultado de mudança econômico, guerra e conquista. Tais fenômenos caracterizam-se como crise de identidade externamente induzida.

Já na **formação tradicional social**, o princípio de organização é a dominação de classe em forma política. Com o crescimento de um aparelho burocrático de autoridade, um centro de controle se diferencia a partir de um sistema de parentesco. Isto permite a transferência da produção e distribuição da riqueza social das formas familiares de organização para a propriedade dos meios de produção. O sistema de parentesco não é mais um núcleo institucional do conjunto do sistema; transfere as funções centrais de poder de controle ao estado. Percebe-se que a família perde todas as suas funções econômicas e algumas de suas funções de socialização.

O novo princípio organizacional permite um significativo fortalecimento da autonomia do sistema. Pressupõe diferenciação funcional e torna possível a formação de meios generalizados (poder e dinheiro) bem como mecanismos de reflexão (direito positivo). Com a propriedade privada dos meios de produção, uma relação de poder é institucionalizada nas sociedades de classes, que ao longo prazo ameaça a integração social; pois a oposição de interesses estabelecida na relação representa um conflito potencial.

Nas sociedades tradicionais o tipo de crise que emerge procede de contradições internas. A contradição existe entre pretensões de validades de sistemas de normas e justificações que não podem permitir exploração e uma estrutura de classe na qual a apropriação privilegiada da riqueza socialmente produzida pode ser distribuída desigualmente, embora ainda

legitimamente, é temporariamente resolvido através da proteção ideológica de pretensões de validade contra os fatos.

Por fim, a **formação social liberal capitalista**, cujo princípio de organização é o relacionamento de trabalho assalariado e capital, surge nessa modalidade uma esfera, livre do estado, mas com o comércio entre proprietários privados autônomos de mercadorias, isto é, com a industrialização de independentes estados de mercados de bens, capitais e trabalhos e o estabelecimento do comércio mundial, a “sociedade civil” é diferenciada a partir do sistema político-econômico. Isto significa uma despolitização do relacionamento de classe e uma anonimização da dominação de classe. O estado e o sistema de trabalho social politicamente constitucional não são mais o núcleo institucional do sistema como um todo. O estado torna-se o arranjo complementar para o comércio de mercado auto-regulativo.

O novo princípio organizacional abre um largo espectro para o desenvolvimento das forças produtivas e das estruturas normativas. Aqui, as ideologias burguesas podem assumir uma estrutura universalista e apelar a interesses generalizáveis porque a ordem de propriedade distribuiu sua forma política e converteu-se numa relação de produção que, parece, pode legitimar-se, a instituição do mercado pode ser fundamentada na justiça inerente à troca de equivalentes; e, por esta razão, o estado constitucional burguês encontra sua justificação nas relações legítimas de produção. Esta é uma mensagem do direito natural desde Locke. As relações de produção podem fazê-lo, sem uma autoridade tradicional legitimada desde cima.

O quadro 4 abaixo mostra os tipos de crises a partir das formações sociais, princípios de organização e integração social sistêmica.

QUADRO 4: Formações sociais e tipos de crises

Formação Social	Princípio de Organização	Integração Social e Sistêmica	Tipo de Crises
Primitiva	Relações de parentesco	Indiferenciação Integração social e Sistêmica	Crise de identidade externamente induzida
Tradicional	Dominação política de classe e classes Socioeconômicas	Diferenciação funcional entre integração social e sistêmica	Crise de identidade internamente induzida
Capitalista Liberal	Dominação apolítica de classe	Sistema integrativo Sistema econômico também assumem tarefas socialmente integrantes.	Crises Sistêmicas

FONTE: Habermas (1973, p. 38)

O efeito integrativo socialmente da forma de valor pode ser restringido, largamente, à classe burguesa. A lealdade e a subordinação de membros do novo proletariado urbano, recrutado principalmente entre as fileiras dos camponeses, são certamente mantidas, mas através de uma mistura de laços tradicionais, desejo fatalista de obediência, falta de perspectiva, repressão e através das forças de persuasão das ideologias burguesas. Isto não diminui o significado integrador social deste novo tipo de ideologia numa sociedade que não mais reconhece a dominação política em forma pessoal.

3.6 TENDÊNCIAS DE CRISE NO CAPITALISMO AVANÇADO

Ao fazer uma abordagem sobre a crise do sistema capitalista, Habermas (1973) parece não mais contar com uma crise final cujas contradições sistêmicas conduziram imediatamente a uma crise social e política que exporia a nu o antagonismo de interesses entre as classes, gerando uma luta de classes revolucionária em escala mundial. Então, ele prefere construir, inicialmente, um conceito de geral de crise, a princípio aplicável a todas as formas de organização social, e não mais apenas para o capitalismo liberal. Somente numa segunda etapa ele tentará aplicar e adaptar esse conceito geral à realidade do capitalismo tardio.

O conceito de crise em Habermas aparece justamente a partir da distinção feita entre integração social e integração sistêmica. Mas, para compreender esta diferença ele concebe os componentes dos sistemas sociais a partir de um modelo tridimensional. Assim, há essencialmente três esferas: a sociocultural (estruturas normativas), a política e a econômica. A primeira diz respeito ao âmbito social, e os dois últimos correspondem à dimensão propriamente sistêmica da sociedade.

Antes de entender a plenitude do conceito de crise formulado por Habermas (1973), vale lembrar que os sistemas econômicos e político-administrativos podem ser vistos como sistemas autorregulados, onde predomina a integração sistêmica, as “crises” são aqui produzidas quando estes subsistemas se tornam disfuncionais (é o caso das crises econômicas de superprodução e crises administrativas de ineficiência ou de regulação). Todavia, de acordo com o paradigma da integração social, os problemas de regulação sistêmica só são de fato perigosos na medida em que o consenso que está na base das estruturas normativas é ameaçado ao ponto

em que a sociedade se torna indiferente à correta interpretação axiológica do seu tempo.

O que se torna fundamental e instiga o debate sobre a crise do capitalismo tardio é se as transformações pelas quais passou o capitalismo foram tão significativas a ponto de mudar sua dinâmica e, por conseguinte, sua crise; isto em termos habermesianos pode ser colocado da seguinte maneira: o princípio de organização no capitalismo tardio se modificou e consequentemente a lógica da crise também? à luz de Habermas a resposta é positiva pois o princípio de organização, trabalho assalariado e capital, ancorado no funcionamento do mercado como núcleo institucional foi abalado. Pois, como foi mencionado anteriormente, no capitalismo liberal o princípio organizacional da sociedade dava substrato a uma dominação despolitizada, e os antagonismos de interesses se manifestam através do sistema econômico como crises periódicas.

Todavia, o estado ao intervir para abrandar os efeitos da crise e tentar contê-la no subsistema econômico acaba deslocando-a para outro aparelho, assumindo assim novo tipo de distúrbio. Podem-se considerar as estruturas do capitalismo tardio como formações reativas como crises endêmicas (HABERMAS, 1973). Isto não significa que a contradição entre produção socializada e apropriação privada tenha sido resolvida. Como problematiza Held (1994, p.241) “A questão é se a tendência às crises, que em primeira instância são econômicas, pode ser tratada pelo subsistema administrativo, em caso afirmativo, se como elas se manifestarão em outros subsistemas”.

A fim de compreender as tendências à crise no capitalismo presente, Habermas identifica quatro tendências: (1) crise econômica; (2) crise de racionalidade; (3) crise de legitimação; e (4) crise motivacional. Conforme Habermas a tendência de crise que repousa em determinado sistema só pode ser mitigada pela via política e que, por sua vez, cria um novo tipo de crise. Assim sendo, cada crise tem origem num sistema específico, conforme o quadro abaixo:

QUADRO 5: Possíveis tendências de crise

Ponto de origem	Crise sistêmica	Crise de identidade
Sistema econômico	Crise econômica	-----
Sistema político	Crise de racionalidade	Crise de legitimação
Sistema sociocultural	-----	Crise de motivação

FONTE: Habermas (1973, p. 38)

3.6.1 Tendências à crise econômica

Sob condições do capitalismo tardio, Habermas parece não mais contar com uma crise econômica final cujas contradições sistêmicas, a exemplo da queda tendencial da taxa de lucro, conduziram imediatamente a uma crise social e política que exporia a nu o antagonismo de interesses entre as classes, gerando uma luta de classes revolucionária em escala mundial.

Para Habermas (1973), o sistema econômico demanda como input trabalho e capital; como output produz valores consumíveis distribuídos ao longo do tempo entre as classes sociais em montantes e formas diferentes. É incomum para o capitalismo uma crise atribuída de input, no capitalismo liberal basicamente as crises foram de output. Assim, Habermas (1973) explica algumas nuances da tendência à crise econômica da seguinte forma:

O sistema econômico requer um insumo de trabalho e capital. A produção consiste em valor de consumo, que são distribuídos ao longo do tempo de acordo com a quantidade e o tipo entre os estratos sociais. Uma crise que derive de insumo inadequado é atípica do modo capitalista de produção. Os distúrbios do capitalismo liberal eram crise de produção. Portanto, se a tendência à crise econômica persiste no capitalismo avançado, isto indica que as ações governamentais, intervindo no processo de realização de capital, estão obedecendo, ainda, aos processos de troca, ou seja, as leis econômicas estão operando espontaneamente.

A hipótese central de Habermas (1973, p.62) indica que “A tendência persistente que conduz a perturbações no crescimento capitalista pode ser transformada administrativamente e progressivamente deslocada através de um sistema político, para o sistema sociocultural”. Assim, Habermas se diferencia de Max ao não mais localizar os principais focos de crise diretamente no âmbito econômico. Ao mesmo tempo, ele se mostra disposto a investigar novos focos de crises que podem eventualmente surgir em outros espaços da sociedade, tais como político e sociocultural.

A tendência à crise econômica se afirmará também como uma crise social e levará a lutas políticas nas quais a oposição de classe entre proprietários e a capital e massas dependentes de salários de novo e tornam manifestas (HABERMAS, 1973). É importante colocar que Habermas (1973) chama a atenção para o fato de que o estado não é órgão cego no processo de realização do capital. Mas sim, se

apresenta como um potente capitalista coletivo que torna a acumulação do capital a substância do planejamento político.

Uma comprovação do que foi mencionado acima é expressa nas palavras de Habermas (1973, p.63) ao proferir o seguinte:

Se as tendências à crise econômica persistem no capitalismo avançado, isto indica que as ações governamentais, intervindo no processo de realização, obedecem não menos que os processos de troca, às leis econômicas operando espontaneamente. Por consequência, estão sujeitas à lógica das crises econômicas expressas na queda tendencial da taxa de lucros.

Mas desde que a tendência de crise seja ainda determinada pela lei do valor, isto é, a assimetria na troca de trabalho assalariado por capital a atividade do estado não pode compensar a tendência de queda da taxa de lucro. Pode, no melhor dos casos, mediá-la, isto é, consumá-la por meios políticos.

O importante é entender que no capitalismo tardio o estado não se limitou a assegurar as condições gerais de produção, ele passou a intervir na reprodução para criar condições de valorização para capitais ociosos, diminuir os custos e efeitos externos da produção capitalista, compensar as desproporções que atrapalham o crescimento, regular o ciclo econômico por meio de política fiscal, social e conjuntural, etc. Mas, como anteriormente é um não-capitalista que impõe de forma substantiva a vontade capitalista genérica (HABERMAS, 1973).

Também no capitalismo tardio, com a intervenção estatal guiando claramente o sistema para evitar crises, tendo como consequência o solapamento da forma não-política das relações de classe, a estrutura de classes deve se afirmar na luta pela distribuição do incremento do produto social. Por isso, o processo econômico não pode ser concebido de forma imanente, como movimento do sistema econômico autorregulado. A consequência disso, segundo Habermas (1973,p.98), é que a teoria do valor é significativa pelo seguinte motivo:

Podia expressar o duplo caráter dos processos de intercâmbio (como processos de autocontrole e de exploração) somente sob a condição, que no capitalismo liberal se cumpria aproximadamente, de que a dominação de classe se exercesse por vias não políticas.

Portanto, a continuidade da exploração através de processos econômicos passa a depender das considerações concretas de poder, que não são mais

predeterminadas pelos mecanismos do mercado de trabalho que opere de maneira autônoma (HABERMAS, 1999).

As ações do Estado no capitalismo tardio fazem com que se estabeleçam formações reativas frente à mudança da estrutura de classes; ou seja, o aparecimento de outras constelações de poder que acabam por afetar o princípio de organização da sociedade (capital/trabalho), que estava baseado num mercado de trabalho não organizado. Habermas (1999) destaca três pontos importantes na modificação das relações de classe no capitalismo tardio: (a) uma forma distinta de produção de mais-valia.

Diante dos limites de aumento da mais-valia absoluta e a necessidade de desenvolvimento das forças produtivas para aumento da mais-valia relativa, o progresso técnico-científico se torna uma necessidade. Mas somente com a organização estatal dele, com a expansão sistemática do ensino especializado, a geração de informações, tecnologias, organização e qualificação, é que se converte num componente do processo produtivo enquanto tal (HABERMAS, 1999). (b) uma estrutura de salários quase-política. No setor monopolista se produz uma coalisão entre empresários e sindicatos trabalhistas, no qual, a mercadoria força de trabalho é tratada de maneira quase-política. (c) Crescente necessidade de legitimação do sistema político. A intervenção na economia e o aumento de intervenções em assuntos sociais, que têm de ser manejados administrativamente, aumentam a necessidade de legitimação.

3.6.2 Tendência à crise política

Antes de qualquer explanação sobre tendências às crises políticas, é necessário compreender que, com a passagem do capitalismo liberal para o modelo de acumulação de riqueza organizado, a produção passa a depender de decisões administrativas que são coordenadas e executadas (HABERMAS, 1973). Nesse aspecto a crise de produção tem a forma de crise de racionalidade. Pois, uma vez que o sistema administrativo não consegue cumprir com os imperativos recebidos do sistema econômico; surge, então, nas circunstâncias de atender à demanda total, uma incongruência entre a socialização dos recursos e a realização do capital privado.

Sendo assim, a crise de consumo tem a forma de uma crise de legitimação; pois a lealdade das massas não responde aos imperativos de decisão, tomados do sistema econômico e que foram executados. Embora ambas as tendências de crise surjam no sistema político, diferem na sua forma de aparecimento. Nessa perspectiva, Habermas (1973, p.64) vai dizer que:

A crise de racionalidade é uma crise sistêmica deslocada, a qual, como a crise econômica expressa a contradição entre produção socializada ou interesses não generalizados e imperativos de condução. Esta tendência de crise é convertida em retirada de legitimação ou uma desorganização do aparelho do Estado. A crise de legitimação, em contraste, é diretamente uma crise de identidade. Não procede através de ameaçadora integração sistêmica, mas resulta do fato que o cumprimento das tarefas de planejamento governamental ocorre em questão na estrutura de domínio público despolitizado, e, portanto, ao assegurar normalmente e democraticamente a disposição privada autônoma dos meios de produção.

Através dos argumentos acima, percebe-se que também existe uma alteração na lógica de crise; pois acontece justamente quando há um deslocamento dos imperativos contraditórios de condução que passam do mercado de comércio para o sistema administrativo. Duas versões passam a justificar esta afirmativa.

A primeira delas mostra que, no capitalismo avançado, cujo objetivo é assegurar a realização do capital, cresce a necessidade de planejamento administrativo. Por outro lado, a disposição autônoma de produção requer uma limitação à intervenção estatal e proíbe coordenação planejada dos interesses contraditórios dos capitalistas individuais.

Já na versão desenvolvida por Offe (1984), enquanto o Estado se compensa pela fraqueza de um sistema econômico auto bloqueante e se encarrega de tarefas complementares ao mercado, é forçado pela lógica de seus meios de controle a admitir mais e mais elementos estranhos no sistema. A partir desta versão aparecem problemas no sistema econômico que são controlados pelos imperativos da realização do capital, mas a importância é dada ao fato de que estas distorções não podem ser assumidas pelo domínio administrativo sem que orientações estranhas à estrutura tenham se propagado.

Sobre o funcionamento do Estado no capitalismo tardio Habermas rejeita as teorias que concebem como um órgão executor, inconsciente das leis econômicas que seguiram funcionando de maneira espontânea; nem a versão de que ele seria um agente dos capitalistas monopolistas unificados que atuaria segundo seus planos. Ao intervir na economia o Estado tem modificado o processo de valorização;

apoiado num compromisso de classe o Estado adquire uma limitada capacidade de planejamento, que pode utilizar a fim de buscar legitimação evitando a ocorrência de crises. Nesse sentido, o Estado tem de lidar, de um lado, com a competição entre os interesses de conservação do capitalismo em seu conjunto com os interesses contraditórios dos agentes particulares do capital, e, por outro lado com os interesses generalizáveis da população orientados para valores de uso (demanda por educação, saúde, moradia, transporte público, etc.).

Habermas (1973, p.65) retoma a discussão sobre decisões administrativas racionais para afirmar que “Um déficit de racionalidade na administração pública significa que o aparelho do estado não pode dar certas condições de limite, conduzir adequadamente o sistema econômico”. Assim, só se pode falar de crise de racionalidade em sentido estrito quando aparece em substituição à crise econômica. As crises de racionalidade praticamente se tornam inevitáveis visto que a economia é ainda regida por interesses privados colocando o Estado diante de exigências que não pode cumprir. Nesse contexto surgem imperativos contraditórios, porque é preciso ampliar a capacidade de planificação do Estado em benefício do capitalismo em seu conjunto, mas, ao mesmo tempo, deve se por limites a essa ampliação que ameaçaria ao próprio capitalismo (HABERMAS, 1973).

A partir da crise de racionalidade que tem sua origem no sistema político, Habermas aponta a impossibilidade de se manter, por meios administrativos, estruturas normativas que sejam devidamente requeridas na extensão da demanda; o que gera um déficit de legitimação. Durante o curso do desenvolvimento capitalista, o sistema político transfere seus limites não apenas para o sistema econômico como também rumo ao sistema sociocultural. O que se constata é que, quando se deveria retomar o processo de politização, perdido com a formação social liberal capitalista, o sistema administrativo deixa escapar o resíduo de tradição que é importante para legitimação e não pode ser regenerado administrativamente.

Além da ineficiência, existe a manipulação administrativa de assuntos culturais e que traz efeito colateral não desejado de causar significados e normas previamente fixados pela tradição e pertencentes às condições de limite de um sistema político a ser publicamente transformado em tema. Deste modo, o objetivo da formação discursivo da vontade se expande, num processo que abala as estruturas do domínio público despolitizado, tão importante para a existência contínua do sistema (HABERMAS, 1973).

3.6.3 Tendência à crise sociocultural

Os argumentos que depõem a favor da existência de uma crise de motivação dizem respeito a mudanças na própria esfera sociocultural, que acabam por ameaçar a complementaridade que existe entre as exigências do aparato estatal e as expectativas de legitimação e as necessidades dos membros da sociedade. Para Habermas (1973), a motivação mais importante para a manutenção dos sistemas de ação social do capitalismo tardio consiste em uma atitude privada na vida pública dos cidadãos, bem como em sua vida profissional e familiar.

Mas, antes de adentrar propriamente no campo da motivação, Habermas, mais uma vez, a transferência de crises entre os sistemas que compõem a nova forma de capitalismo; qual seja o capitalismo tardio. Assim sendo Habermas (1973, p. 65-66) coloca que:

O sistema sociocultural recebe seu insumo dos sistemas econômicos e políticos na forma de bens e serviços demandáveis e adquiridos coletivamente, atos legais e administrativos, previdência pública e social, etc. As crises de produção, em ambos os sistemas, são também distúrbios de insumo no sistema sociocultural, que se traduzem na retirada da legitimação.

Um fator preponderante levantado por Habermas repousa no fato de que as tendências que venham afetar outros sistemas podem irromper apenas através do sistema sociocultural. Pois a integração social de uma sociedade depende da produção deste sistema, diretamente da motivação que fornece ao sistema político na forma de legitimação, e, indiretamente, nas motivações a desempenhar, fornecidas aos sistemas educacionais e ocupacionais.

A tese de Habermas é a de que estes modelos de motivação são destruídos em razão de uma dinâmica interna às sociedades do capitalismo tardio. Para defender essa tese, ele deve mostrar não só o esgotamento das tradições que sustentam tais atitudes, mas também que o capitalismo não pode mobilizar novos recursos de motivação a fim de substituir funcionalmente os primeiros.

Naquilo que concerne às tradições culturais ligadas aos modelos de motivação da atitude privada, Habermas afirma que se trata de uma mistura entre elementos tradicionais burgueses e pré-capitalistas. Seu pressuposto é o de que “as sociedades capitalistas foram sempre dependentes de condições marginais culturais

que elas não podiam engendrar a partir delas mesmas: elas parasitam as reservas de tradições.” (HABERMAS, 1973, p.107).

As explicações acima servem de base para mostrar que surgem tendências culturais de crise quando as estruturas normativas mudam, conforme sua morte inerente; tal fenômeno acontecerá a complementaridade entre os requisitos do aparelho do Estado e o sistema ocupacional, de um lado, e as necessidades de expectativas legítimas dos membros da sociedade, por outro lado, estiverem ameaçadas. Portanto, o que se vê é que as crises de legitimação resultam de uma necessidade de legitimidade e brotam de mudanças no sistema político; embora as estruturas normativas permaneçam inalteradas.

De acordo com as análises de Habermas, o declínio das reservas de tradição pré-capitalistas e capitalistas engendra estruturas normativas “residuais” que não são adequadas à reprodução do privatismo na vida cívica e na vida profissional-familiar. Deste modo, segundo Habermas (1973), o resíduo de tradição fora do qual o Estado e sistema de trabalho social viveram no capitalismo liberal foi devorado (lançado fora da base tradicionalista) e os componentes intrínsecos de imunologia burguesa tornaram-se questionáveis.

Um dos sustentáculos da ideologia burguesa, o privatismo civil e o privatismo familiar – o primeiro significa que os cidadãos se interessam pelos rendimentos fiscais e seguridade social e participam pouco no processo de legitimação, corresponde, corresponde ao público despolitizado; o privatismo familiar e profissional é complementar ao primeiro e corresponde ao interesse das famílias pelo consumo exacerbado, tempo livre, carreira profissional e competição por status – é duramente afetado. Enquanto é possível sustentar o crescimento econômico tal situação permanece latente, entretanto ao surgirem problemas no processo de acumulação existe um aumento na necessidade de legitimação, mas não se pode recorrer mais a valores pré-burgueses que o próprio desenvolvimento da sociedade capitalista solapou.

A sociedade capitalista requer um conjunto de atitudes culturais sem as quais seria incapaz o governo de legitimar suas atitudes de direção. “integração social pressupõe um significado compartilhado; as atitudes culturais que asseguram a integração dentro do capitalismo estão sendo perdidas.” (PLANT, 1982, p.344).

Um possível efeito da interação entre a evolução sistêmica e evolução no âmbito sociocultural é que: na medida em que a lógica de desenvolvimento deste

último é independente da primeira, surge a transformação da esfera sociocultural induzida justamente pelo desenvolvimento sistêmico, o que faz com que ela se torne disfuncional em relação aos imperativos da economia e da administração, ameaçando assim a coerência de conjunto do capitalismo tardio. Há, portanto, uma espécie de conflito entre os valores propostos pela esfera sociocultural e os valores necessários para a manutenção dos sistemas político e econômico estruturados em classes (HABERMAS, 1973). Entre os elementos tornados dominantes na tradição cultural, é necessário mencionar o cientificismo na dimensão cognitiva ou teórica, a arte pós-aurática na dimensão estética e, sobretudo, a moral universalista na dimensão prático-moral.

3.7 O MUNDO SISTÊMICO E AS CRISES NO MUNDO VIVIDO

A Teoria Geral dos Sistemas foi criada na década de 1950 pelo biólogo e filósofo Ludwig von Bertalanffy que nasceu em Viena em 1901. Bertalanffy foi reconhecido no mundo inteiro como o pioneiro em defender a visão organística na biologia e o papel da simbologia na interpretação da experiência humana (BRAUCKMANN, 1999).

Em sua teoria o autor define sistema como sendo um conjunto de diversos elementos inter-relacionados, partes de um todo que buscam realizar atividades com a mesma finalidade; acrescenta, ainda, que os sistemas abertos são caracterizados por um processo de intercâmbio infinito com seu ambiente. Ou seja, tendo visão mais abrangente para fora também da organização (BERTALANFFY, 2008).

Uma abordagem mais específica à teoria sistêmica de Bertalanffy, e que subsidiará na compreensão conceitual de sistema, assim como do mundo vivido, diz respeito à proposição do sociólogo alemão Niklas Luhmann (1927-1998) sobre os sistemas sociais. Para Rodrigues (2012), os sistemas sociais, tal como formulado por Luhmann são constituídos por comunicação, tudo que não é comunicação está no ambiente. Isto quer dizer que o homem se encontra no ambiente do sistema social, fora da sociedade. Mesmo assim, para Luhmann não existe sociedade sem seres humanos, eles precisam existir e permanecer fora da sociedade. Se por alguma razão o homem não pudesse falar e só existisse esse modo de comunicação, nesse caso haveria homens sem sociedade. Então, sem comunicação

não há sociedade. Porém, a teoria não exclui completamente o homem da sociedade (RODRIGUES, 2012).

O Sistema apresentado por Luhmann é autopoiético, ou seja, ele mesmo produz e reproduz qualquer mínimo elemento que o constitui (RODRIGUES, 2012). Assim sendo, Por ser fechado operacionalmente, as comunicações são produzidas somente dentro do sistema e essas mesmas comunicações produzem outras. Para Rodrigues (2012), o conceito de acoplamento estrutural soluciona a dúvida de como é possível haver comunicação se o homem está fora da sociedade. Simplificando, o sistema e o homem estão vinculados, significa que o ambiente (nesse caso, o homem) pode alterar a direção da operação dentro no sistema sem uma invasão direta.

Assim, para Rodrigues (2012) o homem está acoplado ao sistema, ele pode produzir uma série de irritações, algo que perturbe, altere o sistema ou o tire de seu estado inicial. No fim, o sistema vai produzir certas ações por conta dessa mudança direcionada pelo homem. O sistema não modifica suas operações internas, ele só irá absorver e gerar, obedecendo a sua lógica a esses direcionamentos (RODRIGUES, 2012).

O que se observa, à luz do acoplamento estrutural estabelecido por Luhmann, é que entre o sistema social e o homem ocorre um tipo especial de acoplamento estrutural: a interpenetração. Assim, conforme Rodrigues (2012), esses dois sistemas dependem um do outro. Interpenetração não quer dizer que exista uma invasão. Mas sim, que um pode acessar a multiplicidade do outro. Nesse caso, existe uma junção, mas um depende do outro, e o fechamento operacional continua.

Mesmo com o sistema apresentado por Luhmann como sendo autopoiético e os sistemas sociais sob as bases da comunicação, faz-se necessário uma diferenciação entre dois universos (mundo vivido e sistema). Tal distinção serviu a Habermas para melhor compreender a especificidade das sociedades modernas contemporâneas (FREITAG, 1995).

3.7.1 Mundo vivido e sistema

O primeiro, segundo Freitag (1995), refere-se à maneira como os atores percebem e vivenciam sua realidade social. O "mundo vivido" compõe-se da experiência comum a todos os atores, da língua, das tradições e da cultura

partilhada por eles. Ele representa aquela parte da vida social cotidiana na qual se reflete "o óbvio", aquilo que sempre foi: o inquestionado.

Numa simetria com o mundo da vida pode-se dizer que é o mundo de referências culturais, qual seja o que permite interpretar os componentes internos de uma situação de ação que se constitui de temas específicos. De fato, no contexto cultural também é possível conceituar como o celeiro de interpretações acumuladas ou de recursos que permite a definição de uma situação de ação a partir dos fins dos agentes (HERRERO, 1987).

Além da cultura como elemento constituinte do mundo da vida, outro condicionante deste universo é a linguagem; os dois atuam mutuamente. A linguagem conserva as tradições culturais, as quais só existem sob uma forma simbólica e na maioria dos casos através de uma encarnação linguística; a cultura também marca a linguagem, pois a capacidade semântica de uma linguagem depende da complexidade dos conteúdos culturais, dos padrões de interpretação, avaliação e expressão que essa linguagem acumula. Assim o mundo da vida corresponde, como resultado, à linguagem e às reservas culturais em cujo contexto desenvolvem a interpretação de uma situação e uma ação correlata. Como afirma o autor:

O mundo da vida é introduzido como correlato dos processos de entendimento, pois os sujeitos que agem comunicativamente entendem-se sempre no horizonte linguístico de um mundo vital partilhado por eles. Este mundo forma o horizonte contextual em que os sujeitos sempre se movem no agir. É nesse horizonte que os sujeitos ordenam os contextos situacionais que se tornam problemáticos através do andaime formal amado pelo tríptico conceito de mundo e suas correspondentes pretensões de verdade. A linguagem é assim constitutiva do mundo da vida... Mas além de horizonte, o mundo de vida exerce a função de reserva cultural, no qual são conservados os resultados das elaborações históricas realizadas pelos processos de ação. Neste sentido, o mundo da vida armazena o trabalho de interpretação feito previamente pelas gerações anteriores [...]. O mundo da vida é o contrapeso conservador contra o risco de dissenso que surge com todo processo atual de entendimento. A cultura é pois constitutiva do mundo vital. Assim o mundo da vida é como que o lugar transcendental em que falante e ouvinte se movem, onde eles podem levantar reciprocamente a pretensão de que seus proferimentos se ajustam ao mundo objetivo, social e subjetivo, onde eles criticam e confirmam essas pretensões de validade, suportam seu dissenso e podem obter um acordo. (HERRERO, 1987, p.20)

Percebe-se que, através das colocações acima, e, segundo de Freitag (1995), o mundo vivido apresenta, contudo, duas facetas: a faceta da continuidade e das "certezas" intuitivas e a faceta da mudança e do questionamento dessas mesmas

certezas. O que abre um enorme espaço para entender que tal inquirição é possível graças às características intrínsecas da ação comunicativa.

Nessa direção, Medeiros (2006), vai dizer que o agir comunicativo acontece através do diálogo com o outro e como produto surge o esclarecimento que torna possível emancipar-se das agruras do mundo sistêmico; porém a concretização acontece com interações que coordenam planos de ação válidos aos mundos social, cultural e pessoal; estes intercâmbios são apoiados nos processos de entendimento mútuo e acordos linguisticamente celebrados.

Por fim, um acréscimo que pode ser feito ao conceito de mundo vivido é que ele constitui o espaço social em que a ação comunicativa permite a realização da razão comunicativa, calcada no diálogo e na força do melhor argumento em contextos interativos, livres de coação.

O segundo conceito, o de sistema, adota a perspectiva do observador, externo à sociedade. Trata-se de um conceito que não se opõe ao de "mundo vivido", mas o complementa. Com auxílio desse conceito é possível descrever aquelas estruturas societárias que asseguram a reprodução material e institucional da sociedade: a economia e o Estado. Trata-se, neste caso, de dois subsistemas da sociedade que desenvolveram certos mecanismos autorreguladores: o dinheiro e o poder que asseguram a "integração sistêmica". No interior do sistema a linguagem é secundária, predominando a ação instrumental ou estratégica. O sistema é regido pela razão instrumental (FREITAG, 1995).

Quanto à diferenciação destes dois mundos (sistêmico e vivido), Habermas (1987) aponta que, assim como o sistema se diferencia em dois Subsistemas (economia e Estado), também ocorrem diferenciações no interior do "mundo vivido". Nesse aspecto, Medeiros (2006, p.75) ao tratar das atividades comunicativas como fenômenos da linguagem e correlacionando-as à razão comunicativa, permite-se subdividir o mundo sistêmico em três dimensões:

As atividades comunicativas são fenômenos da linguagem e estão correlacionadas à razão comunicativa, situando-se nas dimensões significantes de três mundos complexos que se interpõem: a) o mundo da cultura: formas simbólicas que compartilham interpretações sobre algo nas esferas dos saberes e expressões comuns ao contexto; b) o mundo da sociedade: ordenações legítimas, institucionalizadas por práticas e costumes regulados normativamente pelo direito; regulamenta a pertença a grupos sociais e garante solidariedade; c) o mundo da personalidade; substrato dos organismos humanos; identidade e suas habilidades – condições de fala e ação.

De fato, para Habermas estas três “estruturas” (subsistemas): o cultural, o social e o subsistema de personalidade são regulados pelos mecanismos de “integração social” (controle social, socialização e aprendizado). Esses mecanismos são, segundo Habermas, regulados pela ação comunicativa, dependendo da linguagem. A continuidade ou mudança das normas e valores que regem a linguagem como um todo depende da aceitação ou não, por parte dos atores (envolvidos e atingidos), dessas normas e valores. O questionamento de sua validade exigiria a suspensão da comunicação cotidiana e a instauração de um “discurso prático” que permitiria, como vimos, criticar, renegociar e finalmente reinstaurar a validade de novas normas e valores (HABERMAS,1987).

Diante dessa conceituação de sociedade à luz de Habermas, na qual a define como duas frações distintas, embora ressaltando que a perspectiva sistêmica não se opõe ao mundo vivido, mas o complementa; tal diferenciação inaugura um novo debate que será tratado na próxima seção entre modernização societária e modernidade cultural. O processo de modernização societária refere-se às transformações ocorridas no sistema, enquanto que o segundo refere-se às transformações ocorridas no “mundo vivido”.

A modernização societária apresenta-se sob dois aspectos: o da diferenciação interna do “sistema” fracionado em dois subsistemas (economia e poder) e o da racionalização interna de cada um desses subsistemas. Assim, no primeiro caso, Freitag (1995) vai dizer que se trata da constituição de uma economia de mercado, baseada no princípio do lucro, na relação capital trabalho, no cálculo de rentabilidade, etc.; no segundo caso, da constituição do Estado racional legal, calcado em um sistema jurídico, numa burocracia efetiva, em um exército e uma polícia, etc.

A racionalização da economia e do Estado resultou na hegemonia da “racionalidade instrumental”. A modernização societária significou, ao mesmo tempo, a expulsão da “racionalidade comunicativa” do mundo do sistema e sua limitação ao “mundo vivido”. A economia e o Estado asseguram a reprodução material e institucional da sociedade moderna, sem, contudo, admitir o questionamento dos princípios que regem o seu funcionamento.

Já a modernidade cultural refere-se às transformações ocorridas no interior do subsistema cultural, pertencente ao “mundo vivido”. Aqui, observam-se processos de diferenciação e autonomização. No subsistema cultural ocorre historicamente,

primeiro uma diferenciação em três esferas: “a científica, a ética e a estética, e depois a autonomização de cada uma delas, isto é, cada uma passa a funcionar segundo princípios próprios de verdade, moralidade, expressividade.” (FREITAG, 1995, p. 143).

Se a “racionalização” constitui o traço central da “modernização societária”, ou seja, algo que diz respeito à perspectiva do sistema, em troca, e que vai dar conta da sociedade como um todo, com sua estrutura própria, seus mecanismos globais de auto regulação, transcendendo os interesses e as motivações de atores particulares; a “autonomização” das esferas da ciência, da moral e da arte constitui o traço central da modernidade cultural.

No subsistema cultural, é possível colocar em questão as pretensões de validade, pois são suspensas temporariamente e reelaboradas no interior de um processo argumentativo racional (“discursos”). De fato, na esfera da ciência que é um espaço privilegiado do cultivo da verdade, aparecem “discursos teóricos” quando as pretensões das validades das verdades afirmadas em suas teorias são sistematicamente questionadas; a esfera da moral, espaço privilegiado do cultivo das normas e princípios que regem a ação social, instaura-se “discursos práticos” buscando melhor adequação e legitimação das normas; e por fim, a esfera da arte, na qual se exprime a veracidade dos atores e sua subjetividade, permite o seu questionamento e a transformação da subjetividade em intersubjetividade expressiva.

A partir das considerações acima, também é possível admitir que, com as transformações ocorridas no subsistema cultural, as discussões já não vão proporcionar um conteúdo normativo; e mais, as pressuposições argumentativas também não vão servir de base ao agir orientado à intercompreensão. Estas distorções, que comprometem a integridade do subsistema cultural; danificando, assim, o núcleo do direito moral e que também afetam o ser humano, fazem com que Brennan (2006, p.38) defenda a preocupação de Habermas com tais questões:

É importante salientar que Habermas, em sua teoria da moral, está preocupado com a vulnerabilidade estrutural do ser humano. Em toda sua discussão, é perceptível a preocupação, por um lado, de salvaguardar a dignidade de cada indivíduo em particular e, por outro lado, de salvaguardar as relações intersubjetivas através das quais os indivíduos se conservam como participantes de uma comunidade. Por isso ela se fundamenta: no princípio da justiça, que postula o respeito, a liberdade e os mesmos direitos para todos os indivíduos; na solidariedade, que exige o bem comum da comunidade à qual o indivíduo pertence e, finalmente, no *bem comum*.

Tudo isso é considerado do ponto de vista tanto do discurso prático quanto das representações fundamentais na prática comunicativa cotidiana voltada ao entendimento.

A prática comunicativa passa a ser o cerne que possibilita um diagnóstico das relações intersubjetivas. Assim, na modernidade cada esfera de valor experimenta uma nova diferenciação interna, em consequência dos próprios processos argumentativos desencadeados em cada uma das esferas. A nova diferenciação separa, no interior de cada esfera, a base institucional das concepções de mundo ou representações. A partir daí verifica-se que, ao lado da ciência institucionalizada (universidades e centros de pesquisa) encontram-se teorias científicas, independentes das instituições científicas (FREITAG, 1995).

O mesmo ocorre com o direito: ao lado das instituições jurídicas (tribunais, cortes, etc.) existem as teorias e da moral que fornecem interpretações do fenômeno jurídico, da justiça, da moralidade, etc. seguindo uma lógica própria, diferente do direito institucionalizado. Da mesma forma a arte: associações de escritores, feiras de livro, galerias, mercado de arte, orquestras sinfônicas, etc. elas coexistem com teorias de muitos pensadores que interpretam o fenômeno artístico da poesia, literatura, música, entre outras, desprendidas da lógica intrínseca das instituições artísticas.

A crise da modernidade cultural tem suas raízes nesse novo processo de diferenciação e autonomização das “concepções de cultura” de suas bases institucionais. Pois essa nova diferenciação reduz o campo de atuação da razão comunicativa ao espaço das concepções de mundo (científicas, morais e artísticas), permitindo que sua “base institucional” seja contaminada pela razão instrumental.

3.7.2 Mudanças que desencadeiam patologias da modernidade

A “modernidade” refere-se às formações societárias do “nosso tempo”, dos “tempos modernos”. Para Freitag (1995) apud Habermas (1987), O início da “modernidade” está marcado por três eventos históricos ocorridos na Europa e cujos efeitos se propagaram pelo mundo: a Reforma Protestante, o Iluminismo (“die Aufklärung”) e a Revolução Francesa. Em outras palavras, a “modernidade” se situa no tempo. Ela abrange, historicamente, as transformações societárias ocorridas nos séculos 18, 19 e 20, no “Ocidente”. Neste sentido, ela também se situa no espaço:

seu berço indubitavelmente é a Europa. Seus efeitos propagam-se posteriormente pelo hemisfério norte, especialmente pelos países do Atlântico Norte.

A teoria da modernidade recupera e identifica como que ocorreram os processos de formação e organização, os problemas e crises das sociedades no decorrer do tempo. Estas transformações são tratadas como processos coletivos de aprendizagem superando os princípios de organizações mais simples e menos eficazes em favor de princípios novos mais universais. Sendo assim, Habermas (1987) define quatro processos, os quais estão relacionados com o sistema e com o mundo vital. São eles: diferenciação e autonomização; racionalização e dissociação. Enquanto a diferenciação e autonomização têm uma conotação positiva, os processos de racionalização e de dissociação ganham uma conotação negativa (FREITAG, 1995).

A autora prossegue colocando que a diferenciação traduz um aprendizado coletivo. Uma visão de conjunto, indiferenciada, da realidade social (centrada em um único princípio, um exemplo pode ser o religioso), é superada em favor de uma visão "descentrada" que permite incluir diferentes perspectivas e princípios. No campo material ela se traduz na divisão (orgânica) de tarefas econômicas e políticas (divisão do trabalho, divisão do poder, entre outras.). Esses processos tornam as formações societárias mais competentes e eficazes para a solução de problemas práticos vinculados à reprodução material e simbólica da sociedade. A autonomização significa o desprendimento relativo de um subsistema, uma estrutura ou "esfera" do conjunto societário, permitindo o seu funcionamento à base de princípios autônomos, mais ou menos adequados para aquele subsistema, estrutura ou esfera. É o caso da "autonomização" da esfera da ciência, que se libera das amarras impostas por convicções religiosas, estruturando-se em torno do princípio da verdade, sem prestar contas às outras "esferas" o que ocorre em seu interior. Fiel à etimologia original da palavra, a autonomização significa um ganho relativo de liberdade das "esferas", subsistemas ou estruturas em questão (FREITAG, 1995).

A racionalização refere-se a processos de transformação institucional segundo a racionalidade instrumental. Predomina o cálculo da eficácia: os meios são ajustados a fins. Para a obtenção de um fim determinado, impõe-se o uso dos meios mais eficazes, com um mínimo de gastos (de tempo, material, pessoas) e efeitos colaterais indesejados, e um máximo de benefícios desejados (lucro, poder, etc.). A

eficácia em termos de menores custos para maiores benefícios passa a ser um fim em si mesmo.

Essa patologia (racionalização) faz com que os sujeitos sociais submetam suas vidas às leis do mercado e à burocracia estatal, como se fossem forças estranhas contra as quais não há nada a fazer. Suas crises são percebidas e aceitas como as catástrofes da natureza (terremotos, erupções vulcânicas etc.). que escapam ao seu controle e contra o que não há nada a fazer (FREITAG, 1995).

Essa apatia generalizada reforça as tendências da dissociação, permitindo que a economia e o estado sejam controlados por uma minoria, de homens de negócios e políticos que determinam as regras do jogo dos processos societários contemporâneos, sem consultar a maioria. Desta forma, Habermas expõe, de forma catedrática, como acontece a colonização do mundo da vida através de imperativos sistêmicos:

À medida que o sistema econômico sujeita a seus imperativos as formas de vida do lar privado e a conduta de vida dos consumidores e empregados estão aberto o caminho para o consumismo e para o individualismo exacerbado. A prática comunicativa cotidiana é racionalizada de forma unilateral num estilo de vida utilitário, esta mudança induzida pelos meios diretores para uma orientação de natureza teleológica gera, como reação, um hedonismo liberto das pressões da racionalidade. Assim como a esfera privada é solapada e erodida pelo sistema econômico, também a esfera pública o é pelo sistema administrativo. O esvaziamento burocrático dos processos de opinião espontâneo e de formação da vontade abre caminho para a manipulação da lealdade das massas e torna fácil o desatrelamento entre as tomadas de decisão políticas e os contextos de vida concretos e formadores de identidade (Habermas, 1987, p. 325).

Para Freitag (1995) a colonização refere-se à penetração da racionalidade instrumental e dos mecanismos de integração do "dinheiro" e do "poder" no interior das instituições culturais. As galerias de arte, as feiras de livros, as universidades e academias. Ou seja, deixam de funcionar segundo o princípio da verdade, normatividade e expressividade, passando a funcionar segundo o princípio do lucro e do exercício do poder, atuantes no sistema econômico e político. Deste modo, ocupam, como tropas invasoras, os espaços privilegiados da razão comunicativa, substituindo-a pela razão instrumental. Resta como "saída" o recuo para alguns "nichos" dentro das instituições e seu enclausuramento nas "concepções de mundo", preservadas como ideias não materializadas, conceptualizadas e institucionalizadas.

A rigor, ao se racionalizarem segundo princípios dessa razão instrumental, a economia e o estado transformam sua própria eficácia em "último fim", sem

consultar ou considerar os envolvidos e atingidos, agindo sem dar-lhes satisfação e sem institucionalizar os mecanismos que permitiriam o questionamento de seu funcionamento. Na mesma perspectiva do pensamento habermasiano, Carvalho (2006, p.92) faz a seguinte colocação:

É nesse processo de construção e reconstrução da viabilidade de uma razão libertadora e crítica, em detrimento de uma razão opressora e dominadora, que nasce a proposta de uma razão comunicativa em relação a uma razão instrumental. Foi essa à perspectiva de esperança no poder de uma razão libertadora que Habermas recorreu para discutir a própria dimensão da razão.

Além da racionalização, o processo de dissociação também assume conotação negativa. Isto porque desconecta a produção material de bens e a dominação dos verdadeiros processos sociais que ocorrem na vida quotidiana. Essa dissociação faz com que a economia e o poder passem a assumir feições de uma realidade naturalizada, regida por leis imutáveis, comparáveis às leis da natureza.

Com base no que foi visto acima, percebe-se que a segunda patologia decorre da primeira. Pois, À medida que o sistema vai se fortalecendo em detrimento do "mundo vivido", ele passa a impor a este último sua própria lógica e suas regras de jogo (FREITAG, 1995).

Isso não significa que as instituições, no interior das "esferas de valor", autonomizadas, deixem de funcionar segundo os seus princípios básicos de "verdade", "moralidade", "expressividade", permanentemente questionáveis e suscetíveis de revalidação mediante a "ação comunicativa cotidiana" ou o "discurso", passando a ser regidas pelos mecanismos de "integração sistêmica": "dinheiro" e "poder". A razão comunicativa que encontrava no "mundo vivido", especialmente nas esferas de valor autonomizadas, seu verdadeiro campo de atuação retira-se sob a pressão externa da razão instrumental imposta pela colonização dos espaços institucionalizados, procurando como último refúgio as "concepções de mundo" que ainda sobrevivem, ao lado ou paralelamente às instituições, nas "esferas de valor".

Um ponto crucial a ser analisado, no percurso do século XX e início deste século, é que as atividades humanas, em grande proporção, tornaram-se um negócio. Paralelo aos negócios caminha o trabalho e com ele o tempo da vida se reduz inteiramente sob a influencia do cálculo econômico e do valor. Nesse aspecto, a dinâmica dos negócios passa a determinar a lógica do viver "humanamente"; motivo pelo qual Média (1999, p.136) trata as interações entre o indivíduo e

negócios como sendo “a relação consigo mesmo e com os outros serão concebidas exclusivamente de modo financeiro”. Não distante deste pensamento, mas de maneira mais eloquente; Lévy (2000, p.84-86) emite sua concepção a respeito do homem que está impregnado na teia dos negócios:

A partir de então, todo o mundo faz comércio [...] todo mundo está constantemente ocupado fazendo business com tudo: sexualmente, casamento, procriação, saúde, beleza, identidade, conhecimentos, relações, ideias, etc. [...] Nós já não mais sabemos muito bem quando trabalhamos e quando não trabalhamos. Nós estaremos constantemente ocupados em fazer todos os tipos de negócios [...]. Mesmo os assalariados serão empreendedores individuais, gerindo suas carreiras como a de uma pequena empresa [...], prontos a se conformarem às exigências das novidades. A pessoa se torna um empreendimento [...] não há mais família nem nação que importe.

Tudo se torna mercadoria, a venda do si se estende a todos os aspectos da vida; tudo é medido em dinheiro. A lógica do capital, da vida tornada capital, submete todas as atividades e espaços nos quais a produção de si era originalmente considerada como gasto gratuito de energia, sem outra finalidade senão a de levar as capacidades humanas ao seu mais alto grau de desenvolvimento. Também é com a mesma propriedade que Lévy (2000, p.83) anuncia a inclusão completa da produção de si: “O desenvolvimento pessoal mais íntimo conduzirá a uma melhor estabilidade emocional, a uma abertura relacional mais natural, a uma acuidade intelectual melhor dirigida, e, assim, a um melhor desempenho econômico”.

Com base nas colocações acima, Pierry Lévy deixa transparecer que os homens se libertaram das correntes (imperativos sistêmicos) que os prendiam a qualquer “ideologia” e bloqueavam seus caminhos rumo à felicidade. Ora, tal pensamento também anula algumas formas de controle social como: novos processos tecnológicos, falsas necessidades e liberdade, cultura escravocrata, entre outras. Nessa direção, o pensamento de Herbert Marcuse é serventia de análise à sociedade contemporânea.

Novas formas de controle social, além daquelas mais tradicionais (a política, o exército, as leis e economia) possibilitam o fenômeno da sociedade administrada, a começar pelo progresso técnico e a característica da racionalidade a ele subjacente (MARCUSE, 1967). Então, trazendo para a atualidade; como é possível imaginar a dinâmica dos negócios sem uma tecnologia que escraviza o homem? Marcuse pensa a racionalidade tecnológica caracterizada como padronizada, objetiva factualizada e que resulta na produção de autodisciplina e de autocontrole, para os

átomos sociais, e na eliminação da produção política ao status quo, para as associações de trabalhadores e partidos políticos que almejam representá-los.

Assim, o termo instrumentalidade é usado para mostrar como átomos sociais e como as massas foram reduzidos pela razão tecnológica a funções predeterminadas pelo aparato produtivo do capitalismo monopolista (MARCUSE, 1967).

Ademais, para Marcuse (1967) o capitalismo tardio estimula, sob a égide do chamado Estado do Bem-Estar Social, a alta-produtividade, o aumento do consumo de bens e serviços e satisfação de prazeres imediatos. Para tanto, o fio condutor de sua racionalidade se apoia na hipótese de um Estado que seja capaz de manter uma vida administrada, segura, e confortável, onde os indivíduos possam ser pré-condicionados a se satisfazerem com a variedade crescente de mercadorias produzidas pelo aparato produtivo – e que estas mercadorias sejam também os pensamentos, sentimentos e aspirações. A partir desta ideologia, surge a seguinte questão: por que os indivíduos desejariam pensar por si mesmos, sentir por si mesmos, ou, até mesmo, agir por si mesmos?

Neste sentido, Marcuse (1967) denuncia, como foi dito acima, a invasão do espaço privado pela realidade tecnológica. Esta invasão se dá pela imediata e automática identificação do indivíduo com a sociedade técnico-científica. A dimensão crítica do pensamento é obilaterada por uma ideologia que silencia e reconcilia a oposição de qualquer negatividade do pensar que possa por em dúvida a verdade da ideologia dominante.

Para Marcuse (1968), em “O homem unidimensional”, o progresso técnico, ao permitir a produção e a distribuição em massa de bens, é uma forma de controle social que permite a administração da sociedade, a “contenção” da mudança social. Intimamente relacionadas a ele, estão a implantação e manutenção de necessidades materiais e intelectuais: formas de controle que perpetuam formas obsoletas da luta pela existência e que são a mais eficaz e resistente forma de guerra contra a libertação – trata-se de mais um meio de administração da sociedade.

Quanto às falsas necessidades, pergunta-se qual é a característica das falsas necessidades? E se elas são satisfeitas, por que não se esgotam? Mais uma vez, em “O homem unidimensional”, Marcuse trata as questões historicamente: a satisfação ou não de uma necessidade pelos átomos sociais concerne à

sociabilidade e às instituições nas quais vivem, a tudo que exercerá um desenvolvimento repressivo do indivíduo e que o pré-condiciona – tal tratamento permite a Marcuse empreender uma tipologia de necessidades sob a sociedade industrial avançada, aquelas que são necessidades verídicas e as falsas necessidades:

Podemos distinguir tanto as necessidades verídicas como as falsas necessidades. ‘falsas’ são aquelas superimpostas ao indivíduo por interesses sociais particulares ao reprimi-lo: as necessidades que perpetuam a labuta, a agressividade, a miséria e a injustiça. Sua satisfação pode ser assaz agradável ao indivíduo, mas a felicidade deste não é uma condição que tem de ser mantida e protegida caso sirva para coibir o desenvolvimento da aptidão (dele e de outros) para reconhecer a moléstia do todo e aproveitar as oportunidades de cura. Então, o resultado é a euforia na infelicidade. A maioria das necessidades comuns de descansar, distrair-se, comportar-se e consumir de acordo com anúncios, amar e odiar o que os outros amam e odeiam, pertence a essa categoria de falsas necessidades. (MARCUSE, 1968, p.07)

O tratamento histórico e a formulação de uma tipologia das necessidades permitiram a Marcuse a consideração de que, na sociedade industrial avançada, a implantação de um tipo de necessidade (as falsas) correspondente a ela resulta em satisfações que não tornam os átomos sociais felizes, mas eufóricos, uma vez que são necessidades superimpostas por forças que escapam aos seus controles, são necessidades heterônimas não foram elaboradas pelos átomos sociais e servem, justamente, para repressão deles. Por isso, além de falsas necessidades, Marcuse também usa a expressão “necessidades repressivas” para descrevê-las.

Diferentes das necessidades superimposta (falsas), Marcuse considera as necessidades verídicas como as que satisfazem a necessidades vitais, tal como alimento, roupa e teto ao nível alcançável de cultura e que são requisitos para atender as demais necessidades e prioritárias em relação a elas, de acordo com o patamar histórico que as forças produtivas tenham atingido. Assim, conforme Marcuse, um tribunal torna-se necessário para divisar necessidades falsas das verídicas com padrões de prioridades.

Por fim, o terceiro aspecto a ser analisado, diz respeito à cultura como forma de controle social. Marcuse (1968) analisou os átomos sociais como destituídos de autonomia sob a sociedade industrial avançada ao conduzirem suas vidas de acordo com a forma de liberdade característica a ela (totalitária) e como bloqueados naquilo que poderiam ser antagônicos à ordem ao considerarem-se livres, em outros termos, analisou como a liberdade não tem mais a característica que Kant e Hegel

descreveram: a civilização tecnológica elimina os objetivos transcendentais da cultura, elimina as aspirações antagônicas à civilização e integra/assimila a cultura à medida que produções culturais de negação, contração, denúncia e recusa são toleradas e reduzidas como clássicas, como algo a ser ajustável à ordem:

A transcendência crítica e qualitativa da cultura é eliminada e o negativo integrado no positivo. Os elementos oposicionais da cultura são assim enfraquecidos: a civilização assume, organiza, compra e vende a cultura; ideias que em sua essência são não operacionais, não orientadas para o comportamento; e essa tradução não é uma simples metodologia, mas sim um processo social, e até político. Agora podemos expressar o efeito principal desse processo numa fórmula: a integração dos valores culturais na sociedade existente supera a alienação da cultura frente à civilização, e com isso nivela a tensão entre 'dever' e 'ser' (que é uma tensão real, histórica), entre potencial e atual, futuro e presente, liberdade e necessidade (MARCUSE, 1968, p.162).

Assim, Marcuse (1968) depõe que os conteúdos culturais, tidos no passado como críticos, sob a sociedade industrial avançada tornam-se pedagógicos, edificantes, relaxantes, veículos de adaptação. Os pensamentos e os comportamentos das pessoas são reduzidos, por conta da integração e da assimilação do que antes era crítico e agora é traduzida para a ordem, a dimensão pessoal, subjetiva e emocional. De maneira geral, a perda da autonomia da qual Marcuse trata, passa pela assimilação do que antes era oposição e pela redução do pensamento e do comportamento ao âmbito pessoal, resultando em um operacionalismo, em um desaparecimento do ponto arquimediano no qual o espírito poderia avaliar criticamente a sociedade. Com efeito, a ausência de liberdade não é, para os átomos sociais, constituídos de uma racionalidade tecnológica e desejantes de falsas necessidades, um problema, uma vez que a dimensão negativa do pensamento evapora-se e não mantém mais característica de oposição, mas opera em sentido adaptativo e subjetivo.

Trata-se de analisar a cultura como uma forma de controle social, um veículo pelo qual a sociedade é administrada. A exemplo da análise marcusiana da racionalidade e da liberdade, o que o filósofo faz é recorrer à história e assim, divisar de qual cultura se trata. Um tipo de cultura chamada por ele de afirmativa, era peculiar ao capitalismo quando revestida de fins utilitaristas e correspondia a uma forma de disciplinamento em uma ordem na qual o indivíduo não mais permanecia em sua vida privada reservada, e em seu lugar, formou-se uma ordem que necessitava de uma mobilização total que subordinava-o à disciplina do Estado

autoritário em todos os planos de existência – o âmbito cultural, portanto, foi mobilizado neste sentido.

Percebe-se então, que, por um lado, a sociedade passou a ser administrada através da cultura como forma de controle social, civilização esta que é marcada pela subserviência dos cidadãos às ordens do Estado autoritário, o qual cumpre com as determinações impostas pelos grandes grupos econômicos, para tentar manter em pleno funcionamento o processo de aquisição de maior volume de lucro possível. Por outro, a sociedade também tem testemunhado, principalmente nas últimas décadas, que o capitalismo vem dando sinais das chamadas crises estruturais, e, nessa esteira, surgem os negócios imobiliários que, no âmbito dos investimentos em infraestrutura, apresentam-se como possíveis saídas destas tensões.

4 NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS E A CRISE ESTRUTURAL DO CAPITALISMO

Neste século a economia mundial enfrenta uma grande crise; e esta se revela no desemprego generalizado, nas graves tensões sociais, na queda brusca do comércio internacional e, por fim, na decepção dos que, nos últimos anos, apostaram e confiaram na fortaleza dos bancos governamentais como salva-vidas das instituições fiadoras de investimentos individuais (HARVEY, 2011). Todos esses elementos caracterizam uma possível crise estrutural do capitalismo, o que, para o mesmo autor, também representa uma crise estrutural do capital, e tem na implosão da bolha especulativa imobiliária americana, ano de 2008, uma realidade capaz afetar as outras economias do planeta.

Tais acontecimentos remetem às discussões sobre os distúrbios do capitalismo e sua relação com as políticas anticíclicas; um exemplo clássico são os investimentos em infraestrutura que se tornaram uma das molas propulsoras da economia internacional. Nessa direção, o processo de urbanização que também se concretiza nos negócios imobiliários mantém uma estreita relação com o fenômeno das crises no capitalismo. Logo, o entendimento do todo urbano passa, hoje, pela economia política da cidade. Assim, Dantas (2012, p.118) é categórico ao afirmar “o entendimento do processo global de produção não se contenta com a mera economia política, nem se basta com a Economia Política da Urbanização, passa também por uma Economia política da cidade”.

De fato, o imobiliário acabou assumindo uma importância que antes não lhe era atribuído. A terra e suas rendas, que no princípio do capitalismo pertenciam ainda a uma classe vencida, os proprietários fundiários, hoje é cada vez mais apropriada pelo capital e utilizada em circuitos financeiros de acumulação (LEFEBVRE, 2008).

Se o “imobiliário” passa a ser um ramo do “primeiro plano” do modo de produção, a sua interpretação não deve prescindir dos temas da acumulação de capital. Isto porque a teoria de acumulação de capital, à luz dos teóricos marxistas, e entendida enquanto meio pelo qual a classe capitalista se reproduz a si mesma e a sua dominação sobre o trabalho, remete à necessidade de realizar um cuidadoso escrutínio das dinâmicas e tendências da acumulação e de seu caráter contraditório. Esta permanente articulação entre as dimensões do político e do econômico é um

dos principais ingredientes para qualquer crítica da economia política – e não poderia ser diferente com o estudo do “imobiliário”.

A crise capitalista não tem suas origens nos fluxos financeiros mundiais, mas no modo de produção de mercadorias orientado pela contínua e incessante criação e realização de mais-valia. Por isso, é possível dizer que não se trata somente de uma crise financeira, mas de uma crise de superprodução (COSTA, 2015); não é uma crise de superprodução de mercadorias, mas uma crise de superprodução de capital (BELLUZZO, 2011); ou ainda, uma crise de sobre acumulação (HARVEY, 2008).

É importante entender que, de forma semelhante, porém não igual, à concepção de Habermas sobre o deslocamento das crises sistêmicas; Harvey parte da premissa que o capitalismo não resolve a problemática da crise porque não é capaz de superar suas contradições. O que faz é contorná-la sucessivas vezes. O professor da City University of New York resgata o pensador F. Engels e seu trabalho sobre a burguesia e a crise imobiliária afirmando que desde o século XIX não havia como resolver o problema das moradias, este é transferido para outros setores e, eventualmente, volta à tona. Quer dizer, a crise acaba sendo contornada, porém jamais resolvida (HARVEY, 2008).

Portanto, na primeira parte deste capítulo, enfatiza-se a explosão da bolha imobiliária norte-americana, em 2008, como o epicentro de uma crise financeira que, não só desestabilizou o processo de acumulação de capital nas maiores economias do mundo, como também pôs em questionamento a adoção de políticas clássicas, nos moldes Keynesianos, para regular os ciclos econômicos. Momento em que se fomenta o debate, na última parte deste capítulo, sobre políticas públicas como medidas para conter a crise internacional. A segunda parte recai sobre o “boom” imobiliário brasileiro e os reflexos da crise mundial; esta discussão está diretamente relacionada com os impactos que a crise econômica-política provocou no mercado de imóveis brasileiro (última parte).

4.1 A RACIONALIDADE INSTRUMENTAL COMO NATUREZA DO MERCADO

A raiz do termo racionalidade está na palavra razão, do latim *ratione*, a qual consiste no raciocínio. Pizza (1994) é categórico ao afirmar que as origens do conceito de razão encontram-se entre os filósofos gregos. Esse conceito foi

proposto, segundo o autor, inicialmente por Platão (428-347 a.C.), com isso, na visão clássica, a razão é uma só e representa o conceito ordenador da vida. Contudo, na modernidade, com Descartes e Hobbes, o conceito de razão deixa de representar o centro ordenador da existência e se transforma em um instrumento de previsão e consequências. Assim, a preocupação, com o entendimento do mundo, de si próprio e da natureza deixa de ser importante e prioritária para o homem, e torna-se relevante o que é útil, como, por exemplo, a iniciativa dirigida para a acumulação de bens e riquezas ou de dominação econômica.

No seu livro **“Eclipse da Razão”** publicado em 1955, Horkheimer define mais amplamente o conceito racionalidade instrumental. Ele distingue duas formas de razão: a razão subjetiva (interior) e razão objetiva (exterior).

A razão subjetiva (instrumental) é a faculdade que torna possível as nossas ações. É a capacidade de classificação, inferência e dedução, ou seja, é o “poder” que possibilita o “funcionamento abstrato do mecanismo de pensamento”. (Horkheimer, 1974, p.11). Essa razão se relaciona com os meios e fins. Ela é neutra, formal, abstrata, e lógico-matemática. “a razão subjetiva se revela como capacidade de calcular probabilidades e desse modo coordenar os meios corretos com um fim determinado” (Horkheimer, 1974, p.13).

Por sua vez, a razão objetiva (Logos), conhecida desde a época clássica da história da Grécia, era considerada o principal conceito da filosofia. A razão não é somente uma faculdade mental, mas é também do mundo objetivo. Existe uma ordem, uma harmonia por trás do mundo, uma racionalidade objetiva. A razão se manifesta nas relações entre os seres humanos, na organização da sociedade, em suas instituições, na natureza e no cosmo. As teorias de Platão, Aristóteles, o escolasticismo e o idealismo alemão se fundamentam sobre uma teoria objetiva da razão. A partir daí, é possível entender que a razão não é apenas a faculdade interior do homem, mas ela se personificou nos próprios objetos deste mundo. A razão tornou-se racionalidade. Ela está presente no aparelho produtivo, no aparelho tecnológico e científico, nas instituições políticas, no hospital, na escola, no trânsito e na mídia. Em todos os empreendimentos humanos há a relação calculada entre meios e fins. A operação, a coordenação, a ordem, o sistema, o cálculo, a busca da unidade define a racionalidade em sua eficácia.

Para Max Weber, em seu livro **“A ética protestante e o espírito do capitalismo”**, publicado em 1905, o fenômeno da racionalidade tem como

característica fundamental a racionalização, tal atributo está diretamente relacionado à sociedade ocidental. Esse processo caracteriza-se pela ampliação crescente de esferas sociais que ficam submetidas a critérios técnicos de decisão racional (MOITA, 2006). Ou seja, ações racionais se estenderam sobre o tecido social que, para Weber, além de atingir fatores sociopolíticos, tal como o campo da economia e da cultura, também afetaram o direito, a moral, a ética, a administração, as artes e a religião, sendo esta última um ponto crucial para compreender as correlações entre o protestantismo e os interesses do capitalismo (MEDEIROS, 2008).

De acordo com Moita (2006), a racionalidade instrumental, que a burocracia weberiana preconiza, destaca-se pela preocupação fundamental pelos meios, pelos modos mais eficazes no alcance de determinados objetivos, relegando a questão das finalidades para um plano acessório, porque a pretensão de justificação não existe. Compreende, assim, a relação entre meio e fim, com referência à relação entre causa e efeito. Baseada na lógica desta relação dirige a sua preocupação à excelência dos métodos⁴ e busca, incessantemente, o menor meio na procura da solução ótima para se atingirem os objetivos que esta racionalidade não discute e não contesta, nunca pondo em causa os valores em nome dos quais se atua.

O planejamento e o cálculo foram tornando-se, cada vez mais, partes integrantes de procedimentos envolvendo questões administrativas. Assim, Medeiros (2008) coloca que Weber supervaloriza a técnica como insumo da racionalidade aplicada, tal processo amplia a importância incontestável de outras estruturas racionais, a exemplo das leis e da administração. Dessa forma, o desenvolvimento do conhecimento científico e técnico, ao propiciar o crescimento e aperfeiçoamento das forças produtivas, provê o sistema capitalista de um mecanismo que assegura a sua manutenção. A partir daí, se institucionaliza novas tecnologias e novas estratégias, isto é, introduz-se a inovação enquanto tal, de forma que a ciência e a técnica passam a cumprir o papel de legitimar a dominação (MOITA, 2006).

Isso significa que, para o capitalismo moderno, os meios técnicos de produção fazem parte do sistema racional que legaliza os termos de domínio das ações. Assim, Weber (2001, p.30) vai dizer que “o desenvolvimento econômico é parcialmente dependente da técnica e do direito racional, mas é ao mesmo tempo determinado pela habilidade e disposição do homem em adotar certos tipos de conduta racional prática”. O que se observa, então, é que em todos os

empreendimentos humanos há a relação calculada entre meios e fins. A operação, a coordenação, a ordem, o sistema, o cálculo, a busca da unidade define a racionalidade em sua eficácia. Sobre a apreciação racional da ação, formulada por Weber, Freitag (1994, p. 90) diz o seguinte:

O que Weber faz é postular como racional toda a ação que se baseia no cálculo, na adequação de meios e fins, procurando obter com um mínimo de dispêndios um máximo de efeitos desejados, evitando-se ou minimizando-se todos os efeitos colaterais indesejados.

Embora Weber tenha marcado o conceito de racionalidade, não houve de sua parte a preocupação em requalificar a noção de razão; ou seja, redefini-la mais para o lado da razão objetiva. O que se vê, no entanto, é a exposição de práticas do conhecimento que está imbricada a uma conjuntura moldada ao racionalismo econômico. Nessa direção, Medeiros (2008, p.99) afirma ser “a forte burocratização da sociedade capitalista o eixo através do qual a racionalidade instrumental assume suas disposições, em favor da política econômica e do mercado”. Esta racionalidade instrumental que aparece nos tipos puros de dominação, estabelecidos por Weber, é fruto de uma classe dominante, a burguesia, e de seus interesses subjacentes (MEDEIROS, 2008).

Segundo Medeiros (2008), o processo de dominação racional, à luz do pensamento Weberiano, trata-se da legalização de ordenações sociais, que instituem a autoridade formal por vias do direito, tal método tem como critério de participação o conhecimento por meio de provas e de outros tipos de avaliações. Exigências que denotam a subserviência do trabalhador aos ditames do mercado ou do estado. Assim, Medeiros (2008, p.99) observa que “tornar-se ‘funcional’ significa servir à ordem empresarial ou estatal, trazendo elementos para seu crescimento, mas sem usufruir diretamente de sua produção, a não ser pela remuneração paga em troca da execução do trabalho”.

Já no tipo de dominação tradicional, Medeiros (2008) vai dizer que se trata da legitimidade das obrigações frente aos costumes e as heranças do passado, ou seja, o que se destaca é a autoridade tradicional; prevalece o patrimonialismo e o patriarcalismo com o sistema de poder centralizador. Mas o que acontece, quando se preservam relações que não são de dever, e sim, de fidelidade? Medeiros (2008, p.99) depõe que:

A obediência não é a um patrão, mas a um senhor, e o sujeito não é funcionário, mas servo, companheiro ou súdito. As relações que se

estabelecem entre senhores e servidores não são de dever, mas de fidelidade à pessoa, muitas vezes, tida com o mesmo respeito de uma santidade. Os laços que regem as relações evidenciam os favores e a piedade, principalmente em contexto de dependência voltados para empregados domésticos, “ministeriais”. O recrutamento dá-se pela confiança e por pactos de fidelidade, e a qualificação não é tão importante quanto a simpatia, a capacidade para ajustar o comportamento individual em função das convenções traçadas pelo senhor.

Além daqueles que exercem o “controle” baseado nas formas de dominação tradicional, aparecem, também, figuras místicas, cujo degrau de superioridade está fincado no carisma e que assumem representações místicas. Estes indivíduos revelam-se como personalidades aparentemente sobrenaturais ou algo que parece fazer parte do mundo dos deuses. São tipos que causam inveja na maioria das pessoas e as inspiram a levar uma vida similar a dos seus ídolos (MEDEIROS, 2008). No rol destes ícones, figuram os feiticeiros, padres, pastores, ou representações extraordinárias, como jogadores de futebol, políticos, cantores, atores, modelos, entre outros.

Para Medeiros (2008), o carisma não está subjugado a quadros administrativos e burocráticos estáveis, mas pelas qualidades de suas identificações com as necessidades de crenças e de entretenimento das pessoas. Aqui, percebe-se uma dominação atípica; pois, diferentemente das demais, não está presa a normas ou convenções. Conforme o autor, o que importa para Weber não é essa assimetria com as demais formas de dominação; mas sim, que ela seja crucial para a economia e para o consumo.

De fato, de acordo com Medeiros (2008), curvar-se ao carismático soa como uma entrega ao que é santificado, ao heroísmo ou à exemplaridade, são situações que caracterizam a autoridade do carisma e servem para desviar as tensões à carga do trabalho exigida pelo chefe ou pelo senhor.

Os tipos de dominação que se apresentam como características da racionalização weberiana compõem o tecido do capitalismo nas formas de políticas econômicas, mercantis com suas ações concretas, pelo direito privado burguês e pela crescente burocratização da sociedade (MEDEIROS, 2008). Desse modo, também é possível compreender como diversas formas de decisão racional, as quais dão corpo à racionalidade instrumental, interferem direta e profundamente nas esferas da cultura e da sociedade.

Para Moita (2006), Habermas não se posiciona radicalmente contra a racionalidade instrumental da ciência e da técnica em si mesmas. Para este autor,

elas contribuem para a auto conservação do homem. A restrição proclamada pelo pensador diz respeito à penetração da racionalidade científica, instrumental, nas esferas de decisão em que deveria imperar outro tipo de racionalidade: a racionalidade comunicativa.

Ora, como comprovação dos fatos, sabe-se que as sociedades industriais passaram por uma transformação durante o processo de modernização, ou seja, de racionalização da ação social, a qual está diretamente associada às formas de desenvolvimento do trabalho industrial na sociedade capitalista, e assim expandiram os procedimentos e a racionalidade a eles inerentes para outros setores do âmbito da vida social. Tais mudanças também explicam porque o desenvolvimento industrial vincula-se, estritamente, ao progresso da ciência e da técnica.

Assim, no que tange às ciências, de certa forma toda ela tem um objetivo implícito, no âmbito da manipulação ou do interesse, caracterizando-a como uma prática instrumental, desta forma Habermas produzirá uma crítica a teoria das ciências positivas. O que interessa, aqui, é como a sociedade contemporânea se comporta frente à instrumentalização da razão, direcionada pelas mídias, pela era da informação acrítica, pelo mercado de consumo, enfim, questões relevantes; uma vez que, dependendo o grau de alienação que se estabelece ao sujeito, este acaba por se tornar um mero objeto, entre tantos, podemos destacar o trabalho, quando visto apenas como forma de produção.

Esta forma de alienação resulta em uma colonização por um sistema que diminui o mundo da vida, esta colonização também se verifica na esfera econômica legitimada, pois o sistema como um todo permeia nas relações entre sujeito e objeto.

O sistema que colonializa as razões cognoscentes, o faz por certa legitimação instrumental, ou seja, convence o ser que atua no mundo da vida, na esfera comumente aceita como pública, oprimindo sua vocação para uma “*práxis*” emancipatória. Desta feita, alienados e ou oprimidos servem como meio prático para se alcançar um fim, seja ele qual for, como um hedonismo capitalista, que para sua auto preservação, dilacera a livre deliberação do sujeito.

4.2 O SENTIDO DE NEGÓCIOS NO CONTEXTO DOS MERCADOS

As transformações ocorridas no modo de produção capitalista contemporâneo, observadas especialmente a partir da segunda guerra mundial,

associam-se, sobretudo ao avanço do meio técnico-científico-informacional, proporcionado principalmente pelos avanços da ciência moderna, logo, notam-se no contexto dos negócios significativas transformações que, por conseguinte, garantem maior dinamismo e fluidez ao sistema econômico capitalista.

No entanto, resta à sociedade contemporânea compreender o que está por trás dos negócios que desenham a nova ordem econômica e “integram” as nações a partir dos chamados blocos econômicos. Ou seja, qual o sentido dos negócios no contexto dos mercados que emergiram com a economia capitalista mundializada e diferenciada espaço-temporalmente e, ao mesmo tempo, contraditória.

Tais mudanças aportam-se na elaboração e no funcionamento de um complexo e avançado sistema de tecnologias da informação e da comunicação, desregulamentação e liberalização estatal praticada pelos Estados nacionais, caracterizando o que se intitulou de neoliberalismo econômico, difundido principalmente a partir de meados do século XX. Paralelamente a esse processo, surgem novas formas de cooperação internacional, criando uma espécie de “topoligamia de lugares”, isto é, a associação do sistema econômico global com vários lugares ao mesmo tempo, como forma de garantir o acontecer desse momento histórico, tudo isso em benefício do próprio sistema econômico (BECK, 1999).

Com efeito, a revolução das telecomunicações tornou-se fundamental para o processo de globalização das finanças internacionais, pois proporcionou uma crescente automação das instituições financeiras e, por conseguinte, seus efeitos reverberaram diretamente no sistema financeiro internacional (PAIVA, 2007).

É importante destacar que as noções de soberania, austeridade e territorialidade são elementos marcantes entre as nações europeias. Ressalta-se que a consolidação de um sistema de cooperação e integração econômica entre estes países demorou décadas e enfrentou diversos obstáculos, os quais se fazem notar ainda hoje. Isso pode ser evidenciado pelos diferentes tratados que foram realizados, objetivando essa configuração, a exemplo dos tratados de Roma e Amsterdã, buscando conciliar interesses e forças que convergiram para a consolidação do bloco econômico regional formado por vários dos países europeus na década de 1990. Em 2007, o bloco passou a se constituir de 27 Estados soberanos.

Até recentemente (2008) a União Europeia se constituía no bloco econômico com maior representatividade econômica e política no cenário geopolítico mundial. O bloco foi instituído em 1992, passando a exercer forte poder sobre os demais países e regiões do mundo, pois conforme afirma Castells (2007), este passou a dinamizar a economia global, estabelecendo alianças, realizando fortes transações comerciais em tempo recorde, de modo que passou a ser responsável por expressivos fluxos financeiros e uma circulação veloz, complexa e mundialmente conectada.

Os Estados abandonam gradativamente suas barreiras tarifárias para proteger sua produção da concorrência dos produtos estrangeiros, e abrem-se ao comércio e ao capital internacional. Esse processo tem sido acompanhado de uma intensa revolução nas tecnologias de informação (telefonia, computadores e televisão). Assim, a economia globalizada apresenta-se como um intenso mosaico mundial do qual fazem parte blocos de economias nacionais que ostentam diferentes graus de fluidez interna nos movimentos de bens e pessoas, mercadorias e fatores produtivos.

Ao estudar as Geografias das desigualdades na contemporaneidade, Souza (1996) fundamentada em Olivier Dollfus (1991, p. 27) aponta que “o sistema mundial não pode ser equilibrado”, logo, é desigual e contraditório. A nova ordem mundial circunscrita com o fim da Guerra Fria, associada à hegemonia econômica norte-americana, europeia e japonesa impõe uma nova dinâmica no sistema-mundo. Para a autora “a crise do modelo do Estado, a limitada eficiência das grandes instâncias de regulação mundial, ampliação das desigualdades, em todos os níveis e em todos os lugares, a velocidade da informação subvertendo os mercados mundiais”, onde as “fronteiras se abrem aos produtos e se fecham aos homens” impossibilitam um melhor funcionamento do território, haja vista o estabelecimento do “caos” em toda parte, ocasionando o “rompimento entre Sistema Mundo e Sistema Terra” o que reflete e impacta diretamente no processo de sobrevivência dos homens.

É importante ressaltar que todos os blocos econômicos são marcados por um contexto de relações desiguais internas, sejam elas econômicas, políticas ou sociais, bem como dentro dos países-membros. Essa mesma situação marca as relações de negócios entre os blocos, sobressaindo blocos hegemônicos, em detrimento de blocos frágeis, econômica e politicamente. O fato é que toda essa articulação não promove a inclusão total das regiões e de todos os indivíduos, mas intensifica as diferenças sociais entre os países e regiões, bem como entre as classes sociais aí

existentes. Ou seja, normalmente os blocos econômicos aumentam as desigualdades e as contradições socioespaciais, dentro e fora dos países, regiões, e do próprio bloco. Cria-se geralmente um conjunto de relações de poder marcado por forças desiguais, no qual sempre haverá concessão de benefícios e beneficiados em detrimento de prejuízos e explorados.

Nesse sentido, os negócios mundiais acabam impondo um contexto tal de desigualdades, marcado essencialmente por fortalecimento e enfraquecimento ao mesmo tempo, isto é, fortalecimento dos atores que já são hegemônicos, e enfraquecimento, ainda maior, dos atores não-hegemônicos.

Tais desigualdades podem explicar também o nível de desenvolvimento tecnológico e o processo de internacionalização das economias do bloco, associado dentre outros fatores ao funcionamento do neoliberalismo e ao papel dos Estados nacionais nesses países, até porque os principais negócios do bloco apresentam necessariamente uma forte dependência tecnológica do processo produtivo, em relação ao mundo desenvolvido, dependendo também de forte intervenção estatal quanto à geração e manutenção da infraestrutura necessária e do financiamento da produção, mesmo que isso implique (e tenha implicado) em endividamento dos Estados nacionais perante organismos internacionais, como o Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento, etc.

A formação de determinados blocos regionais é bastante desigual, oscilando entre simples promessas de tratamento preferencial e a tentativa de formação de um mercado único de produtos e fatores até com um sistema monetário unificado, passando pela formação de zonas de livre comércio e uniões aduaneiras. Na verdade, a formação destes blocos são respostas às dificuldades enfrentadas no mercado internacional, e também está associada às próprias modificações produtivas em curso.

Estes acordos regionais são em parte forçados pela necessidade de ampliação do espaço econômico das empresas a fim de viabilizar a operação e a continuidade das inovações, constituindo-se assim, segundo Santos (2000, p. 31), "[...] em um processo intermediário dentro da tendência de globalização." Este processo de regionalização, porém, ao mesmo tempo em que é um o passo em direção a um mercado mundial, ampliando as condições de cooperação internacional, também favorece o próprio fracionamento da economia mundial, recolocando em outros termos o debate protecionismo x liberalismo. Isto, pois,

apesar dos blocos não serem entidades fechadas e de existir interação entre blocos, muitas vezes os blocos passam a ser grupamentos de defesa de medidas protecionistas, porém agora em uma escala regional maior, garantindo um mercado consumidor com uma dimensão minimamente razoável para as empresas que produzem e vendem dentro destes grupos.

Também é possível enxergar uma lógica que se contrapõe à tese que prima pelo economicismo, ou seja, que valoriza a capacidade de pensar o desenvolvimento numa perspectiva meramente econômica, pautada na elevação dos índices econômicos, PIB, PNB, Superávit Primário, etc.. A esse respeito Dollfus (2002, p. 35) assinala que no interior desse processo “matérias-primas e gêneros que só intervêm em alguns centésimos no PNB são adquiridos no Mundo ao melhor custo e transportados com poucas despesas”. A autora acrescenta que o essencial é assegurar um abastecimento regular mediante estratégias de controle econômico e político segundo a diversidade dos lugares de produção.

Portanto, nesse contexto de primazia pelo crescimento econômico, as forças hegemônicas do modo de produção, mas, sobretudo os Estados nacionais esquecem-se muitas vezes das condições sociais e materiais de vida dos indivíduos que permanecem à margem do “progresso econômico”, haja vista a defesa justificada dos recordes da balança comercial, do crescimento do PIB e do PNB nos citados países, sem que se alterem as liberdades individuais e grupais, e portanto o desenvolvimento humano propriamente dito.

Via informação, as elites controlam os negócios, fixam regras “civilizadas” para suas competições (concorrências) e vendem a imagem de um mundo antisséptico, eficiente e envernizado. Os altos índices de desenvolvimento nos negócios, como sinônimos de crescimento econômico mundial, também deveriam servir à felicidade coletiva. No entanto, na contramão das populações que habitam as maiores economias, aparecem os baixos índices de desenvolvimento humano nos países considerados periféricos. Assim, não adianta muito exaltar as conquistas tecnológicas e o crescente mundo dos negócios - importa questionar a que - e a quem - eles servem.

Depois, percebe-se que os atores políticos, através do Estado e da informação global, manipulam os negócios como forma de controle e dominação da maioria excluída. Paralelamente à exclusão social, surge o individualismo narcisístico, a ideologia da humanidade descartável, o que favorece a cultura do

efêmero, do transitório da moda. Sendo assim, o sentido dos negócios no contexto dos mercados, sobretudo numa dimensão internacional, recai, também, na pretensão de tornar o trabalho sem importância diante do imaginário social. Ou seja, o trabalho social encontra-se, agora, ofuscado pelo brilho da tecnologia e das propagandas que o esconde detrás de um produto lustroso, pronto para ser consumido, nada mais lógico que desvalorizar o trabalhador - e, por extensão, a própria condição humana.

4.2.1 Negócios imobiliários como reserva de mercado e capital

A definição de negócios imobiliários abrange uma série de atividades como: compra, venda, avaliação, transferência, entre outras. Estas perpassam as relações entre duas ou mais pessoas e que acontecem nos espaços físico e/ou virtual (CHIAVENTATO, 2003). Assim, compreendendo que este autor, de forma implícita, também definiu o que seja mercado imobiliário; é possível, então, dizer que este espaço é composto pelos seguintes agentes: imobiliárias, corretoras de imóveis autônomas, o profissional corretor, proprietário, empreiteiras de mão de obra, empresas da construção civil e empresas prestadoras de serviços em propaganda e marketing, que atuam nas atividades de administração e comercialização dos empreendimentos imobiliários.

Com base na definição acima, acrescenta-se que na mesma proporção que aumentam os mercados, também cresce a quantidade de pessoas com diversas necessidades, os negócios e os riscos das atividades empresariais. Produtos e serviços que demonstram ser melhores serão mais procurados. De acordo com Chiavenato (2003, p.44):

O desenvolvimento de produtos ou serviços exigirá maiores investimentos em pesquisas e em desenvolvimento, aperfeiçoamento e tecnologias, dissolução de velhos e criação de novos departamentos, busca incessante de novos mercados e competição com outras organizações para sobreviver e crescer.

Esse cenário propicia e impulsiona o crescimento do mercado da construção civil. Para Ball (1996), a construção habitacional tem sido um importante indicador do crescimento urbano, pois a demanda desse setor habitacional reflete nas mudanças da população e na demanda por vários outros serviços. Nesse sentido, a

demanda habitacional não responde sozinha à urbanização, sendo responsável por apenas uma parcela das mudanças nas atividades econômicas.

O crescimento acelerado dos mercados de bens e serviços, constituídos dos mercados industriais, varejistas, financeiros, entre outros, impulsiona o crescimento das cidades, apresentando uma relação com a economia do país, tornando-se responsável por gerar emprego e renda (MARQUES, 2007). Esse fato pôde ser visto nas últimas décadas com a estabilidade macroeconômica que ajudou a manter os padrões de consumo. Essa estabilidade possibilitou que muitas pessoas passassem à diversificar seu capital de investimentos e isso, para muitos analistas econômicos, é um dos motivos da expansão dos mercados.

A credibilidade financeira das principais instituições bancárias e de crédito do mundo globalizado, particularmente no caso do Brasil, devia-se as recentes transformações político-econômicas ocorridas, sobretudo na primeira década deste século XXI. A reserva de capital surge quando o setor imobiliário nacional passou por um crescente processo de financeirização, que contou com massivos investimentos nacionais de capital-dinheiro em fundos de investimentos e empresas nacionais da promoção imobiliária (FIX, 2011).

A história mostra que, no capitalismo avançado, uma das formas de evitar a recessão é fomentar o consumo; abrindo assim as reservas de capital e estimulando o crédito para a aquisição de bens e serviços. Foi o que aconteceu com os Estados Unidos. Todo processo começou a ser desencadeado no final do ano 2000, quando houve o estouro da bolha das empresas de tecnologia. Temendo uma iminente recessão, como de fato aconteceu em 2001, o Banco Central Americano (Fed) aumentou suas injeções de dinheiro no sistema bancário para gerar uma redução nos juros. Estas injeções de dinheiro provocaram um aumento na base monetária e, por consequência, os bancos ficaram repletos de dinheiro para ser emprestado. E emprestar foi o que eles fizeram, e majoritariamente para o setor imobiliário.

As condições vantajosas do crédito, aliadas à desregulamentação, estimularam o capital especulativo a desenvolver um conjunto de inovações financeiras relacionadas com as dívidas de cartões de créditos, compra de automóveis, dívidas corporativas e, especialmente, a compra de imóveis. No entanto, os negócios imobiliários como reserva de mercado e capital também podem ser analisados sob uma perspectiva macroeconômica; isto porque a partir da primeira metade do século XX; período que, acentuadamente, se inaugura um nova

forma de capitalismo, a qual muitos teóricos chamam de “Capitalismo tardio”, observa-se o “forte controle” do Estado sobre o mercado.

O estado, então, passa a interagir na produção do espaço construído, ou seja, o espaço, somado a tudo que se constitui como imobiliário, agora não é só motivo para articulações de interesses de classe, mas também é substrato de políticas públicas que, do ponto de vista das relações econômicas associam-se aos processos de acumulação do capitalismo.

O estado articula os conflitos entre as classes e setores interessados na ocupação do solo urbano. Ele provê na medida de seus interesses (e no das classes detentoras do poder – acumuladoras de capital) os equipamentos urbanos direcionando as políticas públicas (BOTELHO, 2005).

O que se observa com esta pretensão do Estado em equilibrar os interesses das classes dominantes (detentoras do poder) e a manutenção do aparelho hegemônico (Estado) é justamente uma confirmação do que, em Habermas, viria a ser uma crise de ineficiência ou de regulação. Ou seja, os subsistemas econômico e político-administrativo acabam sendo disfuncionais.

O grande desafio do Estado no capitalismo avançado tem sido o de escoar a produção, de forma a garantir a formação do capital e atender a uma sociedade completamente estratificada. Assim, retomando a problemática imobiliária, os diversos interesses de distintos capitais, do Estado e de classes sociais por regiões do território promovem de forma crescente a especulação imobiliária e a maior valorização da terra.

Em relação à transação imobiliária, aparece como elementos influentes na valorização dos terrenos a singularidade de cada um, pelas suas características estruturais, e as possibilidades de majoração de seu valor em função do desenvolvimento da malha urbana (fatores subjetivos). Observa-se, entretanto, que o papel do estado é um dos mais importantes no que diz respeito à ordenação espacial urbana, a partir do sistema capitalista, e ainda nos reflexos da formação social.

Contudo, pode-se dizer que o circuito global da propriedade imobiliária passou por uma série de transformações nos últimos anos. A chamada crise financeira 2007/2008 promoveu a reorganização da propriedade e das dívidas hipotecárias. Nesse aspecto, com exatidão e ironia, Galbraith (1992, p.14) expõe “quem está envolvido na especulação vivencia uma aumento de sua riqueza.

Ninguém deseja acreditar que isso é fortuito ou a imerecido; todos querem crer que é resultado da superioridade de seus insights ou intuições pessoais”.

A partir de meados de 2004, com a economia americana já recuperada da recessão de 2001, o FED começou a reduzir o ritmo de injeções de dinheiro no sistema bancário. Consequentemente, os juros começaram a subir e o aumento esfriou a demanda por imóveis. Uma redução na demanda por imóveis em conjunto com um acentuado aumento na oferta gerou o inevitável: no final de 2006, os preços começaram a cair. A queda dos preços – na realidade, a percepção de que os preços não mais iriam aumentar- arrefeceu toda a atividade especulativa.

O estouro da bolha teve início quando se configurou um excesso de oferta no setor e os preços dos imóveis começaram a cair. Ou seja, a produção aumentou mais rapidamente que a demanda. O setor passou a enfrentar crescentes problemas de realização das mercadorias (SINGER, 2009). Soma-se a isso ligeira elevação dos juros nos EUA em virtude de pressões inflacionárias. A queda dos preços e a elevação dos juros promoveram a insolvência de inúmeros mutuários, o que desencadeou o estouro da bolha. (BORÇA JR E TORRES FILHO, 2008). Essas bolhas especulativas, que levaram a valorização do capital fictício às alturas, deslocando-as cada vez mais das condições materiais, de valorização, mais cedo ou mais tarde, se romperiam. O próprio movimento de expansão preparou o terreno para a crise que estourou em 2008.

A leitura que se faz com a crise global iniciada em 2007 no centro do capitalismo é que, mesmo resgatando a velha retórica marxiana, segundo a qual as crises são um elemento constitutivo do capitalismo. O que se enxergar como consequência é que o fenômeno da crise no capitalismo começa a ser retomado enquanto um dos momentos privilegiados da crítica, isto porque uma análise que se prenda única e exclusivamente aos ditames “ideológicos” do inevitável colapso sistêmico, é ficar aquém do seu tempo presente. Nesse sentido, um dos desafios da teoria social crítica hoje aponta para a ideia de que o capitalismo pode encontrar problemas ou limites internos sem incorrer numa crise apocalíptica.

4.3 O “BOOM” IMOBILIÁRIO BRASILEIRO E OS REFLEXOS DA CRISE MUNDIAL

Como foi mencionado, ao tratar crise imobiliária que afetou a economia americana em 2008, não são todos os investidores que sofrem “baixas” com a crise.

Quem comprou imóveis, durante a última crise econômica, obteve rentabilidade superior a 200%, em poucos anos nas principais capitais. Quem estava preparado, faturou centenas de milhares de reais comprando imóveis na baixa e vendendo na alta dos preços. Nenhum mercado fabricou tantos milionários no Brasil depois de grande crise (ÀVILA, 2015).

Algumas variáveis, quando estão em alta, dão sinais de crescimento do mercado imobiliário. Do contrário, pode-se afirmar que os negócios enfrentam um ciclo em baixa. Portanto, o último ciclo de crescimento começou no final de 2005 e pode ser dividido em dois momentos importantes. O primeiro momento, entre 2005 e 2009, foi impulsionado pelo crescimento da economia, estabilização da inflação, aumento real da renda, redução na taxa de desemprego, entre outros indicadores. Vale salientar que, antes de 2009, o cenário econômico mundial favorecia a alguns países emergentes. Um exemplo emblemático pode ser conferido ao Brasil que exportou muitos alimentos e minérios, principalmente para a China.

A partir de 2009, o governo brasileiro, temendo uma recessão, resolveu adotar medidas anticíclicas para reduzir os efeitos da crise econômica mundial de 2008. A solução encontrada foi oferecer dinheiro rápido e fácil para quem desejasse comprar imóveis, veículos e outros bens. Aqui é possível constatar a adoção da chamada “Política Monetária Expansiva”, cujo objetivo, naquele período, era manter a economia em alta. Daí a preocupação em aumentar a quantidade de dinheiro em circulação e baratear os empréstimos forçando a baixa da taxa de juros. Para isto o Bando Central utilizou vários instrumentos como reduzir os depósitos compulsórios para injetar dinheiro na economia e reduzir a taxa Selic até atingir seus menores níveis. Dessa forma, o governo utilizou os bancos públicos para forçar bancos privados a baixarem os juros. (ÀVILA, 2015).

Mas todo esse processo contínuo só dura enquanto os preços – tanto dos bens e serviços quanto dos salários – se mantiverem relativamente comportados. Caso eles comecem a subir forte, e as injeções de créditos continuem, haverá um aumento ainda mais forte dos preços e dos e dos salários, podendo levar a um grande descontrole inflacionário.

Foi o que aconteceu com a política expansionista imposta pelo governo, cuja consequência foi o retorno da inflação muito acima do centro da meta. O país não tinha a infraestrutura e as empresas não estavam preparadas para atender o crescimento da demanda. Sem condições de produzir para atender o aumento do

consumo (por baixa produtividade) os preços em todos os setores começaram a aumentar. De uma forma intempestiva o governo tentou intervir nos preços da energia e nos combustíveis quebrando estatais para esconder o problema da inflação.

O mercado imobiliário foi um dos muitos onde os preços dispararam, já que não existiam imóveis prontos para atender a demanda criada pela farta oferta de crédito. Naqueles anos, o mercado estava com todas as condições favoráveis para a expansão. Os bancos estavam oferecendo crédito rápido e fácil, juros baixos, a renda crescia com baixo nível de desemprego e muitas famílias sonhavam com a compra do primeiro imóvel. Várias construtoras perceberam a grande oportunidade. Grandes empresas da construção receberam investimentos e algumas abriram capital na Bolsa de Valores.

As pessoas compravam imóveis como se estivessem comprando calçados no ultimo dia de liquidação. Nada de pesquisa, nada de planejamento, as pessoas se acotovelavam para compra de imóveis. Compravam o primeiro imóvel que aparecia em bonitas maquetes de plástico e madeira. Nunca se viu um apetite tão grande por imóveis e tanta despreocupação em assumir enormes dívidas de longo prazo.

Um quadro semelhante à explosão da bolha imobiliária norte- americana aparece, agora, no Brasil. Com a expansão do de crédito imobiliário, as famílias brasileiras brasileira caíram na euforia do consumo, sem qualquer análise de endividamento. Na verdade as pessoas que se endividam tornam-se mais pobres por estarem comprometendo grande parte da renda futura com pagamento de juros.

O problema é que a economia vive de ciclos. Os governos e os bancos centrais assumiram a responsabilidade de evitar que amplitude do movimento fosse muito grande, ou seja, quando há um crescimento rápido e de maneira descontrolada o tombo acaba sendo muito grande e os bancos centrais tentam controlar a aceleração e desaceleração das economias. Alguns acreditam que o estado precisa intervir fortemente na economia para reduzir o impacto negativo dos ciclos e outros acreditam que são justamente estas intervenções que produzem crises cada vez maiores. Eis, então, o dilema entre políticas expansionistas e políticas contracionistas.

4.4 A CRISE ECONÔMICO-POLÍTICA E SEUS IMPACTOS NO MERCADO IMOBILIÁRIO DO BRASIL

Neste capítulo, a análise cairá sobre os desdobramentos da crise econômico-política a partir da grande convulsão, em 2008, que abalou o sistema financeiro norte-americano e teve repercussões na economia internacional.

Embora não imune aos efeitos mais graves, no seu pico recessivo – entre o final de 2008 e o começo de 2009 – o Brasil parecia ter resistido bem à crise financeira internacional iniciada no setor imobiliário americano daquele período e que logo se propagou para todo o sistema bancário, daí então para uma crise econômica internacional. Numa análise da conjuntura econômica daquela época, Almeida (2012) coloca que os canais de propagação da crise no Brasil foram os esperados: primeiro, a exaustão dos créditos para o comércio exterior, seguida da retração dos mercados externos e dos investimentos estrangeiros, paralelamente à queda brusca nos preços dos principais produtos de exportação, o que gerou desemprego setorial no Brasil e revisão completa dos planos de investimentos na base produtiva nacional.

Os reflexos da crise sobre a economia brasileira se manifestaram de duas formas: i) através do mercado financeiro, com a livre mobilidade dos capitais, por exemplo, a compra e venda de ações, títulos da dívida pública, etc. e ii) através do comércio internacional, pois uma vez que a economia brasileira é muito dependente das exportações de commodities (FILGUEIRAS, 2008). Os efeitos através do mercado financeiro se fizeram perceber principalmente por meio da queda da bolsa de valores, elevação do risco Brasil e desvalorização do câmbio. Filgueiras (2008) destaca que diante de um contexto de falta de controle dos fluxos de capitais a fuga de capitais das economias em desenvolvimento é inevitável, é a dinâmica da especulação financeira, na busca por papéis mais seguros.

Para conter os efeitos da crise, o governo brasileiro adotou algumas medidas como: i) Leilões de venda de dólares – uma tentativa clara de amenizar a desvalorização da moeda nacional frente a outras moedas; ii) Redução dos depósitos compulsórios – com essa medida aumenta-se a oferta de crédito ao público consumidor, numa tentativa de induzir o consumo interno (FILGUEIRAS, 2008).

Acrescentam-se ao segundo nível as políticas governamentais que tiveram um caráter inovador e estavam comprometidas com o médio e longo prazos da economia nacional. Tratava-se de ações convergentes com o propósito maior de sustentação daquele ciclo e que acompanhava o Brasil nos últimos 19 trimestres. Nesse sentido, priorizaram os recursos orçamentários para ações do plano de aceleração do crescimento e reforço financeiro ao banco de desenvolvimento econômico e social para suprir dificuldades de capital de giro de empresas e, fundamentalmente, fortalecer os investimentos em energia e infraestrutura, bem como o apoio à reestruturação patrimonial dos grandes grupos privados em operação no Brasil.

Porém, a redução da liquidez internacional, com o consequente aumento dos custos de refinanciamento para empresas brasileiras, aliado à queda da demanda e dos preços das principais commodities (agrícola e industrial), que representam a maior parte na pauta de exportações brasileiras, se tornaram um grande desafio para a economia brasileira. Ora, o crescimento da economia mundial naquele período (1990-2000) tinha sido puxado pelos Estados Unidos e China; porém, em meados de 2009, o que se viu foi uma recessão norte-americana e no Japão; o que fez com que o Brasil, nos anos subsequentes, tivesse que diversificar suas exportações (ALMEIDA, 2012).

A vulnerabilidade externa da economia brasileira ficou mais evidente diante da crise, com impactos sobre a inflação e a dívida pública. Temendo a hiperinflação, o governo brasileiro, a partir de 2009, iniciou uma sequência de elevações na taxa de juros; o que, por consequência, acabou afetando a capacidade de crescimento da economia através da expansão do mercado interno. Daí, então, o mercado imobiliário que vivia seus tempos áureos com baixas taxas de juros e flexíveis políticas de créditos, começou a dar sinais de redução.

Assim, de acordo com dados divulgados pelo IBGE em 2012, a economia brasileira passou a sentir os reflexos da crise que, mesmo com um crescimento de 7% em 2010, não conseguiu manter uma elevação sistemática do seu Produto Interno Bruto (PIB). No primeiro ano da crise (2008) os efeitos sobre o PIB foram modestos e a economia conseguiu crescer acima de 5% (ALMEIDA, 2012).

No entanto, segundo Almeida (2012), o que se viu no ano seguinte foi um crescimento negativo; ou seja, momento de clara tendência de desaceleração da atividade econômica, ocasionado principalmente pela queda das exportações

brasileiras, além da valorização do Real sofrida no período, o que fez com que o preço dos produtos brasileiros caísse juntamente com o lucro dos exportadores. No ano seguinte (2011) a economia brasileira teve um crescimento modesto, em torno de 2,7% e em 2012 cresceu menos de 1% (AMEIDA, 2012).

Outro aspecto que pode definir o quanto o mercado de imóveis poderá ser afetado é a relativa falta de autonomia na condução da política econômica nacional, é o caso do Brasil, pois o fator de dependência de financiamento externo acaba provocando-lhe subordinação às medidas que contrariam, no âmbito doméstico, os outros atores sistêmicos: Sociedade e mercado.

Nessa perspectiva, o que se observa são crises sistêmicas no seio do capitalismo tardio, as quais o Estado não consegue, através do sistema administrativo, conduzir de forma eficiente o processo de socialização da produção, pois este se contrapõe à acumulação de capital; o que terá que satisfazer aos grandes grupos econômicos, e, ao mesmo tempo, legitimar-se diante das outras frações sociais.

4.5 POLÍTICAS PÚBLICAS COMO MEDIDAS PARA CONTER A CRISE NO BRASIL

A economia capitalista tem um caráter inerentemente instável e propenso a crises. Mas as crises não se repetem em todos os elementos que lhe dão origem e nem seus desdobramentos. Sua dinâmica precisa ser analisada a luz do momento histórico que caracteriza a sociedade onde ela se instaura. A crise financeira que assolou o mundo na primeira metade deste século e se estende até os dias atuais precisa ser compreendida dentro deste contexto, e sua explicação tem íntima relação com as transformações do capitalismo contemporâneo.

Fatores explicativos desta crise e os efeitos de seu acirramento têm relação com a própria dinâmica da economia capitalista do século XX, caracterizado por um processo de desregulamentação e liberalização das finanças. Neste sentido, uma crise que se originou em um segmento de empréstimo dentro dos Estados Unidos se potencializou e se espalhou pelos mercados financeiros mundo afora, adquirindo um caráter sistêmico e tomando proporções catastróficas.

Em particular na década de noventa as baixas taxas de juros e o aprofundamento da desregulamentação das finanças provocaram o recrudescimento da competição entre as instituições financeiras norte-americanas, estimulando os

agentes financeiros a assumir posições de risco cada vez mais acentuadas (CARVALHO, 2008). Neste processo, os países emergentes foram um dos espaços visados para a valorização da riqueza financeira. O desmonte das Previdência Públicas em países centrais, decorrente do próprio processo de desestruturação do estado, contribui para que os recursos financeiros destes agentes se disseminassem, ampliando a instabilidade monetária destes países.

Como foi salientado na seção referente à crise econômica americana, as transformações do capitalismo, não só financeiras, mas ligadas a reestruturação produtiva, tem íntima relação com a crise e também vão impactar na forma de intervenção do estado. Além das medidas anticíclicas clássicas, as políticas tiveram foco também em grandes conglomerados transnacionais em dificuldades. Desde a década de 80 a participação destas empresas no PIB mundial e o crescimento vertiginoso do comércio intra-firma observado no cenário internacional tem exercido importantíssimo papel nos níveis de atividade.

Segundo Almeida (2012), alguns países da América do Sul como: Brasil, Bolívia, Argentina e Colômbia, anunciaram um pacote de medidas ao final de 2008 e durante 2009 para amainar os efeitos da crise. Nos entanto, seus desdobramentos ainda permanecem assolando algumas economias, depois de transcorridos mais de sete anos de seu acirramento.

No caso brasileiro a relativa solidez apresentada pelas contas públicas naquele período, o nível expressivo de reservas internacionais quando da eclosão da crise e a não presença de ativos vinculados ao *subprime* nas carteiras dos bancos nacionais foram determinantes para o comportamento da economia, em particular na manutenção da estabilidade nos mercados financeiros (ALMEIDA, 2012).

Para conter o impacto da crise na economia interna, o governo brasileiro adotou medidas que direcionariam o crédito aos setores que seriam mais afetados pelo estancamento do financiamento externo. O direcionamento de recursos provenientes da Poupança Rural sofreu o mesmo movimento, além de o governo manter o direcionamento do crédito para algumas áreas específicas, como era o caso da habitação, com papel sabidamente importante no volume de emprego.

Além destas medidas, o governo brasileiro implementou de forma complementar algumas medidas que tiveram apoio decisivo na manutenção da atividade. Mantiveram-se neste período de exacerbação dos impactos da crise seus

programas que já vinham em curso. Destaque para a continuidade do PAC, que, a despeito de não ter os impactos esperados na melhoria da infraestrutura, teve importância na manutenção dos níveis de atividade, em particular na construção civil. Para Almeida (2012), A execução dos investimentos previstos no Programa Piloto de Investimentos (PPI) do grupo Petrobras também não sofreram ajustes no decorrer de 2009, sendo estes investimentos da ordem de 0,5% do PIB. No transcorrer daquele ano o governo diminuiu a meta de superávit primário de 3,8 do PIB para 2,5%, visando ter margem para realizar as políticas anticíclicas, pois o baixo crescimento e os benefícios tributários concedidos reduziram a arrecadação e exigiram um corte nos investimentos caso tivesse que se atingir a meta (ALMEIDA, 2012).

Adicionalmente, o governo lançou importantes programas para a manutenção da atividade. De acordo com Almeida (2012), O programa “Minha Casa, Minha Vida”, lançado em março de 2009, previa liberação de R\$ 34 bilhões em recursos para financiamento da habitação. Acrescenta o autor que os recursos previstos eram provenientes dos cofres da União, do FGTS e do BNDES. Os indicadores da produção relacionados ao segmento de materiais para construção civil vinham em desaceleração expressiva desde que se desencadeou a crise. Este programa, somado aos benefícios fiscais para este setor no decorrer de 2009, teve importante papel na retomada das atividades no setor da construção.

Como foi visto acima, o impulso dado à construção civil apresenta-se como uma das bases de sustentação de investimentos em infraestrutura, os quais recebem o reforço das políticas monetárias e fiscais do governo, estas como medidas anticíclicas que têm por objetivo conter dos distúrbios do capitalismo. Nesse aspecto, vão se formando novas concepções de crise diante de um sistema, cujo contexto compreende os negócios imobiliários como uma de suas molas propulsoras.

5 A CONCEPÇÃO DE CRISE NO CONTEXTO DOS NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS, EM JOÃO PESSOA – PB

O presente capítulo explicita os resultados e interpretações da pesquisa que teve por objetivo analisar a concepção de crise no contexto dos negócios imobiliários, partindo do seguinte problema: como a concepção de crise emerge e se estrutura no contexto dos negócios imobiliários a partir da percepção dos estudantes/potenciais do mercado de imóveis, em João Pessoa-PB? Tratados qualitativamente e subsidiados pelo método da análise de conteúdo, os resultados foram sistematizados em consonâncias com a busca de respostas para o problema posto, e trazem para a primeira seção deste capítulo o perfil dos participantes da pesquisa.

Na segunda seção, os resultados são abordados mediante o conceito de crise como força objetiva ou contradição do sistema social. Nessa perspectiva, aplicamos a entrevista aos sujeitos, sendo neste trecho composta por quatro perguntas.

Na terceira seção do texto, os resultados são discutidos mediante a percepção dos estudantes de negócios imobiliários sobre crise durante o processo formativo. Nesse espaço, a entrevista compõe-se de seis perguntas, e o tratamento dos dados deu-se com o fito de buscar subsídios interpretativos significativos, perpassando as matizes de compreensão do objeto, conforme se vê a seguir.

Por fim, na quarta seção, o empenho da coleta de dados deu-se pela busca da percepção dos sujeitos sobre as dissonâncias e oportunidades da crise para o mercado de imóveis. Nesse intervalo, a entrevista contém quatro perguntas.

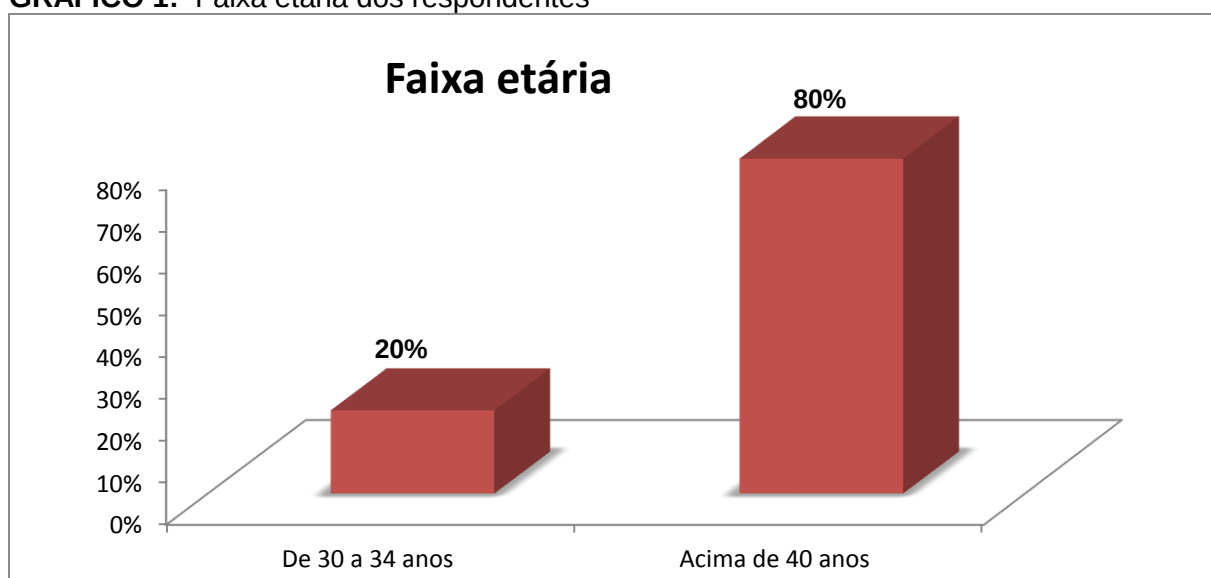
5.1 PERFIL DOS PARTICIPANTES DA PESQUISA

Os resultados obtidos, relativos ao perfil sociodemográfico dos entrevistados, foram relacionados à: gênero, faixa etária, estado civil, formação acadêmica, cargo/atividade na empresa, tempo de profissão, regime de trabalho, exercício em outra profissão, e forma de ingresso no ramo de negócios imobiliário. Para tanto, foram entrevistados 05 (cinco) estudantes, cujas informações estão em sintonia com seus respectivos gráficos.

Com relação ao gênero, todos os pesquisados são do sexo masculino. Explicação dada pelo fato de que, algumas das mulheres requisitadas para dar a entrevista encontravam-se indisponíveis naquele período, e outras se recusaram.

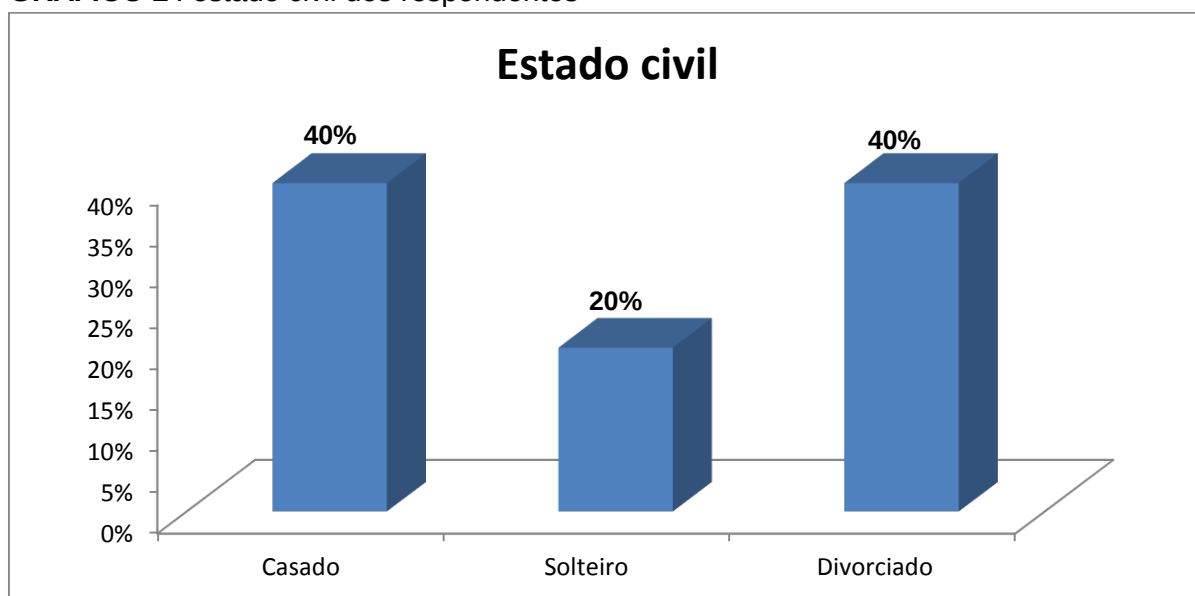
Quanto à faixa etária, a pesquisa demonstra que 04 (quatro) dos estudantes pesquisados, ou seja, 80% estão com a idade acima dos 40 anos, e apenas 01 (um) deles, 20%, encontra-se na faixa entre 30 a 34 anos. Não aparece nenhum registro percentual para as outras faixas. Estes dados são demonstrados através do gráfico abaixo:

GRÁFICO 1: Faixa etária dos respondentes



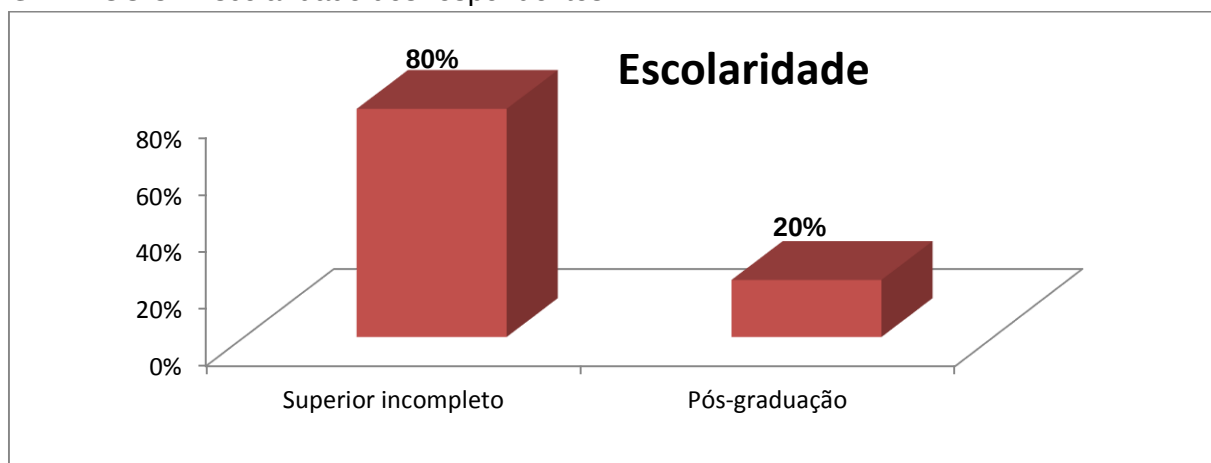
FONTE: Dados da Pesquisa (2017)

No que se refere ao estado civil dos entrevistados, a pesquisa mostra que 20% são solteiros, 40% são casados e 40% são separados ou divorciados. É interessante notar que essa variável está relacionada com a faixa etária, pois a grande maioria, (80%) acima de 40 anos, passa a esclarecer, de certa forma, os percentuais de estudantes casados, separados ou divorciados; contrariamente ao percentual de estudantes relativamente jovens, ou seja, na faixa de 30 a 34 anos. Os dados aparecem graficamente abaixo:

GRÁFICO 2 : estado civil dos respondentes

FONTE: Dados da Pesquisa (2017)

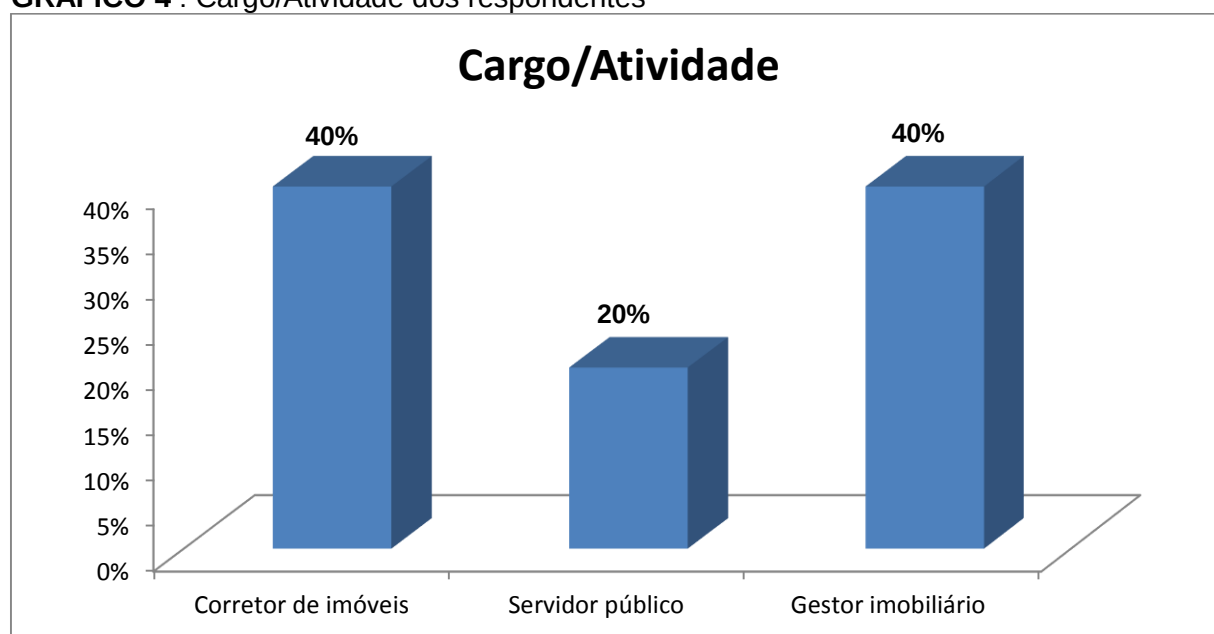
Outra variável analisada foi a formação acadêmica dos sujeitos pesquisados. A grande maioria (80%) com o curso superior incompleto, ainda que venha a concluir posteriormente, significa um avanço ao alinhamento entre teoria e prática, uma vez que, em tese, toda carga de conhecimento adquirida durante a formação acadêmica contribuirá, significativamente, com o desenvolvimento dos negócios imobiliários. A pesquisa ainda mostra que 20% dos entrevistados concluíram uma pós-graduação, o que, embora seja um percentual relativamente pequeno, robustece o quadro dos graduados que lidam com o mercado de imóveis. Estes dados podem ser evidenciados no gráfico abaixo.

GRÁFICO 3 : Escolaridade dos respondentes

FONTE: Dados da Pesquisa (2017)

Quanto ao cargo ou atividade exercida pelos sujeitos da pesquisa, percebemos que 40% trabalham como corretores de imóveis, e outros 40% exercem o ofício na condição de gestor imobiliário. Com isso, é possível constatar que 80% destes pesquisados desenvolvem suas atividades no âmbito dos negócios imobiliários, o que permitem-nos inferir que estes sujeitos têm pretensões de aprimorar, através dos conhecimentos adquiridos durante a formação acadêmica, suas experiências obtidas no dia-a-dia com mercado de imóveis. Constata-se ainda, que, como demonstra a pesquisa, 20% deles são funcionários públicos, o que, apesar de não atuarem no mercado, também estão no processo de formação de profissionais que vão operar com estes negócios. Os dados são demonstrados graficamente abaixo:

GRÁFICO 4 : Cargo/Atividade dos respondentes

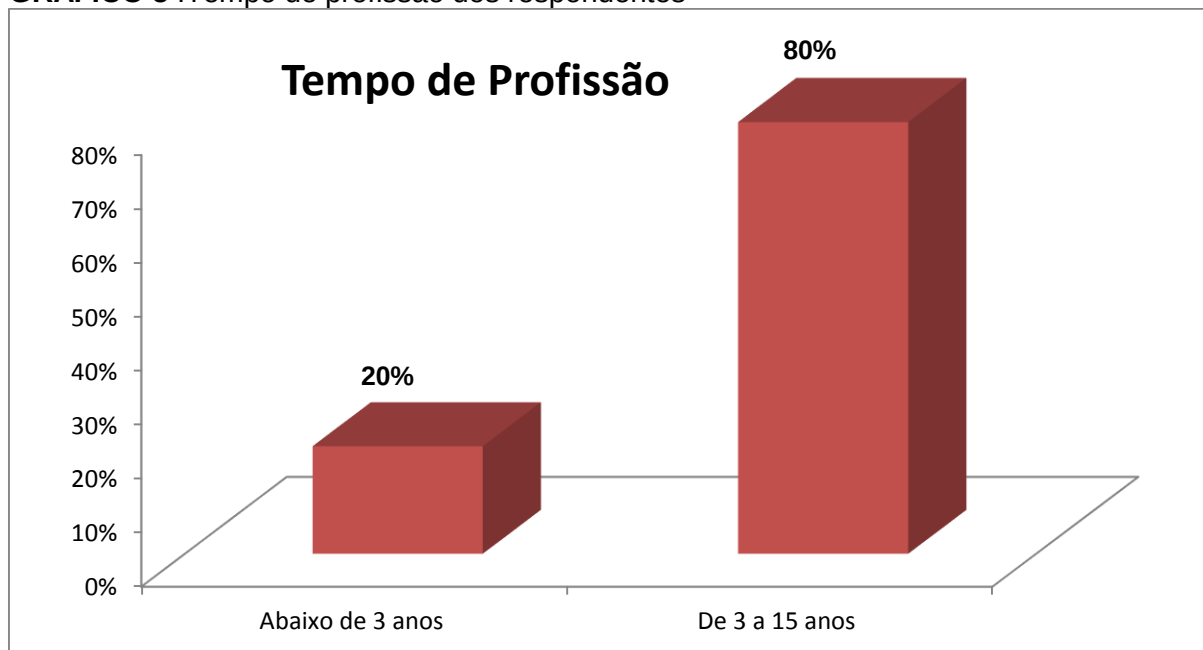


FONTE: Dados da Pesquisa (2017)

Com relação ao tempo que os pesquisados estão no exercício do atual cargo/atividade, a pesquisa mostra que 80% deles estão no período entre 3 a 15 anos. Isso pode ser uma sinalização de que, para estes profissionais, a crise já não é um fenômeno tão estranho, a ponto de impossibilitá-los de esboçarem qualquer reação para superá-la. Contudo, aparece também os que têm abaixo de 3 anos nesse mercado, são 20% dos estudantes que, apesar do tempo relativamente pequeno, não se pode afirmar que estes percebem os atuais distúrbios que afetam

o mercado de imóveis brasileiro com certas limitações de conhecimentos. Os dados são demonstrados conforme o gráfico abaixo.

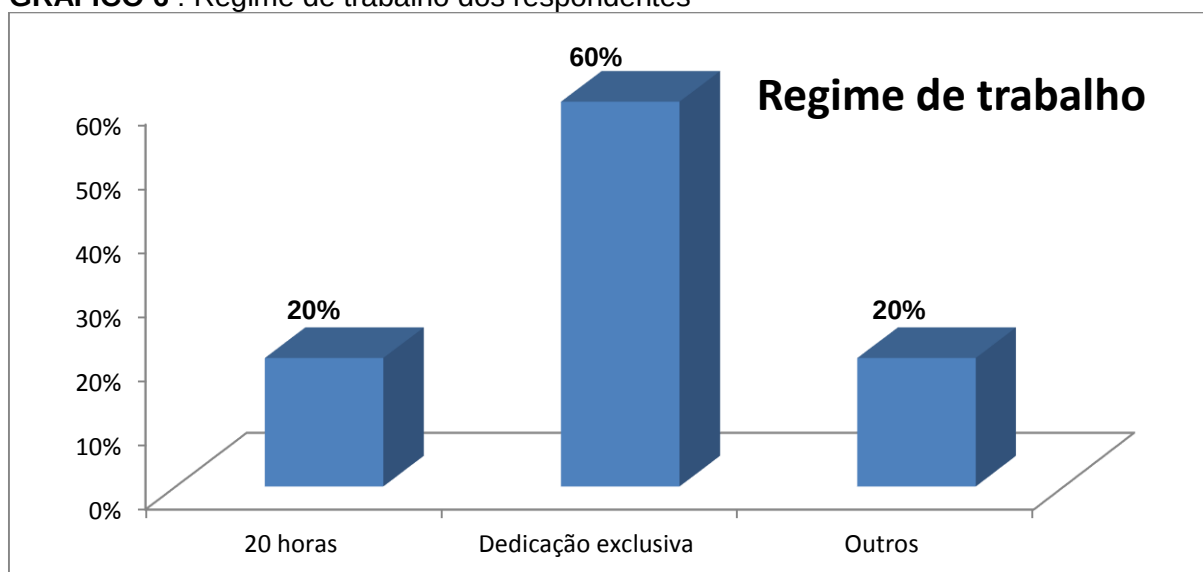
GRÁFICO 5 :Tempo de profissão dos respondentes



FONTE: Dados da Pesquisa (2017)

Os resultados obtidos relativos ao regime de trabalho apontam que 20% trabalham 20 horas semanais, enquanto que 60% têm dedicação exclusiva. Apenas 20% dos sujeitos da entrevista não se enquadram nas alternativas apresentadas no roteiro. Assim, o gráfico abaixo expõe estes resultados.

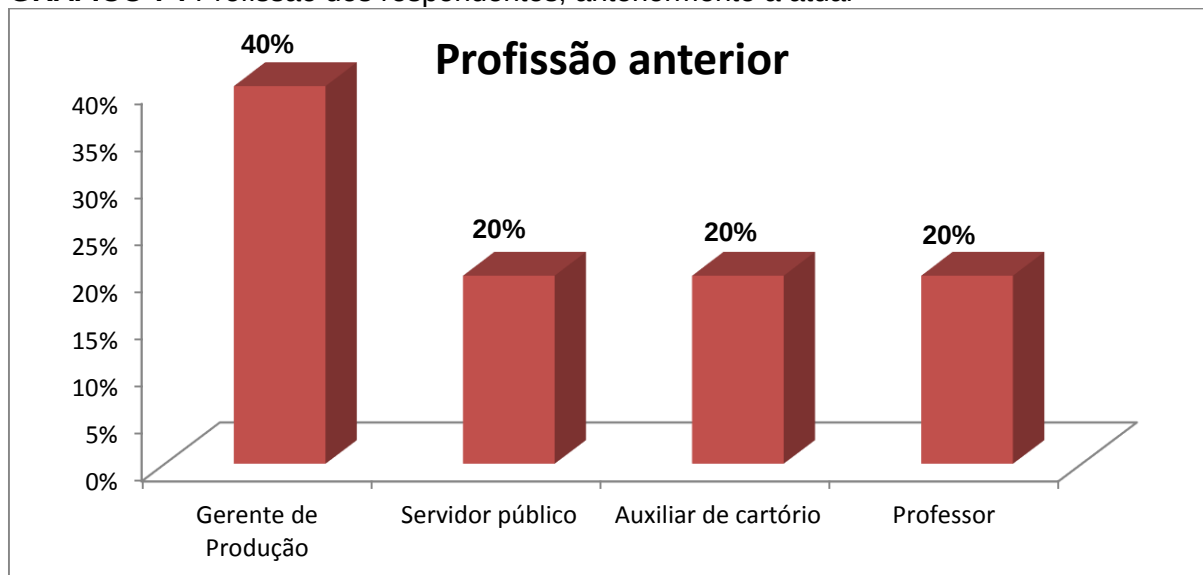
GRÁFICO 6 : Regime de trabalho dos respondentes



FONTE: Dados da Pesquisa (2017)

No tocante a outros cargos ou atividades que os pesquisados exerceram antes dos atuais, 40% trabalharam como gerentes de produção; 20% permanecem no quadro de servidor público; 20% exerceram atividades no ramo cartorial, e outros 20% ocuparam cargos de professor, conforme representação gráfica abaixo.

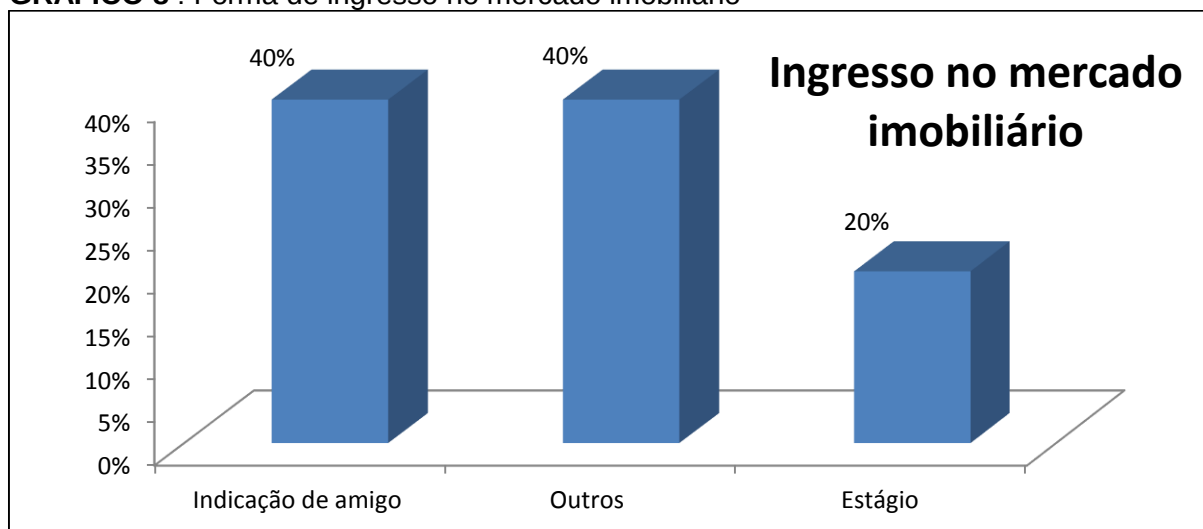
GRÁFICO 7 : Profissão dos respondentes, anteriormente à atual



FONTE: Dados da Pesquisa (2017)

Quanto ao ingresso no mercado imobiliário, 40% dos pesquisados responderam que entraram no ramo de negócios imobiliários por indicação de amigos; 20% ingressaram através de estágio, e 40% assinalaram outras formas de ingresso. Tais percentuais são apresentados mediante o gráfico abaixo.

GRÁFICO 8 : Forma de ingresso no mercado imobiliário



FONTE: Dados da Pesquisa (2017)

Com base no perfil sociodemográfico dos respondentes, é possível inferir que o ingresso desses entrevistados no mercado imobiliário foi gerado a partir de uma motivação que pode estar relacionada, ainda que de forma subterrânea, com o vertiginoso período de crescimento dos negócios imobiliários no Brasil, 2010 a 2012. Por coincidência, ou não, também é nesse intervalo que se verifica o maior número de matriculados para o curso superior de Tecnologia em Negócios Imobiliários do IFPB, Campus – João Pessoa, conforme dados emitidos pela Coordenação de Controle Acadêmico dessa instituição. Tais elementos, também, subsidiam a análise das categorias que se segue.

5.2 O CONCEITO DE CRISE COMO FORÇA OBJETIVA OU CONTRADIÇÃO DO SISTEMA SOCIAL

Conforme discutido anteriormente, categorizamos os sujeitos da pesquisa para garantir seu anonimato e, ao mesmo tempo, para sistematizar as falas de cada um deles. Nesse aspecto, a sigla EGP corresponde a “Estudante Gestor/Potencial”, acrescida da numeração progressiva referente à sequência das entrevistas feitas. A designação “Gestor/Potencial” diz respeito ao fato de que os estudantes entrevistados já trabalhavam no campo dos negócios imobiliários, sendo a função de gestor, muitas vezes, a base de articulação do trabalho dos sujeitos, ou seja, estes não mantinham somente a postura de colaboradores operacionais, mas sim de articuladores estratégicos/empreendedores.

Nesse sentido, quando foi perguntado aos Estudantes Gestores/Potenciais no que concerne à crise, sob o aspecto de força objetiva ou contradição do sistema social, percebemos que, para os entrevistados EGP1 e EGP4, investimentos em infraestrutura é força motriz capaz de reorganizar a economia em tempo de crise. No entanto, as oportunidades para os profissionais de negócios imobiliários também estão a depender de decisões políticas que interfiram nos programas sociais, e que estas se concretizem com a redução das taxas de juros; da carga tributária e de políticas de incentivo ao crédito imobiliário.

Já os gestores (EGP2, EGP3 e EGP5), embora considerem que a crise também proporcione oportunidades para o mercado imobiliário, enfatizam as contradições que emergem da sociedade frente à crise econômico-política. Nesse sentido, com base nas declarações dos sujeitos da pesquisa, percebemos que os

entrevistados acusam as pessoas de se mostrarem indiferentes às decisões políticas antidemocráticas, uma vez que estas deveriam ser submetidas às consultas populares, pois se trata de medidas que interferem nos programas sociais, a exemplo de restrições ao crédito bancário e/ou aumento nas taxas de juros e que repercutem no lado socioeconômico das pessoas. Acontece que elas encolhem-se diante de seus próprios direitos, e voltam suas atenções para soluções instantâneas.

[...] Mas, sem dúvida nenhuma, as decisões políticas interferem diretamente no mercado imobiliário. Por exemplo, a construção civil tem uma força muito grande sobre o crescimento da economia, mas isso vai depender das políticas monetária e fiscal. Recentemente a caixa econômica deu um parecer favorável com o posicionamento do governo em reduzir 0,25% da taxa de juros. A caixa econômica aderiu a isso para parte de financiamento com execução ao “programa minha casa, minha vida” que já é um programa que tem, talvez, uma das menores taxas de juro do setor imobiliário mundial, e isso aquece bastante o mercado de imóveis. (EGP1).

Como se observa na declaração de EGP1, apesar da construção civil ser um dos motores da economia, e aí se encontram as oportunidades para os negócios imobiliários, as chances de crescimento deste mercado também dependem de decisões relativas às políticas monetária e fiscal das autoridades governamentais. São deliberações que, somadas ao estímulo do crédito imobiliário, impulsionam o mercado de imóveis.

Em consistência com o depoimento do sujeito da pesquisa (EGP1), Àvila (2006) coloca que, para aquecer a construção civil e gerar mais oportunidades para o setor imobiliário, é comum o governo tomar medidas que contemplam a redução de tributos e a oferta de capital de giro mais barato para as empresas do ramo durante as obras. Somam-se a estes fatores a compelida queda das taxas de juros que provocam o barateamento de empréstimos para aquisição de imóveis.

Em sintonia com o argumento acima, Almeida (2016) expõe que a repercussão negativa da alta dos juros no crescimento acontece quando juros mais elevados tendem a diminuir as atividades produtivas, é o que está acontecendo com o setor da construção civil nos últimos cinco anos. Tal fenômeno faz o Produto Interno Bruto (PIB) expandir-se de maneira mais branda. O autor acrescenta que os efeitos do desaquecimento econômico repercutem nos recursos para a aplicação em projetos sociais. Um exemplo emblemático são as restrições postas ao crédito imobiliário que reduziu as oportunidades de consumidores e investidores de imóveis em todo Brasil, e na Paraíba em particular.

As oportunidades que surgem da crise não só contribuem para realimentar o mercado imobiliário, mas toda a economia. É preciso descobri-las no tempo certo. É entender que investir em imóveis também depende das oscilações do mercado. Estes movimentos dependem de políticas governamentais que regulam os ciclos econômicos. Quando houve uma alta do mercado nos anos de 2009 e 2010, o governo brasileiro estava tentando conter uma crise internacional que surgiu nos EUA em 2008, então investiu em infraestrutura e isto fez crescer também o mercado imobiliário brasileiro. (EGP4).

Para outro sujeito entrevistado (EGP4), a crise se manifesta como força objetiva, principalmente, a partir do descobrimento de oportunidades sucedidas de políticas governamentais para regular ciclos econômicos.

As declarações do sujeito da pesquisa (EGP4) incidem com o pensamento de Brenner (2006), ao afirmar que, ao longo da história, acentuadamente a partir da segunda metade do século XX, os investimentos em infraestrutura aparecem como consideráveis mecanismos que, uma vez aplicados aos processos de regulação dos ciclos econômicos, geram oportunidades para diversos setores da economia.

Na mesma linha de raciocínio, Almeida (2016) depõe que, dado o agravamento da crise, muitos países passaram a adotar políticas mais ativas no intuito de minimizar os efeitos sobre suas economias. Nesse aspecto, segundo o autor, com o objetivo de gerar oportunidades de crescimento econômico, quase todos os governos disponibilizam recursos para o setor social como forma de arrefecer os impactos econômicos e sociais da crise financeira internacional que se iniciou em 2008. Nessa perspectiva, foram realizados investimentos públicos em infraestrutura (rodovias, ferrovias, transporte público), educação, moradia para população de baixa renda, dentre outros.

QUADRO 6: Declarações dos sujeitos da pesquisa EGP2, EGP3 e EGP5

Sobre o conceito de crise como força objetiva ou contradição do sistema social	
EGP2	[...] diante do cenário de crise, muitas vezes, sem o consentimento da população, decisões governamentais trazem problemas para a economia que, por consequência, são obstáculos para os negócios imobiliários também. Mas, acredito que, por falta de conhecimento, as pessoas se mostram indiferentes a essas decisões, é o caso de políticas que limitam o crédito imobiliário para pessoas de baixa renda.
EGP3	[...] Quando se fala em crise, como a que está aí, significa também que muitas decisões políticas não têm aprovação da população. Agora, acontece que, talvez por falta de interesse, as pessoas também se retraem diante de seus próprios direitos.
EGP5	A crise é econômica, mas também é política. E muita gente quer sair dela, sem perceber que está fazendo o jogo do governo e dos grandes empresários. Mesmo antes da crise, as pessoas procuravam soluções imediatas sem saber que estavam sendo enganadas. Foi o que aconteceu com a compra de imóveis no tempo em que o mercado estava em alta. Hoje muitos não sabem como quitar seus débitos.

FONTE: Dados da pesquisa (2017)

Com base nas declarações acima, percebemos que os dois sujeitos da pesquisa EGP2 e EGP3 trazem em comum, nas suas declarações, a apatia com que com as massas se comportam diante de medidas que contrariam seus interesses. Já o sujeito pesquisado (EGP5) chama a atenção para os embaraços das pessoas que são vítimas das manobras conferidas ao governo e à classe empresarial.

A partir destes depoimentos, sobretudo da declaração de EGP5, é possível inferir que a insensibilidade das massas, caracterizada como falhas ou contradições do sistema social, é fruto de mecanismos de manobra ou de colonização, estrategicamente construídos e promovidos pelo Estado como sendo de despolitização dos cidadãos, cujo objetivo é atenuar sua efetiva participação política. Este raciocínio fundamenta-se no pensamento de Keane (1984, p.89) da seguinte forma:

A atenuação da efetiva participação política das massas, contudo, não é fortuita, a despolitização é um imperativo desta configuração social, já que as prioridades das políticas estatais concernentes à apropriação privada da produção socializada devem ser retiradas da discussão pública genuína.

Em consonância com o argumento acima, Offe (1975) sublinha que o problema estrutural do Estado no Capitalismo tardio reside no fato de que a lealdade das massas se torna um problema permanente, uma vez que o Estado deve pôr em prática o seu caráter de classe e, ao mesmo tempo, **obscurecer** (grifo nosso) este viés. O sucesso atribuído do Estado, relativo ao fato de também esconder das massas seu caráter de classe, pode ser traduzido nas palavras de EGP5, ao mencionar que “muita gente quer sair da crise sem perceber que está fazendo o jogo do governo e dos grandes empresários”.

As declarações dos sujeitos da pesquisa EGP2 e EGP3 também podem ser explicadas mediante o distanciamento entre economia e cultura. De fato, a partir da última década do século XX a economia, que antes era movida sob a égide do capitalismo industrial, agora está subserviente a um novo panorama de redes globais, cujas relações de trocas estão imbricadas em torno da hierarquia das inovações, das conexões de telecomunicações, sob o prisma do paradigma “digital”, e da divisão espacial internacional do trabalho. Assim, este novo espaço tem como característica lógica os fluxos de informações, a descontinuidade geográfica e o desenvolvimento de constelações livremente inter-relacionadas que diminuem cada vez mais a contiguidade territorial e maximizam as redes de comunicação em todas as suas dimensões (CASTELLS, 1999).

As mudanças no “espaço” também alteraram a variável “tempo” e, por consequência, a forma com que as pessoas interagem com problemas relacionados à economia e à política; ou seja, também houve uma transformação de natureza cultural, pois, conforme Brennand (2006, p.33) “a simultaneidade e a intemporalidade, atributo da nova sociedade informacional, criam a nova cultura do efêmero”. A partir destas mudanças, há um redimensionamento de valores, políticas, relações de poder e conexões que reorganizam as bases materiais e sociais e constroem espaços para uma nova política de civilização, ou seja, aquela que se adequa ao capitalismo contemporâneo.

Assim, a dissociação entre economia e cultura, sobretudo no que tange ao processo de fragmentação social (cultural), leva-nos a revisitar o pensamento de Habermas (1973) sobre tendências às crises no cenário do capitalismo regulado pelo Estado, as quais acontecem em virtude de rupturas ao nível das tradições culturais que nos moldes das tradições do capitalismo liberal eram conservadas. Assim Habermas (1973, p.66) descreve:

No capitalismo avançado, tendências às crises socioculturais estão se tornando aparentes ao nível de tradição cultural (sistemas morais, visões do mundo), bem como ao nível de mudança estrutural no sistema de educação das crianças (escola e família, meios de comunicação em massa). Deste modo, o resíduo de tradição fora do qual o Estado e sistema de trabalho social viveram no capitalismo liberal foi devorado (lançado fora a base tradicionalista) e os componentes intrínsecos de imunologia burguesa tornaram-se questionáveis (ameaçando o pr Privatismo profissional, civil e familiar).

O processo de ruptura das tradições culturais também é explicado mediante ações do estado. Assim o afastamento das instituições sociais das culturas locais faz destas simples instrumentos de gestão, é o que acontece com partidos políticos que priorizam coalizões apenas para conquistar o poder. Esta omissão com as causas sociais também se caracterizam como despolitização, pois as massas ficam cada vez mais “estranhas” às condutas econômicas, políticas e sociais (TOURRAINE, 1997).

Com base em tudo isso, apesar de EGP1 e EGP4 considerarem que as oportunidades, oriundas da própria crise, representam força motriz capaz de reorganizar a economia e aquecer o mercado imobiliário, declaram apenas que tais chances de crescimento dependem de intervenções governamentais sobre políticas monetárias e fiscais como instrumentos reguladores de ciclos econômicos. Assim,

percebemos que estes sujeitos referem-se aos imperativos sistêmicos (dinheiro e poder), exercidos pelo aparelho de Estado, cujo esforço intenciona o crescimento econômico através da planificação global do capital. Essa manifestação da racionalidade instrumental omite o papel do Estado enquanto substituto do mercado; ou seja, no exercício de corrigir as disfunções deste último, capaz de criar ou melhorar certas condições de exploração do capital acumulado.

De fato, para EGP1, o posicionamento do governo em reduzir as taxas de juros significa dar margem para o aquecimento do mercado de imóveis; da mesma forma, para EGP4, estas intervenções também geram oportunidades que realimentam o mercado imobiliário. E mais, este último ainda chama atenção para as oscilações do mercado, e acrescenta que estes movimentos dependem de políticas governamentais regulatórias de crises econômicas cíclicas. As duas afirmações convergem no sentido de que as oportunidades, na condição de força objetiva para o mercado imobiliário, restringem-se ao papel do Estado, apenas, no exercício de corrigir ciclos econômicos.

Ora, vincular exclusivamente as oportunidades oriundas da crise às dependências de políticas monetárias e/ou fiscais, como demonstram os sujeitos EGP1 e EGP4, sem considerar a necessidade de intervenções governamentais no processo de exploração do capital acumulado, é não revelar, ou desconhecer, que no capitalismo avançado o Estado se move entre as lacunas funcionais do mercado e se incumbe de compensar as consequências politicamente insuportáveis do setor privado. Sendo assim, paralelo ao trabalho de corrigir as crises cíclicas do capitalismo, o Estado também desenvolve:

- a) o consumo público improdutivo;
- b) conduz o capital em direção a setores privados negligenciados pelo mercado;
- c) melhora a infraestrutura material;
- d) aumenta a força produtiva do trabalho humano e;
- e) atenua as consequências materiais e sociais derivadas da apropriação privada.

Tais atividades são reações às tendências de crise dos antigos mecanismos de mercado e que, agora no capitalismo avançado, funcionam como estratégias de

gestão da crise, através das quais o Estado responde a eventuais bloqueios no processo de acumulação.

Já as declarações de EGP2, EGP3 e EGP5, sobre as contradições do sistema social que emergem da sociedade frente à crise econômico-política, permitem-nos inferir que os sujeitos da pesquisa revelam em suas falas, ainda que de forma subjacente, um processo de despolitização deflagrado pelo Estado sobre as massas, pois enfatizam a indiferença, a falta de interesse e a manipulação dos indivíduos diante de decisões governamentais que impactam negativamente sobre o direito das pessoas.

Assim, a despolitização orquestrada pelo Estado fica mais transparente com o relato de EGP5, ao mencionar que, durante o “*boom*” imobiliário brasileiro, as pessoas não perceberam que estavam fazendo o jogo do governo e dos grandes empresários. Ora, ao contrário do que se imagina, Harvey (2011) vai dizer que a especulação é um processo recorrente e parte constitutiva do sistema capitalista que se alimenta do tecnocratismo imposto pelo Estado para desvanecer a lucidez dos indivíduos e favorecer o capital fictício.

De fato, no capitalismo regulado pelo Estado, o tecnocratismo exhibe sua força exponencial e promove a degradação da esfera pública enquanto palco das discussões compartilhadas entre os indivíduos. E esse é o ponto de partida para a crítica ao caráter ideológico e legitimador da técnica e da ciência. Crítica que demonstra que a ciência e a tecnologia, ao se tornarem a base legitimadora do sistema capitalista, excluem as questões práticas da esfera pública e reduzem o tratamento dos problemas políticos a uma solução de racionalidade técnica ou instrumental. Assim, sob o viés do capitalismo avançado, na medida em que as tarefas práticas são substituídas por tarefas técnicas, perde-se a referência à esfera pública, concomitantemente também se observa novas formas de dominação.

Nesse aspecto, a falta de reação das pessoas, caracterizada como indiferença ou falta de interesse, como demonstra os sujeitos EGP2 e EGP3, pode ser interpretada como o novo modelo de subordinação que surge no capitalismo tardio, ou seja, como alterações significativas na relação entre Estado e sociedade. Tal explicação ancora-se no pensamento de Habermas (1994) ao defender que, nas sociedades capitalistas avançadas, a dominação tende a perder o seu caráter explorador e opressor e tornar-se racional, sem que, com isso, seja varrida a dominação política.

A manifestação ideológica da técnica também pode ser apreendida nas palavras do EGP2, ao relatar que a falta de conhecimento das pessoas provoca a indiferença destas, diante de determinadas decisões governamentais. Nesse sentido, com o advento do capitalismo avançado, as pessoas passam a depositar seus conhecimentos naqueles que detém o poder da técnica, a qual se associa à ciência como única saída para os problemas econômico-políticos e sociais. Daí entender por que, em período relativamente recente da nossa história, houve supostas indicações de ministros da fazenda, sob o pretexto de que estes seriam renomados economistas, para disputar a presidência da república. Ora, não seria esse um exemplo emblemático de tecnocratismo que se instala com a interpenetração entre Estado e Mercado para inaugurar novas formas de dominação?

Tal dominação também pode ser considerada repressiva, e foge da consciência da população porque, agora, a legitimação assumiu um novo caráter, a saber, a referência à crescente produtividade e ao crescente domínio da natureza, que também proporcionam aos indivíduos uma vida mais confortável. Assim, as decisões governamentais, relatadas pelo sujeito EGP2, e que são passíveis da falta de conhecimento das pessoas, legitimam-se mediante o argumento de que estão sob o domínio da eficiência, de bons profissionais (“novas forças produtivas”) e de que a esfera política passa pelo crivo das determinações “racionais”.

De fato, a ciência é usada para dominar a natureza e, com isso, acelerar a produção através da dinamização das forças produtivas. Por outro lado, essa mesma ciência também é usada para dominar os homens, visto que são subordinados cada vez mais ao progresso. Logo, a ciência e a tecnologia tornam-se a base legitimadora do sistema capitalista, haja vista que no capitalismo tardio “as forças produtivas parecem entrar numa nova constelação com as relações de produção: já não funcionam em prol de um esclarecimento político como fundamento da crítica das legitimações vigentes, mas elas próprias se convertem em base de legitimação” (HABERMAS, 1994, p. 48).

Esse progresso da ciência e da técnica encontra-se diretamente relacionado com o crescimento econômico e, uma vez que este passa a depender do desenvolvimento técnico-científico, a despolitização torna-se plausível às massas, visto que a manutenção do desenvolvimento e a estabilidade do sistema tornam-se uma questão técnica, ou seja, não susceptível de discussão pública. Daí entender

por quais razões, de acordo com o depoimento do sujeito EGP5, as pessoas que investiram maciçamente no mercado imobiliário, o qual naquele período encontrava-se em alta, estavam sob o processo de despolitização caracterizado pela ausência de uma discussão pública sobre a verdadeira situação econômica e financeira vigente. Em outras palavras, acreditaram no governo e na classe empresarial que dispunham de recursos técnico-científicos, e que estes jamais falhariam.

A euforia dos que investiram em imóveis, procurando assim o enriquecimento imediato, como demonstra o sujeito EGP5, reforça, peremptoriamente, a atenuação da efetiva participação das massas enquanto formadora de opinião pública estruturalmente politizada; ou seja, capaz de formular críticas às tramas articuladas pela conexão entre Estado e mercado, as quais lhes afetam negativamente. Tal acontecimento confirma a autenticidade e atualiza, ainda mais, o argumento de Habermas (1994) sobre o fato de que, no capitalismo tardio, a opinião pública, estruturalmente apolítica, o interesse dos cidadãos se orienta pelo consumo, por lazeres e pela carreira, sua expectativa é a de obter compensações apropriadas (dinheiro, tempo livre e segurança).

5.3 A PERCEPÇÃO DOS ESTUDANTES DE NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS SOBRE CRISE DURANTE O PROCESSO FORMATIVO

Para analisar a percepção de crise que os sujeitos da pesquisa constroem, durante o processo formativo em negócios imobiliários, a entrevista foi composta por seis perguntas nesse trecho. Durante a realização das perguntas, percebemos que dois dos gestores entrevistados, EGP1 e EGP5, posicionaram-se de forma semelhante, pois declararam que a crise, mesmo cumprindo ciclos intermitentes (bons e maus momentos), ao se agravar, transcende a esfera econômica e alcança o domínio político. Como consequência, a insegurança política acaba por se revelar na falta de confiabilidade dos que desejam investir no país. Já os sujeitos EGP4 e EGP2 percebem a crise sob a perspectiva de seus efeitos sociais. Por fim, o sujeito EGP3 compreende que não há só uma crise econômica, mas também distúrbios éticos e morais que, análogos aos que aparecem na classe política, impactam negativamente sobre os negócios imobiliários.

Para mim, a crise que está diretamente relacionada aos negócios imobiliários pode ser entendida mais pelo lado econômico, e ela é um tanto

quanto cíclica. Se olharmos os períodos da história da humanidade, nos séculos passados, a gente já tinha essa questão das crises econômicas, ou seja, de bons e maus momentos. O que eu tenho a dizer é que existe sim, sem dúvidas, uma grave crise econômica; mas ela se aflora, ainda mais, por conta de uma insegurança política no país que não passa confiabilidade à população, e aos investidores que desejam investir no país, isso em regra geral. (EGP1).

Conforme a declaração de EGP1, é possível inferir que este compreende que as crises econômicas também reaparecem como crises políticas. Nessa direção, Harvey (2011) pondera que o capitalismo não resolve a problemática da crise porque não é capaz de superar suas contradições, mas o que faz é contorná-la sucessivas vezes. Ou seja, indicadores negativos como a redução das atividades mercantis, altos níveis de desemprego e aumento da pobreza não afastam a possibilidade de uma crise política, e este tem sido cenário do Brasil nos últimos tempos, sobretudo a partir da atuação da Operação Lava-Jato pela Polícia Federal, pelo Impeachment da Presidente Dilma Roussef e pelo Governo de Michel Temer.

Outro aspecto relacionado às tendências de crises políticas que decorrem do sistema econômico pode ser observado ainda nas palavras do EGP1, quando diz: [...] “mas ela se aflora, ainda mais, por conta de uma insegurança política no país que não passa confiabilidade à população”. Habermas (1973) também explica as tendências às crises políticas como sendo problemas relacionados à lealdade das massas. Ou seja, o sistema político requer, como insumo, a confiabilidade da população. Dessa forma, Habermas (1973, p.64) afirma que “a crise de consumo tem a forma de uma crise de legitimação; o sistema legitimante não tem êxito em manter o nível requerido de lealdade de massas, enquanto os imperativos de decisão [dinheiro e poder] , tomados do sistema econômico, forem executados”.

Aludindo a tais aspectos, o EGP5 assevera:

Hoje a situação do país está muito conturbada. Quando se fala em crise, muita gente faz uma generalização. Mas, na verdade, acredito que a gente passa por uma crise econômica e outra política. Eu acho que a crise econômica vem da perversa distribuição de todos os recursos produzidos no nosso país, e isso gera uma confusão nas pessoas que elegem os governantes e termina também com uma crise política, aí você tem que uma acaba alimentando a outra (EGP5).

Com base na fala do sujeito acima, (EGP5), percebemos que este vê a crise política como produto da insatisfação das pessoas quanto ao processo de socialização da produção, ou seja, uma crise que se originou da esfera econômica. Nesse caso, Habermas (1973) advoga que as crises políticas são oriundas do

sistema econômico, e que estas, uma vez chegando ao âmbito das decisões administrativas, não logram êxito, ou seja, há uma crise de produção. Assim, Habermas (1973, p.64) assegura que “a crise de produção tem forma de crise de racionalidade, nas quais o sistema administrativo não tem êxito em reconciliar e cumprir os imperativos recebidos do sistema econômico”.

Dessa maneira, a crise política destacada por (EGP1 e EGP5) também diz respeito a processos de transformação institucional, ou seja, mudanças que têm como substrato a racionalidade instrumental, pois, no sistema administrativo, cuja burocracia opera nos moldes do capitalismo organizado pelo Estado, também predomina o cálculo da eficácia, ou seja, os meios são ajustados a fins, independentemente das circunstâncias alheias às intenções/interesses finalistas, associados à lógica do dinheiro e do poder.

Nessas condições, não é exagero afirmar que, no cômputo das causas relativas às crises do capitalismo contemporâneo, encontra-se a alta “dosagem” de racionalidade instrumental “diluída” nas relações humanas, sobretudo no âmbito da materialização de interesses, seja na esfera econômica ou no domínio do Estado. Assim, para a obtenção de um fim determinado, impõe-se o uso dos meios mais eficazes, com um mínimo de gastos (de tempo, material, pessoas) e efeitos colaterais indesejados, e um máximo de benefícios desejados (lucro, poder, etc.), assim como ocorreu nas propostas do governo de Michel Temer para a reestruturação da Previdência Social e programas sociais no Brasil, a exemplo da Farmácia Popular, Minha Casa, Minha Vida etc.

A eficácia, em termos de menores custos para maiores benefícios, passa a ser um fim em si mesmo. A rigor, ao se racionalizarem segundo princípios dessa razão instrumental, a economia e o estado transformam sua própria eficácia em “último fim”, sem consultar ou considerar os envolvidos e atingidos, agindo sem dar-lhes satisfação e sem institucionalizar os mecanismos que permitiriam o questionamento de seu funcionamento (CARVALHO, 2006).

Os distúrbios políticos, mencionados pelos sujeitos EGP1 e EGP5, também se instalam quando as instituições, tanto do sistema econômico como do político, deixam de funcionar segundo o princípio de verdade, normatividade e expressividade, passando a funcionar segundo o princípio do lucro e do exercício do poder. Nessa situação, já se configura o processo de colonização, ou seja, a penetração da racionalidade instrumental e dos imperativos sistêmicos “dinheiro e

poder” no interior das instituições culturais, quais sejam as galerias de arte, as feiras de livros, as escolas e universidades etc.

A situação conturbada descrita pelo sujeito pesquisado EGP5, na qual se generaliza diversos tipos de crises, reforça as tendências da dissociação, permitindo que a economia e o Estado sejam controlados por uma minoria, de homens de negócios e políticos, que determinam as regras do jogo dos processos societários contemporâneos, sem consultar a maioria. Dessa forma, Habermas (1987, p. 325) expõe, de forma catedrática, como acontece a colonização do mundo da vida através dos imperativos do mundo sistêmico (dinheiro e poder):

À medida que o sistema econômico sujeita a seus imperativos as formas de vida do lar privado e a conduta de vida dos consumidores e empregados estão aberto o caminho para o consumismo e para o individualismo exacerbado. A prática comunicativa cotidiana é racionalizada de forma unilateral num estilo de vida utilitário, esta mudança induzida pelos meios diretores para uma orientação de natureza teleológica gera, como reação, um hedonismo liberto das pressões da racionalidade. Assim como a esfera privada é solapada e erodida pelo sistema econômico, também a esfera pública o é pelo sistema administrativo. O esvaziamento burocrático dos processos de opinião espontâneo e de formação da vontade abre caminho para a manipulação da lealdade das massas e torna fácil o desatrelamento entre as tomadas de decisão políticas e os contextos de vida concretos e formadores de identidade (HABERMAS, 1987, p. 325).

Com base nisso, percebemos que, à medida que o sistema vai se fortalecendo em detrimento das conquistas sociais, e que os espaços das relações culturais entre os indivíduos vão sendo minados, desencadeiam-se simultaneamente crises que, a exemplo dos colapsos econômicos e/ou políticos citados pelos sujeitos da pesquisa, servem para retroalimentar o capitalismo contemporâneo.

[...] também vejo a necessidade de compreender a crise sob o aspecto social. Acredito que o desaquecimento da economia brasileira trouxe mais empobrecimento, pelo menos nos últimos cinco anos, para as camadas menos assistidas da população; que já não tinham condições de adquirir uma casa para morar, ou seja, já viviam em estado de extrema pobreza. E aí você tem uma crise econômica com efeitos nefastos para uma grande parcela da população. Trabalhar no ramo de negócios imobiliários é entender o comportamento da crise e suas soluções. (EGP4).

Em concordância com o que cita EGP4, o argumento de Almeida (2016) assevera que a desaceleração econômica observada desde 2011 contribuiu para conter o esforço significativo das políticas públicas de proteção e promoção social. No caso do Brasil, segundo o autor, a crise econômica não resultou agravamento social, pelo menos até o ano de 2012. Entre 2007 e 2012, por exemplo, a taxa de

pobreza extrema caiu 36,3%. Porém, Em 2013, contudo, a miséria voltou a crescer pela primeira vez desde 2003. A taxa de pobreza extrema passou de 3,6%, em 2012 para 4% em 2013, conferindo aumento de 11%.

Eu aprendi que a crise também pode gerar oportunidades. Digo isso para qualquer profissional. Mas também tirei a lição de que é necessário estudar “o antes” e “o depois” da crise. É importante perceber como o padrão de vida das pessoas muda durante estes intervalos. [...] goste ou não goste do governo anterior, o fato é que o Brasil teve um crescimento vasto. Nos últimos anos as pessoas tiveram qualidade de vida. As pessoas, hoje, pelo menos boa parte, têm casa própria, carro próprio e formação superior. Nunca tivemos tantos diplomados no Brasil como nos últimos dez anos; é um grande número de mestres e doutores. (EGP2).

Quanto aos avanços sociais declarados por EGP2, estes se justificam com base nas proposições de Galarza (2014), ao afirmar que, já na primeira década do século XXI, a América Latina tornou-se detentora de recursos naturais a serem expropriados por centros capitalistas hegemônicos, assim como espaço destinado ao capital financeiro internacional. Desse modo, A América Latina deflagra um período de crescimento anticíclico da região, alcançando índices em torno de 5% ao ano. Tal arranjo permitiu ao Estado impulsionar políticas redistributivas e de assistência social que se configuraram como mudanças no padrão de vida da classe trabalhadora (GALARZA, 2014).

Embora as declarações de EGP4 e EGP2 sejam positivas no sentido de chamar a atenção dos profissionais do mercado imobiliário para os problemas sociais, compreendemos que ambos percebem as crises como fenômenos independentes de suas causas. Ou seja, mesmo que ambos compreendam o fenômeno dos ciclos econômicos, parecem desconhecer, ou ocultar, que políticas anticíclicas se justificam enquanto forças reprodutivas do capitalismo, e não como benefícios deferidos, às cegas, para aos medíocres extratos da sociedade. Nessa direção, Keane (1984) explicita que o aparelho de Estado, no capitalismo tardio, passa a satisfazer dois tipos de imperativos econômicos: de um lado, ele regula o ciclo econômico, graças à planificação global; de outro lado, ele melhora as condições de exploração do capital acumulado.

[...] a crise também serve de aprendizado para os que operam no mercado imobiliário, e uma das coisas que aprendi foi que não basta só criar oportunidades para tentar sair da crise. Hoje temos uma crise econômica que, sem dúvidas, tem dificultado, e muito, realizar grandes negócios. Mas também temos uma crise no sentido da ética propriamente dita; e que não é só da classe política, ela acontece também no interior do próprio mercado imobiliário. Infelizmente, muitos dos profissionais maculam seu ofício.

Então, criou-se um estigma, ou uma cultura, sei lá, de que todo corretor de imóveis pretende enganar o comprador. É constrangedor, mas devo dizer que isso acontece. Quando dialogamos com muitos dos nossos clientes, sentimos isso. Muitas vezes deixamos de fechar um negócio por falta de confiança nas nossas propostas. (EGP3)

O sujeito acima enfatiza a crise que alcança o campo da ética. Destaca que este problema não afeta só a classe política, mas também as relações dialógicas entre os profissionais do mercado imobiliário, especificamente os corretores, e sua clientela. Percebemos que, nas palavras deste sujeito da pesquisa, subjaz uma crise de valores que impacta nos dois segmentos (classe política e negócios imobiliários). Em consonância com este depoimento, Àvila (2006) pondera que a atual recessão econômica que vivemos é subproduto de uma verdadeira **crise de valores** que permeia boa parte das estruturas de poder da sociedade, institucionalizando práticas de corrupção que, por evidente, produzem danos de grave repercussão em todos os setores da sociedade.

Ao discorrer sobre questões éticas que enlaçam a economia brasileira, Filgueira (2008) depõe que a falta de ética é algo que está se revelando a cada dia como algo transformador da sociedade atual, pois vai da política às relações de consumo, e suas consequências se fazem presentes no retardamento do crescimento e da conclusão dos negócios.

A avaliação de Filgueira (2008) sobre as mudanças da sociedade brasileira, decorrentes de problemas éticos, remete-nos às tendências de crise, formuladas por Habermas (1973), como sendo de natureza sociocultural. Esta concepção de crise diz respeito diretamente ao subsistema sociocultural, no qual indivíduos e coletividade constituem e reproduzem sua identidade em relação a valores, normas e sistemas de sentido.

Portanto, para Habermas (1973), os problemas de regulação que permeiam os sistemas econômico e político-administrativo só são, de fato, perigosos na medida em que o consenso que está na base das estruturas normativas é ameaçado ao ponto em que toda sociedade se torna anômica. Ou seja, os sistemas sociais têm, eles também, a sua identidade, e eles podem perdê-la.

Relacionado a tudo isso, é possível acrescentar às inferências relativas às declarações dos sujeitos EGP1 e EGP5 que a crise econômica, proveniente da perversa distribuição dos recursos produzidos no país, como menciona o último sujeito, remonta a discussão de que, no capitalismo tardio, o Estado tem que dar

conta de duas tarefas fundamentais: de um lado, deve incentivar a manutenção do movimento de acumulação de capital, e aqui no Brasil aconteceu através de investimentos em infraestrutura a partir de 2009. Do outro, propõe-se a assegurar a lealdade das massas, ou seja, a credibilidade dos que, em tempo de crise, estão ameaçados de perder o emprego e o teto para morar.

De fato, as graves crises econômicas, conforme demonstra EGP1, lançam consequências políticas que obstam o crescimento de determinados mercados, a exemplo do imobiliário, e as reações de insegurança que perpassam as massas, sobretudo os investidores, como expõe o sujeito EGP5, também se configuram como um desalento nas crenças técnico-econômicas que outrora foram depositadas em seus governantes. Assim, percebemos que, para os sujeitos supracitados, a crise econômica dá-se também pela incapacidade do Estado em socializar a produção. Uma vez que esta é orientada por objetivos privados, choca-se com a necessidade de investimentos na coletividade (setor público); o resultado é uma crise de lealdade que aparece nas palavras do EGP5 como reações de insegurança.

Então, o que se compreende das palavras de EGP1 e EGP5, sobre a perversa distribuição de recursos econômicos como causa de políticas indesejáveis, é que fica subjacente em suas declarações a existência de uma crise de racionalidade, ou seja, esta dá-se no sistema político-administrativo, e surge justamente quando o Estado intervencionista não consegue realizar as tarefas técnicas que ele mesmo se atribui, ou seja, quando o Estado falha no próprio desempenho administrativo, devido aos imperativos contraditórios da condução causadores de um desenvolvimento não planejado. De fato, nas palavras do sujeito EGP1, “os bons e maus momentos das crises econômicas” significam que o Estado, no decorrer de maus momentos, encarrega-se de assegurar a capacidade de sobrevivência dos setores ameaçados através de políticas estruturais, ou seja, medidas para corrigir crises cíclicas. Com isso, intervém no processo de acumulação e compensa suas vítimas pelas consequências políticas intoleráveis.

Quanto aos efeitos da atual crise percebidos por EGP2 e EGP4, dois fenômenos da nova ordem econômica são justificadores dessas mudanças sociais, quais sejam: o esgotamento do padrão rentista-extrativista, característico dos governos progressistas na América Latina, e a dinâmica da economia lucrativa para a economia convencional (movida pelo consumo). Ou seja, a imperceptibilidade destes movimentos leva EGP2 e EGP4 a uma visão reducionista de que a falta de

casa para morar deve-se à ausência de planejamento econômico enquanto estrutura correlata, exclusivamente, às necessidades de demandas com vistas ao consumo. Da mesma forma, incorrem também no equívoco de atribuírem aos avanços sociais as proezas políticas e ideológicas de determinados governos, como mostra o sujeito EGP2: “Goste ou não goste do governo anterior, o fato é que o Brasil teve um crescimento vasto”.

O crescimento vasto, como defende o sujeito EGP2, não significa que os governos, supostamente do período 2008 a 2016, tornaram-se independentes de decisões que regem o capitalismo mundial; mas sim, diante de um ambiente econômico, desenvolveram políticas de enfrentamento à pobreza por uma dupla via: a) primeiro, como forma de acumulação financeira a receber capitais especulativos que, no contexto da crise, deslocam-se dos países capitalistas considerados avançados para as regiões nomeadas periféricas; b) segundo, através da revitalização do extrativismo como padrão de acumulação baseado na exploração de recursos naturais e energéticos, atendendo a demandas de países que, nos circuitos da expansão do capital, exploram nações ricas em determinadas matérias-primas e deficitárias em nível do desenvolvimento tecnológico, é o caso do Brasil.

Então, os avanços sociais, conforme declarados pelos sujeitos EGP4 e EGP2, são melhorias temporais que dependem de conjunturas econômicas e políticas, a exemplo dos programas de redistribuição de renda instituídos a partir do modelo rentista-extrativista seguido pelos governos de esquerda na América Latina. Ora, com o agravamento da crise econômica internacional nos anos de 2009, o Brasil sofreu uma baixa nas exportações de recursos naturais. Com isso, inicia-se o esgotamento do modelo rentista-extrativista que dava suporte às medidas anticíclicas que foram concebidas para tentar frear os efeitos catastróficos da grande crise norte-americana de 2008. Com a recuperação destes fatos é possível entender por que EGP2 fala de bonanças, tais como: qualidade de vida, casa própria, carro próprio, entre outras; enquanto que EGP5 chama atenção para os efeitos nefastos que atingem uma grande parcela da população. Em outras palavras, os dois sujeitos retratam os efeitos sociais da crise, sob a ótica de cenários econômico-políticos diferentes.

Os cenários econômico-políticos são diferentes quando estes sujeitos (EGP4 e EGP2) declaram existir, sob a perspectiva de políticas governamentais, avanços e declínios sociais. No entanto, o que há em comum entre eles é a crença de que os

avanços sociais dependem, exclusivamente, do aquecimento da economia enquanto ajustes de oferta às necessidades (consumo) da população. Assim, EGP4 declara: “acredito que o desaquecimento da economia brasileira trouxe mais empobrecimento para as camadas menos assistidas da população que já não tinha uma casa para morar”. Essa afirmação obscurece o atual viés econômico-lucrativo do setor privado, em parceria com o governo, e cede lugar à equívoca compreensão de que a economia move-se, exclusivamente, pelo consumo, enquanto resultante das necessidades da população.

Ora, a finalidade da economia capitalista não é apenas o consumo, mas também o lucro. No colapso do mercado imobiliário em 2008 nos Estados Unidos e, subsequentemente em outros países, constituiu-se um estoque de casas invendáveis, sem considerar a necessidade de moradia das pessoas. Sem dinheiro não há demanda efetiva. Os que não pagaram a hipoteca foram despejados de suas casas. Como se vê, o critério também é o lucro. Se a economia fosse guiada apenas pela lógica do consumo, a produção dos bens seria harmonizada em proporções adequadas para satisfazer as necessidades das pessoas. Não há esse guia. Daí entender que a corrida pelo lucro é vista como um dos elementos formadores de bolhas imobiliárias e financeiras, como as que ocorreram nos EUA entre 2007 e 2008.

De acordo com as declarações do sujeito EGP3, cuja gravidade recai sobre os distúrbios éticos e morais de determinados profissionais do mercado imobiliário brasileiro, entendemos que tais distorções, no âmbito das relações dialógicas, alimentam-se de mecanismos, tais como as estratégias de vendas, que estão subservientes aos ditames dos melhores meios para se alcançar os maiores lucros. A partir daí, constata-se que há um processo de imersão destes atores (profissionais envolvidos) em um tipo de racionalidade que, para satisfazerem a lógica do capitalismo contemporâneo, fazem cair por terra valores que, nas relações de trocas das sociedades capitalistas liberais, eram, de certa forma, preservados, quais sejam os da ética e de moral.

A racionalidade funda-se na convicção de que as coisas encontram a sua explicação nelas próprias e não no exterior. Assim, a crise ética que acontece no interior do próprio mercado imobiliário, como expõe EGP3, passa a ser compreendida como um conjunto de ações burlescas, articuladas pelos profissionais que enxergam nos seus atos os instrumentos, meios, apropriados para se obter

resultados planejados por si ou pelas empresas nas quais trabalham. A partir de então, o lado exterior, onde residem as tradições, as crenças, os valores morais e outros elementos constitutivos da cultura, cede lugar à racionalidade instrumental que dinamiza as engrenagens do capitalismo contemporâneo. Nesse aspecto, estes profissionais curvam-se ao sistema, ou seja, ao dinheiro e ao poder em detrimento dos fundamentos que fortalecem e integram o mundo da vida: cultura, sociedade e personalidade.

Ainda sobre as ponderações do sujeito EGP3, fica claro que as ações de enganar os compradores de imóveis dependem das “relações dialógicas” de seus participantes, e são mediadas pelo uso da linguagem enquanto dimensão comunicativa. Assim, os vendedores/corretores canalizam suas vontades egocêntricas e calculistas, eivadas de vícios antiéticos, para obtenção de seus objetivos individuais e/ou metas empresariais. Com isso, desrespeitam a condição de que podem harmonizar seus planos de ação às contrapropostas dos clientes, inviabilizando o entendimento mútuo e o consenso entre as partes.

É importante destacar que EGP3 expõe, com muita propriedade, a falta de entendimento mútuo ao declarar que “criou-se um estigma, ou uma cultura, de que todo corretor de imóveis pretende enganar o comprador”. Ora, para Habermas (2004), o entendimento mútuo acontece quando o ouvinte reconhece que as razões do falante são boas para ele (o falante) sob certas circunstâncias dadas, entretanto não se apropria delas como sendo as suas (do ouvinte). Todavia, o consenso somente é alcançado quando os participantes do ato da comunicação aceitam uma pretensão de validade pelas mesmas razões. Sendo assim, o consenso somente surge quando as razões de justificação da validade são compartilhadas pelos envolvidos no ato da fala; o que dificilmente acontece no campo das relações dialógicas apontadas pelo sujeito EGP3.

Entender-se com alguém a respeito de algo, isto é, o entendimento mútuo diz respeito ao uso comunicativo da linguagem. Nessa direção, percebemos que o ato de ludibriar os clientes do mercado imobiliário, conforme relata EGP3, viola um dos níveis de validade do uso da linguagem definido por Habermas (1992), qual seja, o de que o emissor deva ser sincero no que diz, não tentar enganar o receptor, isto é, o que Habermas classifica de comunicação não distorcida. Quando uma das regras é transgredida, ou seja, o locutor está mentido, então a comunicação está desviada.

Percebemos, ainda, que na declaração do sujeito EGP3 há uma vontade implícita no sentido de vivenciar o mercado imobiliário sem a referida mácula que prejudica o mesmo; daí o depoente chamar de “crise ética”. Ora, se há uma crise, presume-se que há também um estado de normalidade que possa ser alcançado. De fato, uma alternativa para sair do deslustre provocado pelos seguidores da racionalidade instrumental é proposta por Habermas (1987) na sua teoria da racionalidade comunicativa. Nela, o saber verdadeiro não surge como uma iluminação na mente de um sujeito privilegiado, mas é o resultado da discussão social que chega a um consenso. Em outras palavras, é necessário que aconteça um diálogo entre os interlocutores que buscam alcançar o consenso acerca de algo; mas também é necessário que eles se comuniquem.

Assim, distante das ideias fundamentadas na justificativa dos fins pela ação dos meios, em que as ações sociais dos indivíduos são mediadas por algum tipo de interesse com o sentido subjetivo, como aparece nas declarações do sujeito EGP3. Habermas (1987) propõe emancipar-se da racionalidade instrumental a partir do entendimento de que a capacidade comunicativa do ser humano é algo inerente à sua própria racionalidade, ou seja, esse ser não apenas conhece e age racionalmente, mas também fala. Nessa direção, a comunicação, como processo em suas relações com o conhecimento, pode ser vista como condição da consolidação social do conhecimento e da verdade; verdade esta que também carrega no seu interior valores morais e éticos que, segundo EGP3, não aparecem no diálogo entre boa parte dos vendedores/corretores e seus clientes.

5.4 A PERCEPÇÃO DOS ALUNOS/GESTORES POTENCIAIS SOBRE AS DISSONÂNCIAS E OPORTUNIDADES DA CRISE PARA O MERCADO DE IMÓVEIS

Para o resultado das dissonâncias e oportunidades que emergem da crise, sob a perspectiva dos sujeitos pesquisados que são alunos do Curso de Tecnologia em Negócios Imobiliários do IFPB e, ao mesmo tempo, já atuam em processos de gestão imobiliária, a entrevista foi composta de quatro perguntas. Percebemos que, para todos os entrevistados, o advento de programas sociais de habitação popular promovidos pelo Governo Federal, a exemplo do “Programa Minha Casa Minha Vida” (PMCMV), representa uma das oportunidades que pode ser explorada pelos

integrantes do mercado imobiliário. Nessa mesma direção, dois dos sujeitos pesquisados (EGP1 e EGP5) também consideram que a política do crédito imobiliário, uma vez extensiva às pessoas físicas, ou seja, esses cidadãos passando à condição de investidores/construtores também geram oportunidades para o aquecimento deste mercado.

QUADRO 7: Declarações dos sujeitos da pesquisa EGP1 e EGP5

EGP1	Uma grande oportunidade que continua existindo, mesmo nesse período de crise, é dada com o incentivo do governo ao PMCMV. O mercado imobiliário cresceu muito depois desse programa. Outra iniciativa é o cliente que já tem muito tempo de conta com a caixa econômica e esta instituição permite que ele entre no sistema “CONSTRUCARD”. Este sistema permite que o cliente solicite dinheiro para construir e vender. Então ele pode dar o próprio terreno como garantia, o que isso se reduziu bastante, dado o momento de crise. Mas alguns têm entrado de cara nessa empreitada aí. Ou seja, têm sido desbravadores, e de peito aberto!
EGP5	[...] apesar da crise, as oportunidades sempre vão existir. O PMCMV é um exemplo de que as oportunidades vão surgindo, é só perceber. Eu acredito que já começou, já existem no PMCMV novas regras; então o governo federal já sinalizou que vai destinar uma verba e flexibilizar as regras para construção de casas. Se antes este privilégio era só para pessoas jurídicas, agora está engatinhando um projeto que a pessoa física vai fazer isso também. Agora as pessoas físicas que têm um capital parado também vão ter a oportunidade de construir e ganhar alguma coisa no mercado de imóveis.

FONTE: Dados da pesquisa (2017).

As declarações dos sujeitos EGP1 e EGP5 sobre as mudanças que possibilitam às pessoas físicas de adquirirem financiamentos para construção encontram respaldo nas palavras de Lefebvre (1973), ao se referir sobre a ausência, ou quase ausência, do capital privado na produção desses meios de investimentos, como sendo uma lacuna que, com efeito, só pode ser preenchida pela esfera pública. Assim, Lefebvre (1973, p.86) reflete que “a empresa privada transfere ao Estado, às instituições, aos organismos públicos as responsabilidades que ela recusa por serem excessivamente custosas. O estado passa, portanto, a determinar novas formas de reprodução do capital”.

Corroborando com as palavras do autor acima, Fix (2002) diz que o envolvimento público com o problema habitacional, o qual implica distribuição e reformulação dos meios produtivos, é marcado não só pelas exigências do capital, mas também é decorrente das demandas sociais. Nessa mesma direção, Castells (1977) sublinha que o envolvimento da esfera pública na produção, em vez de exprimir uma regulação, por assim dizer automática, resulta, talvez mais, de processos políticos que atendam às exigências do capital.

A ausência, como descreve Lefebvre (1973), do capital privado na grande produção dos investimentos em infraestrutura, especificamente a questão moradia, que agora recebe do governo brasileiro um incentivo para as pessoas físicas, merece um olhar crítico relativo à atuação da construção civil, pois a problemática da habitação popular requer o envolvimento decisivo do Estado na oferta de moradias de interesse social. Porém, esse tipo de investimento (habitação popular) exerce pouca atratividade junto ao capital privado, isto porque a construção civil, geralmente, privilegia a demanda solvável e, assim, produz habitações destinadas, preferencialmente, às camadas sociais com condições de pagamento. Daí entender por que a empresa privada, no caso específico as que se inserem na construção civil, transfere ao Estado as responsabilidades que ela se recusa por ser onerosas.

Embora Fix (2002) chame a atenção do envolvimento público com o problema habitacional, isto sobre o aspecto de atender as demandas sociais, também é necessário uma reflexão sobre o papel das políticas sociais. Ora, devido à situação de crise enfrentada pela economia mundial nos anos de sua concepção, percebemos que o PMCMV foi idealizado, também, como instrumento de reaquecimento da economia, por meio do setor da construção civil, ultrapassando seu papel de política habitacional social. Daí entender porque Castells (1977) destaca o desempenho da esfera pública como algo que extrapola a incumbência de regular a economia e alcança as exigências do capital.

De fato, os resultados apresentados pelo PMCMV corroboram a ideia de que a lógica empresarial, altamente dominada pela racionalidade instrumental, prevalece na execução do programa. Verificou-se que, dentre as 1,126 milhão de unidades habitacionais contratadas os resultados mais expressivos relacionam-se às modalidades PNHU (Programa Nacional de Habitação Urbana) e recursos FAR (Fundo de Arrendamento Residencial), as quais se destinam a facilitar o acesso das famílias beneficiadas à compra de imóveis novos, produzidos pelas empresas da construção civil. É importante assinalar ainda que os limites impostos aos valores dos imóveis contemplados pelo programa são mais atrativos às construtoras no campo do PNHU, fato que favorece a oferta de imóveis à faixa de renda entre três e dez salários mínimos, a qual possui maior capacidade de pagamento frente aos financiamentos.

QUADRO 8: Declarações dos sujeitos da pesquisa EGP2, EGP3 e EGP4

A percepção dos Alunos/Gestores potenciais sobre as dissonâncias e oportunidades da crise para o mercado de imóveis	
EGP2	[...] quando agente fala de oportunidades que aparecem com as ações do governo, não se pode negar que o PMCMV ajudou muita gente. As vendas de imóveis cresceram muito, apesar de nos últimos dois anos ter caído bastante, mas ainda pode-se explorar um pouco dessa oportunidade, depende das mudanças do governo.
EGP3	[...] as oportunidades também surgem com as crises, o PMCMV fez com que muitos investidores multiplicassem suas empresas, principalmente no setor da construção civil, e isso ajudou a economia como um todo. As oportunidades continuam existindo. Os recursos são escassos porque houve muitas limitações do crédito junto à caixa econômica, mas ainda tem oportunidade no PMCMV.
EGP4	[...] semana passada tive a informação de que o governo vai destinar uma verba para o PMCMV. Mas, é para soldados, cabos e sargentos, ou seja, um ramo específico das forças armadas. Eu considero uma grande oportunidade porque é um público que já tem garantido emprego e renda. Então é perfeito para se trabalhar essa demanda.

FONTE: Dados da Pesquisa (2017).

O que foi mencionado por EGP2 pode ser comprovado através de Cardoso (2011), quando argumenta que o PMCMV trata-se de um pacote essencialmente econômico. Isso porque, na opinião do autor, ao investir na produção de novas moradias, o governo provoca a dinamização da economia por meio de combinados efeitos que perpassam a alocação de recursos e distribuição de renda.

Com base na declaração de EGP3, é possível inferir que as oportunidades, mesmo em tempo de crise, ressurgem como resíduos da fase de crescimento do PMCMV, 2009 a 2012, que estimulou a proliferação das empresas do ramo da construção civil. Nessa direção, Silva (2014) descreve que em 2012 o setor da construção civil fechou o ano com quase 200.000 empresas, ou seja, 44% de crescimento desde o final do ano de 2010, fase consagrada do PMCMV.

Para o sujeito pesquisado (EGP4), a recente extensão do PMCMV aos militares significa uma oportunidade para profissionais do mercado imobiliário (investidores e corretores). O fato é comprovado com a notícia do portal G1 (2016), ao divulgar que Os ministérios da Defesa e das Cidades, junto com a Caixa Econômica Federal, assinaram nesta quinta-feira (17/11/2016) um acordo para viabilizar o acesso de militares ao programa Minha Casa Minha Vida. A estimativa é beneficiar 75 mil famílias de militares da Marinha, do Exército e da Aeronáutica.

Ainda sobre as oportunidades, EGP2 e EGP5 entendem que, embora se tenha uma retração da demanda, o excessivo volume de ofertas é campo fértil para quem deseja comprar. Assim, para atrair a clientela, alguns profissionais do mercado estão criando diferenciais competitivos que se revelam, ou através de incentivos monetários, ou pela criação de novos padrões construtivos. Já EGP3 percebe as

oportunidades que são provocadas pela própria crise, é o caso do aquecimento das vendas de imóveis usados para alguns segmentos da sociedade.

QUADRO 9: Declarações dos sujeitos da pesquisa EGP2 e EGP5.

EGP2	[...] Então, nessa fase de crise, em que os lançamentos e vendas de imóveis sofrem uma baixa considerável, é importante dizer que, nessa crise, tá se saindo melhor quem oferece um diferencial ao cliente; quer seja em termos de dinheiro, de desconto, ou de bônus sobre o custo da escritura, isto facilita muito porque são impostos que não são baratos. Há também o diferencial no padrão construtivo. Eu falo sempre que trabalhar com bons materiais, com coisa boa, e também com novos formatos de empreendimentos é transformar a crise em oportunidades.
EGP5	[...] Nesse período de crise, a indústria da construção civil aproveita também para lançar novos empreendimentos de acordo com as necessidades do cliente. Como já falei, as oportunidades se concretizam quando os imóveis são redesenhados conforme a demanda. A crise acontece, mas é com criatividade que se constroem e se ofertam imóveis com padrões de qualidade para todos os gostos. Hoje estão surgindo novos empreendimentos como o Senior Living e o Student Housing que atendem o pessoal da terceira idade e estudantes universitários. É uma inovação baseada nos antigos flats, mas que, com certeza, ainda vai se fazer muitos negócios.

FONTE: Dados da Pesquisa (2017)

As oportunidades relatadas por EGP2 e EGP5 podem ser extraídas de diferenciais competitivos oferecidos aos clientes. Estes se revelam, principalmente, por meio de descontos para compras à vista, bônus sobre o custo da escritura, e de novos formatos de empreendimentos.

O depoimento de EGP2 pode ser comprovado mediante matéria veiculada pela Revista Exame (2016), na qual expõe que, neste momento, os lançamentos de imóveis no país sofrem uma retração histórica – queda, respectivamente de 24% e 7% entre janeiro e setembro de 2016 comparando a igual período de 2015, segundo levantamento da Câmara Brasileira da Indústria da Construção e consolidada pelo Secovi-SP (Sindicato da Habitação) com sindicatos da construção (Sinduscons) e Associações de Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário (Ademis) de diferentes regiões do país.

A referida reportagem acrescenta que Construtoras e incorporadoras começaram a levantar prédios quando os valores estavam “nas alturas”, ficaram com um grande estoque em carteira. Agora, para manter o fluxo de caixa, dão bônus extraordinários sobre o custo da escritura e descontos que chegam a 51%; muitas oferecem até carro na garagem. Assim, Conforme relatou EGP2: “nessa crise, está se saindo melhor quem oferece um diferencial ao cliente”.

Além destes atrativos, outras oportunidades também surgem a partir de novos formatos de empreendimentos. É o que EGP5 relata, pois estas inovações são

focadas na demanda trazida pelas mudanças demográficas. Assim, o mercado revisita um conceito clássico para ajudar a superar a crise do setor: os *flats*.

De acordo com Caio Calfat, Consultor Turístico-Imobiliário da “Caio Calfat Real Estate Consulting”, em entrevista concedida a revista Exame em julho de 2016, o *Senior Living* e *Student Housing* são dois novos modelos de empreendimentos imobiliários que despontam como alguns dos nichos mais atrativos do mercado. Relativamente novo no Brasil, o *Student Housing* é um exemplo de negócio impulsionado pela crescente demanda de universitários, e a busca por instituições fora de sua cidade de origem. Já o *Senior Living* é um produto desenvolvido a partir de uma nova realidade: a população acima de 60 anos deverá triplicar nas próximas duas décadas, passando de 22,9 milhões (11,34%) para 88,6 milhões (39,2%), segundo o IBGE (2016). A expectativa de vida subirá de 75 para 81 anos.

Uma justificativa para o que foi anunciado acima, a respeito das oportunidades, recai também sob um viés crítico aos agentes econômicos (capitalistas) que se comportam como “solucionadores” dos problemas habitacionais e que argumentam estar em consonância com as necessidades humanas. Ora, os estímulos à demanda (incentivos como descontos, bônus, entre outros) e à criação de novos formatos habitacionais significam conquistas do capitalismo que são interpretados por Harvey (1998, p.76) da seguinte forma:

A criação e recriação de relações de espaço cada vez mais novas para as interações humanas é uma das conquistas mais marcantes do capitalismo. A reorganização drástica da paisagem geográfica da produção, da distribuição, de mecanismos de estímulos à demanda e do consumo com as mudanças nas relações espaço não é apenas uma ilustração dramática da tendência do capitalismo para a aniquilação do espaço no decorrer do tempo, mas também implica ataques ferozes ao meio ambiente.

Para Lefebvre (1973), as mudanças que perpassam a infraestrutura das zonas urbanas também representam condições de produção e reprodução das formações sociais capitalistas em que a cidade passa a ser um integrante fundamental da “divisão econômica e social do espaço”. De fato, para Lipietz (1974), nas relações entre espaço, sobretudo as áreas urbanas, e a sociedade, surge a habitação como sendo globalmente uma condição da reprodução ampliada do capitalismo.

No contexto da minha empresa, nós não tivemos crise, graças a Deus. Apesar de o Brasil ter enfrentado toda essa turbulência, a gente ainda consegue ter um bom faturamento. O que a gente fez foi descobrir um segmento da sociedade que, em tempo de crise, demanda por imóveis

avulsos; daí que estamos explorando da melhor possível esta oportunidade. Eu digo sempre aos amigos que trabalham nesta empresa: “crise e oportunidade andam juntas”. (EGP3).

Quanto a EGP3, estas oportunidades podem ser comprovadas através do Portal G1 (2016), no qual relata que a maior parte dos imóveis à venda no Brasil é de bens usados. Em muitas cidades onde não existe expansão imobiliária, praticamente toda a oferta de imóveis à venda é de usados. Em algumas capitais, 75% dos imóveis negociados são usados. O número de famílias em condições financeiras de pagar 50% do valor do imóvel à vista para poder financiar os outros 50% é muito reduzida.

Com base na declaração de EGP3 e com as informações prestadas pelo portal G1, percebemos que dois fatores, ainda que implícitos, contribuíram para a consecução desta oportunidade. O primeiro deles, diz respeito ao baixo poder aquisitivo das pessoas, motivo que impossibilita a compra de um imóvel novo. O segundo está relacionado a uma das medidas do governo federal que aumentou o percentual de entrada na compra do imóvel. São dois elementos característicos de setores que estão vivendo ciclo em baixa. Assim, Filgueira (2008) esclarece que o mercado imobiliário se comporta de forma cíclica. Existem ciclos de altas e de baixas. No ciclo em baixa existe pouca disponibilidade de crédito, baixo nível de renda das pessoas, alto endividamento das famílias, altas taxas de juros, entre outros.

De fato, o mercado imobiliário também acompanha os movimentos cíclicos da economia capitalista, e mesmo em períodos de crise, como a atual, tenta se restaurar para tentar superá-la. Como afirmou Marx (1998), as crises são inerentes ao desenvolvimento do capitalismo, dado que a produção capitalista cria barreiras à sua própria expansão. Ao procurar superá-las, somente o faz por meio de movimentos restauradores que, ciclicamente, repõem novas barreiras ao seu desenvolvimento. Este processo é determinado pela incessante busca de lucros e mediado por iniciativas econômicas e políticas que permitem tanto a existência de períodos em que prevalece a destruição massiva das forças produtivas quanto à emergência de ciclos de prosperidade, historicamente em alternância.

Percebemos que, para os sujeitos da pesquisa EGP1, EGP2, EGP4 e EGP5, as dissonâncias, tanto da parte dos consumidores como de investidores, consistem entre investir em imóveis com políticas monetária e fiscal desfavoráveis ao mercado

imobiliário ou deslocar o capital para mercados mais promissores, porém, estranhos ao *know-how* dos que lidam com imóveis. Já os sujeitos da pesquisa EGP4 e EGP5 também abordam o desemprego como obstáculo para a dinâmica dos negócios imobiliários. Por fim, EGP1, EGP4 e EGP5 acrescentam a estes entraves o problema da instabilidade política brasileira. Contrariamente aos depoentes anteriores, EGP3 não menciona quais fatores caracterizam-se como dissonâncias para o mercado imobiliário. Estas afirmações estão conforme relatos.

QUADRO 10: Declarações dos sujeitos da pesquisa EGP1, EGP2, EGP3, EGP4 e EGP5.

EGP1	Existe sim, crise econômica no país, não há dúvidas disso. Mas ela se aflora, ainda mais, por conta de uma insegurança política no país que não passa confiabilidade à população; aos investidores, isso em geral. Outro fator que afeta bastante o mercado de imóveis são as altas taxas de juros e a elevada carga tributária , tanto para pessoas físicas como jurídicas. O crédito bancário se tornou mais difícil nesses últimos seis a doze meses, porque o número de inadimplência cresceu bastante, né? Essa é uma grande verdade. Inevitavelmente, todos esses problemas acabam chegando ao mercado e impactam diretamente na construção civil.
EGP2	[...] eu acredito que não é só o construtor dar um desconto, dar um bônus; mas o governo também tem que fazer sua parte. Clientes e empresas pagam, hoje, impostos que dificultam negociar com imóveis . Você tira pelo ITBI, hoje esse imposto ainda é muito alto, são 3% do valor do imóvel; então se você compra um imóvel por R\$ 500.000,00 você paga R\$ 15.000,00 só para transferir o bem para o proprietário comprador. Somando-se a este tributo, você tem também as taxas de cartório que acabam totalizando em torno de 5% do valor do valor da compra. Então, tomando o exemplo anterior de R\$ 500.000,00 o comprador pagaria R\$ 25.000,00 só de impostos, isso é o valor de um carro. Sem contar que, para comprar um imóvel hoje em dia, grande parte da população recorre ao financiamento bancário. Hoje, esse sistema de crédito passa por muitas restrições , e, quem consegue acaba pagando juros que ainda são considerados altos , se levado em conta a renda do comprador.
EGP3	[...] toda dificuldade que a gente encontra, aqui no escritório, a gente procura direcionar esse problema para uma oportunidade. Eu vou te falar pela minha experiência, como nosso cliente paga à vista, nós não tivemos repercussão da crise , tá? Então 90% das nossas vendas foram de clientes que tinham dinheiro aplicado; tinha dinheiro de reserva e fizeram transferências para compra de um imóvel. Como falei, nosso foco são os imóveis avulsos (usados). Agora, não vou descartar as dificuldades que possam existir para lançamentos de imóveis novos. Mas digo sempre aos meus pares que esses problemas se resolvem com oportunidades. Claro que também decisões políticas são relevantes para a economia do nosso país, e elas vão repercutir nos negócios imobiliários.
EGP4	Em minha opinião, as maiores dificuldades que o mercado imobiliário enfrenta, hoje, encontram-se na cobrança de juros e de impostos que ainda são altos demais e também no custo do crédito . Veja o que aconteceu com as camadas mais baixas da população, ou seja, as que também mais sofrem com o déficit habitacional: com o desaquecimento da economia veio uma onda de desemprego , então as pessoas se endividaram, mais ainda, para pagar os empréstimos do período em que estavam empregadas. O governo, para conter gastos, foi aos poucos limitando a aquisição de financiamentos junto à caixa econômica. Ora, se as pessoas já não conseguem pagar suas dívidas do dia-a-dia, como entrar em um financiamento bancário? por isso, hoje muita gente tem medo de comprar um imóvel. Pelo lado dos investidores, além da crise econômica, surge também uma instabilidade política que não dá tranquilidade ao mercado. A gente tem que ter essa consciência, a verdade é essa! Ninguém vai tirar o seu dinheiro do banco para gerar emprego, para fomentar a economia, se não tiver a garantia de retorno.

EGP5	Olha, na minha concepção, a crise econômica acaba mudando o perfil do cliente. Pessoas que antes planejavam fazer um investimento, como falei anteriormente, travam e não se encorajam para comprar imóveis. Nesse mesmo contexto, por exemplo, os investidores deixam de atuar. Muitos, como medo de imobilizar o capital, pensam em investir no mercado financeiro, mas têm receio de perder dinheiro, porque não entendem desse negócio. Então, para mim, as pessoas que já vinha “arrastando” outros problemas sobre a questão da moradia, como é o caso dos grandes impostos e das taxas de juros alarmantes que se paga para adquirir imóveis, sem contar com os limites do crédito bancário nos últimos anos, agora enfrentam uma situação mais grave que é o desemprego . Quando faltam investimentos na construção civil, e porque não dizer na pequena empresa que, em minha opinião, é o setor que mais gera empregos, é porque a coisa vai muito mal. E isto significa uma grande barreira para o mercado de imóveis. Acho que as justificativas destas dificuldades estão também relacionadas com os embates ideológicos de diversos segmentos da política, de outras linhas de pensamentos. Aí não sei, coloca-se defeitos, não aprova. Então, tem solução? Tem sim! é só tentar sair também dessa instabilidade política que gera insegurança nas pessoas que desejam investir. Isso atrapalha muito o mercado imobiliário.
------	---

FONTE: Dados da Pesquisa (2017)

As dissonâncias apontadas por EGP1, EGP2, EGP4 e EGP5, relativas à elevada carga tributária, respaldam-se com as ponderações de Àvila (2016) ao considerar como sendo exorbitantes os impostos cobrados no Brasil, independente do setor, e isso não é diferente na construção civil. Pois, segundo o portal, os impostos incidem independentemente da faixa de renda e ainda é mais perverso para as pessoas que ganham menos. Assim, acrescenta o portal: “Como se não bastassem todos os impostos sobre a produção, o comprador ainda tem de arcar com impostos e taxas sobre a transferência do bem, o que onera ainda mais”.

Segundo Àvila (2016), não é possível estimar se há um prejuízo real na venda por conta da carga tributária. Mas, para o autor, fica claro que se a pessoa tem renda para comprar um imóvel de um valor, se não fosse pela carga tributária, ela poderia comprar um imóvel maior e melhor.

Em comunhão com os argumentos acima, Filgueira (2008) afirma que os impostos cobrados pela transferência de bens podem motivar clientes a desistirem de comprar imóveis, o que dificulta a vida das empresas, aumentando o risco dos empresários reduzirem seus investimentos.

Quanto às altas taxas de juros e limites impostos ao crédito imobiliário, estas dissonâncias corroboram os argumentos de Àvila (2016), pois este compreende que o aumento dos juros e a redução do crédito imobiliário provocaram um distanciamento de investidores e consumidores do mercado imobiliário.

Desse modo, Àvila (2016) relata que os juros começaram a subir e o crédito imobiliário a sofrer restrições a partir de 2013, quando o ministro da fazenda substituiu a política monetária expansionista por uma política monetária

contracionista. Segundo o autor, o objetivo era tirar dinheiro de circulação esperando que isto reduzisse o consumo das famílias e os preços parassem de subir. Assim, o governo aumentou a taxa básica de juros da economia, chegando a 13,25% em 2015, e adotou diversas medidas para reduzir o crédito imobiliário, uma delas foi exigir no mínimo 50% do valor do imóvel para pagar de entrada.

O efeito dos juros altos e a redução do consumo das famílias impactaram diretamente no setor produtivo e aí se agravou, ainda mais, o desemprego, o qual é apontado por EGP4 e EGP5 como um dos fatores, relacionado com a falta investimentos no setor da construção civil. Esta percepção dos estudantes pode ser comprovada por Almeida (2016, p.72), pois “o desemprego ficou em 11,2% no trimestre encerrado em abril (2016), segundo dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. A taxa é a maior já registrada pela série histórica do indicador, que teve início em janeiro de 2012”. O setor da construção civil tem uma representação significativa sobre este índice, pois Almeida (2016, p. 77) diz que “em termos proporcionais e absolutos, a construção foi a que mais cortou. Foram 68 mil postos de trabalho a menos, queda de 0,9% em relação ao ano anterior (2015)”.

Para EGP1, EGP4 e EGP5, a instabilidade política nacional, gera insegurança nos que desejam investir no mercado de imóveis. Tal dissonância entre investimento e instabilidade política pode ser comprovada mediante o argumento de Almeida (2016), que deposita na falta de credibilidade do governo brasileiro, anos que sucederam 2013, as razões que levaram os investidores e consumidores de imóveis a se distanciarem do mercado imobiliário. Assim, Almeida (2016, p.37) coloca que:

Mediante o efeito colateral da política expansionista imposta pelo governo, em 2009, que provocou a inflação muito acima do centro da meta. O país não tinha a infraestrutura e as empresas não estavam preparadas para atender o crescimento da demanda. Então, nos anos que sucederam 2013, Sem condições de produzir para atender o aumento do consumo (por baixa produtividade) os preços em todos os setores começaram a aumentar. De uma forma desequilibrada o governo tentou intervir nos preços da energia e nos combustíveis quebrando estatais para esconder o problema da inflação. Isto acabou minando a credibilidade do governo. O mercado imobiliário foi um dos que mais sentiu o peso destas decisões tecnocráticas.

Aí está a instabilidade política que tem como uma de suas raízes o desequilíbrio nos ajustes econômicos do governo, o que culminou com sua própria falta de credibilidade e teve repercussões negativas para os negócios imobiliários. Fato também comprovado por Ávila (2016), ao afirmar que nos anos de 2014 e 2015

houve um agravamento na situação do mercado imobiliário brasileiro puxado pelo recuo dos investidores face às incertezas políticas. A volubilidade política atual também está fincada nas decisões que mudaram a situação econômica do país nos últimos seis anos. Pois se no primeiro momento, em um ciclo econômico crescente havia crédito imobiliário mais barato e uma demanda em alta, agora houve uma inversão desses fatores, já que os juros estão altos e o crédito mais escasso (ÀVILA, 2016).

Em síntese, conforme discutido, Em síntese, conforme discutido, no campo das oportunidades, o destaque vai para o Programa Minha Casa, Minha Vida, cujas ações governamentais de estender o crédito imobiliário para pessoas físicas, agora na condição de investidores/construtores, conforme relatam os sujeitos EGP1 e EGP5, proporcionam-nos a compreensão de que estes sujeitos miram nas chances que emergem da própria crise; ou seja, não levam em conta que as novas regras atribuídas ao programa também representam involuções ao próprio mercado imobiliário; pois, na medida em que o governo aloca recursos para pequenos segmentos da sociedade, deixando para trás as primeiras regras que contemplavam a grande população carente, cuja renda limita-se a três salários mínimos, inicia-se, então, um processo inibidor da dispersão do capital sobre diversas camadas da sociedade, o que viola uma das necessidades básicas de sobrevivência do capitalismo: a de maior escoamento possível da produção (mercadorias/imóveis) para se obter o máximo volume de lucro.

É importante observar que as oportunidades consideradas por EGP1 e EGP5 são pontuais e relativamente minúsculas, se comparadas às chances de investimento no mercado imobiliário nos primeiros anos do PMCMV. Uma explicação para esse declínio das oportunidades, aparentemente óbvia, seria dada aos catastróficos efeitos da crise. Primeiramente, vale lembrar que, além do caráter social, o PMCMV também vincula-se ao caráter econômico, uma vez que foi lançado em 2009, após a eclosão da crise financeira mundial, como um dos programas de investimento em infraestrutura que estimularia o setor da construção civil, tradicionalmente um setor que emprega grande quantidade de mão-de-obra de baixa qualificação e que tem grande participação no PIB do país. Assim, questiona-se por que, a partir daquele período, já se investiu tanto em infraestrutura e agora constata-se uma diminuição destas oportunidades para o mercado imobiliário.

O fato é que, ao longo dos oito anos de existência, o PMCMV sofreu inúmeras mudanças que comprometeram o atendimento às camadas mais pobres da população, sobretudo no que diz respeito às regras que enquadraram estes segmentos nas faixas salariais incompatíveis com suas realidades. A partir daí, emerge um descompasso entre o caráter social e o econômico, o qual afetou, sensivelmente, a grande massa assalariada que permanece com sua renda estagnada e conciliável apenas com os velhos requisitos do plano concebido em 2009. Tal acontecimento denuncia que o Estado, no transcurso de suas ações relativas ao PMCMV, priorizou o setor privado em detrimento da causa pública. Daí entender que, gradativamente, “evaporam-se” para os mais pobres as chances de adquirir um imóvel mediante incentivos provenientes do setor público. Por consequência, há uma retração de oportunidades que também afeta o mercado imobiliário. Como relata EGP3, “os recursos são escassos porque houve muitas limitações ao crédito junto à Caixa Econômica, mas ainda (grifo nosso) tem oportunidade no PMCMV”. Esta redução de oportunidades também pode ser comprovada com as palavras do sujeito EGP2: “as vendas de imóveis cresceram muito, apesar de nos últimos dois anos ter caído bastante, mas ainda (grifo nosso) podemos explorar um pouco dessa oportunidade, depende das mudanças do governo”.

Ainda é possível inferir que, ao contrário das perspectivas otimistas sobre as oportunidades que surgirão com a extensão do crédito imobiliário aos pequenos investidores, conforme relatam EGP1 e EGP5, a apreensão dos fatos inerentes às relações entre Estado e setor privado parecem respaldar a diminuição das oportunidades declaradas por EGP3 e EGP2, pois, é o caráter classista do Estado que também bloqueia o fluxo de imóveis para as periferias, ou seja, o governo institui uma diferenciação entre os clientes da sociedade, tomando como tais aqueles setores da população que não têm acesso ao sistema financeiro, e que requerem mecanismos de subsídios diretos, é o caso dos mais carentes que usam o FGTS para compra de imóveis; e os clientes bancários, aqueles potenciais demandantes de moradia com capacidade de pagamento dos créditos, é o caso dos que dispõem renda compatível com os requisitos do financiamento e/ou até mesmo reserva (poupança) bancária.

Pode parecer paradoxal, mas as ações do governo que provocam a estratificação social também acabam gerando para o sistema capitalista a chamada

crise de produção, ou seja, o grande volume de oferta (imóveis “encalhados”) contrapondo-se ao baixo poder aquisitivo da grande massa demandante. Daí entender que, para EGP2, no cenário da atual crise, as oportunidades só se concretizam mediante a criação de diferenciais competitivos. Ou seja, essas diferenças estão nas estratégias que repousam sobre as ofertas, já existentes, para atrair os clientes que dispõem do poder de compra, e não na grande massa descapitalizada pela defasagem salarial e impossibilitada de pertencer aos programas de financiamento habitacional.

Mesmo com os estoques excessivos de imóveis dando o tom da crise que atinge expressivamente o mercado imobiliário brasileiro, é possível reconstituir-se diante das próprias contradições do capitalismo, sobretudo quando estas incongruências são frutos das intervenções do Estado nos processos de organização e reorganização dos espaços urbanos, a fim de produzir e reproduzir novas formações sociais capitalistas. Assim, é através da interferência do Estado classista sobre a sistemática de distribuição da sociedade nestes espaços, que é possível compreender, conforme relato de EGP5, que os novos empreendimentos, a exemplo do *Senior Living* e do *Student Housing*, vão surgindo de acordo com a demanda. Ou seja, mesmo sabendo que estas iniciativas trazem benefícios para sociedade, pois têm o propósito de atender o pessoal da terceira idade e estudantes universitários, não se pode negar que, contraditoriamente, as oportunidades que surgem da própria crise têm suas raízes na injusta divisão econômica e social dos espaços urbanos.

As dissonâncias, apresentadas pelos sujeitos EGP1, EGP2, EGP4 e EGP5, relativas às incertezas entre investir em imóveis com políticas monetárias e fiscais desfavoráveis ao mercado imobiliário ou deslocar o capital para mercados mais promissores, porém estranhos às suas experiências de investimentos, demonstram que o crescimento das vendas de imóveis, a partir de 2009, subsidiado através de incentivos fiscais e da queda nas taxas de juros, desencadeou um processo de massificação do mercado imobiliário, cujas características se reproduzem na falta de educação financeira de muitos dos seus integrantes que, só a partir de 2013, ano que se inicia propriamente a crise imobiliária brasileira, começam a sinalizar suas incompreensões através do receio de investir em outros setores; fato que é constatado na percepção de EGP5, ao relatar que “muitos, com medo de imobilizar

o capital, pensam em investir no mercado financeiro, mas têm receio de perder dinheiro porque não entendem desse negócio”.

As dissonâncias também aparecem para EGP4 e EGP5 na forma de efeitos produzidos por políticas governamentais contracionistas – aumento de impostos e das taxas de juros – que impactam negativamente sobre o mercado imobiliário. Um deles, o desemprego, denuncia o quanto o desaquecimento da economia reflete sobre a elasticidade das camadas mais pobres da população e, por consequência, no aumento do déficit habitacional. Nesse sentido, estes sujeitos percebem que a contenção de gastos com habitação popular, mediante as limitações de financiamentos de imóveis junto às instituições financeiras, significa, indiretamente, menos investimentos para o setor da construção civil, o que impossibilita gerar mais empregos e dinamizar o mercado imobiliário. Então, ciclicamente, há um processo que retroalimenta o desemprego e o transforma em barreira para os negócios imobiliários.

Além do desemprego que também aparece com políticas econômicas excludentes, a crise também alcança a esfera política e desestabiliza a segurança das pessoas que desejam efetivar seus investimentos no mercado nacional, especificamente no setor imobiliário. Nesse aspecto, percebemos que EGP4 e EGP5 referem-se à instabilidade política como fenômeno que passa intranquilidade aos investidores, mas também associam essa volubilidade à atual crise econômica. Essa relação nos leva a inferir que estes sujeitos procuram, ainda que implicitamente, justificar o atual desequilíbrio político a partir dos fatos que se iniciam, no Brasil, com as chamadas políticas governamentais anticíclicas, introduzidas em 2009.

De fato, se hoje os sujeitos EGP4 e EGP5 falam em cobrança de juros e de impostos elevados, em 2009 havia um movimento antagônico com as chamadas políticas monetárias e fiscais expansivas – redução de juros e de impostos. A partir daquele ano, com o propósito de refrear a crise internacional, o governo passa a investir maciçamente em infraestrutura. Acontece que as empresas nacionais não estavam preparadas para atender o crescimento da demanda. Então, os anos que sucederam 2013 são marcados pela incompatibilidade entre produção e consumo, o que houve uma elevação de preços em todos os setores. Na tentativa de conter a inflação, o governo deflagra as chamadas políticas monetárias contracionistas (aumento de juros e de impostos) e tenta intervir nos preços da energia e dos

combustíveis, o que provocou a quebra de muitas estatais e estremeceu a credibilidade do governo.

A recuperação destes acontecimentos permite-nos interpretar que os embates ideológicos de diversos segmentos da política, os quais são apontados por EGP5 como obstáculos para os negócios imobiliários, também são indícios de uma instabilidade política que se originou com os equívocos cometidos na esfera econômica. Assim, este sujeito inicia sua declaração chamando atenção para a falta de investimentos na construção civil e na pequena empresa. Da mesma forma, EGP1 declara existir uma crise econômica que se aflora, ainda mais, por conta da falta de investimentos em infraestrutura; e que esta gera uma insegurança política no país, acarretando, assim, a falta de confiabilidade da população, especificamente dos investidores.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar das crises serem um elemento constitutivo do capitalismo, compreendê-las já não se circunscrevem apenas a diagnósticos econômicos. O processo de acumulação de riqueza também comporta outros conflitos, a exemplo dos distúrbios políticos e/ou socioculturais que exorbitam a esfera das relações de trocas materiais (econômica). Nesse sentido, as investigações foram conduzidas através de procedimentos metodológicos e de bases teóricas que permitissem analisar as concepções dos entrevistados sem restringi-las a interpretações excepcionalmente econômicas.

Nessa perspectiva, Como força objetiva, a percepção dos sujeitos pesquisados se volta para a importância de se investir em infraestrutura como forma de aquecer o mercado, sobretudo os negócios imobiliários, e reorganizar a economia.

Como contradição social, os sujeitos da pesquisa percebem apenas que as pessoas são indiferentes a decisões governamentais e que estas deveriam ser submetidas a consultas populares, pois repercutem diretamente no lado socioeconômico das pessoas.

No que se refere à percepção da crise (segunda categoria), duas observações merecem destaque: a primeira delas chama a atenção para o comportamento da crise que, em ciclos econômicos intermitentes, caracterizam-se como distúrbios que se deslocam entre a esfera econômica e alcança o domínio político. Tal movimento traz como consequência a insegurança das pessoas que pretendem investir no país, os efeitos destas incertezas reverberam-se sobre os negócios imobiliários.

A segunda observação, a qual pode ser compreendida como um complemento da primeira é dado ao fato de que, para os sujeitos da pesquisa, a atual crise se manifesta apenas como problemas pontuais. É o caso das perturbações (desaquecimento das vendas) no mercado de imóveis que são oriundas de políticas monetárias contracionistas, como aumento das taxas de juros e/ou elevação da carga tributária.

No aspecto referente às oportunidades e dissonâncias que emergem da crise, constatou-se que, em relação às primeiras, os estudantes são unânimes ao

considerarem o PMCMV como um dos grandes atrativos do mercado imobiliário, investimentos proporcionados tanto às pessoas físicas quanto jurídicas.

Ainda sobre oportunidades, alguns estudantes compreendem que, no atual cenário de crise econômica, os estímulos à venda de imóveis configuram-se como diferenciais competitivos. Estes se revelam através de incentivos monetários e pela criação de novos padrões construtivos. Contudo, é da própria crise do setor imobiliário, assinalada pela desaceleração da construção civil, que também se extraem nichos demandantes de imóveis avulsos.

Quanto às dissonâncias, os estudantes percebem que investidores ficam duvidosos entre permanecer investindo no mercado de imóveis que enfrenta políticas monetária e fiscal restritivas, ou partir para outros negócios promissores, ainda que estes sejam estranhos ao know-how dos que aplicam seus capitais naquele mercado. As restrições concernentes às altas taxas de juros e a elevação de impostos também impactam, de forma negativa, sobre as decisões dos consumidores.

Outras variáveis como o desemprego e a instabilidade política brasileira também representam obstáculos para a dinâmica dos negócios imobiliários. São entraves que desencadeiam, tanto nos investidores como consumidores, dissonâncias, ou seja, desarmonias ou discordâncias que aparecem nos relatos dos entrevistados nas formas de medo ou dúvidas de investir no mercado imobiliário.

Uma limitação da pesquisa reside no fato de que os participantes foram escolhidos de forma intencional, buscando apenas os que já possuíam experiência, atividades laborais no mercado imobiliário, e que constituíram ciclos de debates, durante o período de 2013 a 2015, a respeito do declínio dos negócios imobiliários como reflexos dos distúrbios político-econômicos no Brasil e no exterior.

Como sugestão para novas pesquisas, face ao crescente número de instituições públicas e privadas que ofertam cursos de formação em gestão de negócios imobiliários, apontamos a necessidade de se buscar uma amostra mais elástica de estudantes que seja independente da experiência adquirida com o mercado de imóveis; porém, assim como os que aqui foram entrevistados, apresentem um vasto conhecimento sobre o tema.

Dessa forma, o estudo em questão tem sua relevância, tanto para a academia como para a sociedade, ao possibilitar um olhar crítico sobre o fenômeno em tela,

pois possibilita uma emancipação dos velhos conceitos que já não se sustentam enquanto proposta de transformação da realidade.

Também traz como importância o conhecimento sobre novos paradigmas, a exemplo dos modelos incipientes de empreendimentos imobiliários que emergem dos profissionais do mercado de imóveis e são caracterizados como fórmulas reagentes aos cenários de crise.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, P. R. de. **A crise econômica internacional e seu impacto no Brasil**. Disponível em:<<http://www.imil.org.br/artigos/a-crise-economica-internacional-e-seu-impacto-no-brasil/>>. Acesso em: 19 mar. 2016.
- ÀVILA, Leandro. A crise imobiliária no Brasil: a hora é de comprar ou vender imóveis. Disponível em:<<https://www.clubedospoupadores.com/imóveis/cris>>. Acesso em: 26 abr. 2016.
- ARRIGHI, Giovanni. **O Longo Século XX: Dinheiro, poder e as origens do nosso tempo**. 1. ed. Rio de Janeiro: Contraponto Editora Ltda, 1996.
- BALL, M. London and property markets: a long-term view. **Urban Studies**, v.33, n.6, p. 859-877, 1996.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Tradução L.de A. Rego & A. Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 2011.
- BARROS, Marcelo. **O auge e a queda do mercado imobiliário em uma década**. Disponível em:<[http://g1.globo.com/especial – publicitário /zap/imov](http://g1.globo.com/especial-publicitario/zap/imov)>. Acesso em: 15 abr. 2016.
- BATISTA, Paulo Nogueira. *O consenso de Washington e a visão neoliberal dos problemas latino-americanos*. Em LIMA SOBRINHO, Barbosa et alli. Em defesa do interesse nacional: desinformação e alienação do patrimônio público. São Paulo, Paz e Terra, 1994.
- BECK, Ulrich. **O que é globalização?** Tradução André Carone. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- BELLUZZO, Luis. G. M. O dólar e os desequilíbrios globais. 2005. **Revista de Economia Política**, V.25, n.3, jul-set, Brasil, São Paulo, pp. 49-65.
- BORÇA JR. G.R. e TORRES FILHO, E.T. 2008, “Analisando a crise subprime”. **Revista do BNDES**.n. 30, dez. BNDS, Brasil, Rio de Janeiro.
- BOTELHO, A. Relações entre o financiamento imobiliário e a produção do espaço na cidade de São Paulo: casos de segregação e fragmentação espaciais. Scripta Nova. **Revista eletrônica de geografia e ciências sociais**. Barcelona: Universidade de Barcelona, 1 de Agosto de 2005, vol. IX, n. 194 (18). Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-194-18.htm>>. Acesso em: 13 fev. 2016.
- BRENNAND, Edna Gusmão de Góes. Democracia e construção do espaço público em Jürgen Habermas. In: MEDEIROS, José Washington; _____. (orgs). **Diálogos com Jürgen Habermas**. João Pessoa-PB: Editora Universitária da UFPB, 2006, p. 31-45.
- BERTALANFFY, Ludwig Von. **Teoria Geral dos Sistemas: fundamentos, desenvolvimento e aplicações**. Tradução de Francisco M. Guimarães, Petrópolis: Vozes, 2008.

BEINSTEIN, Jorge. **O conceito de crise em princípios do século XXI**. Buenos Aires, novembro, 2005. Disponível em: <http://resistir.info/argentina/beinstein_crise_deca>. Acesso em 26/09/2016.

CARVALHO, Fernando J. C. Entendendo a recente crise financeira global. In: **Dossiê da crise I**. 2008. Disponível em: <<http://www.ppge.ufrgs.br/akb/dossie-crise-I.pdf>> Acesso em: 11 fev. 2016.

CARVALHO, Waldênia Leão de. O poder da linguagem na construção do sujeito ético. In: Edna G. de G. Brennand; José Washington M. Medeiros (Org.). **Diálogos com Jürgen Habermas**. João Pessoa-PB: Editora Universitária da UFPB, 2006, p. 87-110.

CASTELLS, Manuel. **A Galáxia Internet**: Reflexões sobre internet, negócios e sociedade. 2. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2007.

_____. **A Sociedade em Rede**. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

CANO, W. **A desindustrialização no Brasil**. In: Texto para discussão. IE/UNICAMP: Campinas, n. 200, jan. 2012.

CHESNAIS, François. **A Mundialização do Capital**. São Paulo: Xamã, 1997.

CARVALHO, Alba Maria Pinho de. O Brasil no século XXI: inserção no capitalismo financeirizado e posição na geopolítica da América Latina. In: COLÓQUIO BRASIL: revolución pasiva o modernización conservadora?, 2013 Cidade do México. **Anais...** Cidade do México: UNAM, 2013. Proyecto PAPIIT.

CERVO, A. C. BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

CHIAVENATO, **Introdução à teoria da administração**: uma visão abrangente da moderna administração das organizações. 7.ed.Rio de Janeiro: Campus, 2003.

COSTA, E. **A crise mundial do capitalismo e as perspectivas dos trabalhadores**. Disponível em:<<http://www.resistir.info/>>. Acesso em: 12 mar. 2016.

DANTAS, Rodrigo, **Economia política do imobiliário**: o programa minha casa minha vida e o preço da terra urbana no Brasil. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) – SP, 2012.

DEMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais**. 3a Ed., São Paulo, Atlas, 1995.

DIEHL, Astor Antônio. **Pesquisas em ciências sociais aplicadas**: métodos e técnicas. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

DOBB, Maurice. **Economia History**, São Paulo: Abril Cultural, 3. ed. 1993.

DOLLFUS, Oliver. Geopolítica do Sistema-Mundo. In: SANTOS, Milton, SOUZA, Maria Adélia A. de, SCARLATO, Francisco C., ARROYO, Mónica (Org.). **O novo mapa do mundo: fim de século e globalização**. São Paulo: Hucitec/Annablume, 2002.

FACHIN, O. **Fundamentos de metodologia**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

FILGUEIRAS, Luiz. A crise do mercado imobiliário dos EUA e suas implicações para a economia brasileira. **Revista Conjuntura & Planejamento Econômico**. Salvador, n. 156, p. 88-93, jul./set. 2008.

FIX, M. A. B. **Financeirização e transformações recentes no circuito imobiliário no Brasil**. 2011. 588 f. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, UNICAMP.

FREITAS, Eduardo. **Os problemas derivados do capitalismo**. 2012. Disponível em: <http://www.mundoeducacao.com.br/geografia/os-problemas-derivados-capitalismo.htm>. Acesso em: 21/04/16.

FONSECA, J. S. **Metodologia da Pesquisa Científica**. Universidade Estadual do Ceará. 2002.

FREITAG, Bárbara. Habermas e a teoria da modernidade. In: **Cad. CRH**. Salvador. 22, p. 138-163, jan/jun, 1995.

FIORI, José Luís. Consenso de Washington. *A construção da matriz neoliberal e suas políticas para a América Latina*. 1996. (Apresentação de Palestra no Centro Cultural Banco do Brasil – 04.09.1996). Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/direitosglobais/textos/concensow.htm>. Acesso em: 16 de set. de 2016.

GALBRAITH, John Kennet. **Uma Breve História da Euforia Financeira**. São Paulo: Pioneira, 1992.

GALARZA, Napoleon Saltos. Crisis capitalista y alternativas contrahegemónicas. **Revista Políticas Públicas**, São Luís, n. esp., p.61-70, 2014. Tradução livre.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GALVÃO, Antonio Mesquita. **Ética cristã e compromisso político**. ed. Ave Maria, 1996.

HABERMAS, J. **Teoría de la acción comunicativa**. Vol. II. Tradução de Manuel Jimenez Redondo. Madrid: Taurus, 1987.

_____. **A crise de legitimação no capitalismo tardio**. Tradução Vamireh Chacon. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1980.

HARVEY, David. **Os enigmas do capital e a crises do capitalismo**. 3.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

_____. **O novo imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2004

_____. **Condição Pós-Moderna**. 6. ed. São Paulo: Loyola, 1998.

HELD, David. Habermas' theory of crisis in late capitalism. In: **The Frankfurt School**. Critical assessments. London: Routledge, 1984, p.241.

HERRERO, F. Javier. Racionalidade comunicativa e modernidade. In: **Revista Síntese**, n. 37, 1986, jul-set, Brasil, Petrópolis, pp.13-32.

HOFFMAN, R. Análise de conteúdo: da teoria à prática em pesquisas sociais aplicadas às organizações. **Revista interinstitucional de psicologia**, n.6, jul-dez, 2013, 179-19.

HORKHEIMER, Max. **Eclipse da Razão**. Rio de Janeiro: Labor do Brasil, 1976.

IANNI, Octavio. **Teorias da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

KEANE, J. **Public Life and Late capitalismo**: Toward a socialist theory of democracy. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico**. Marina de Andrade Marconi, Eva Maria Lakatos. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A Construção do Saber**: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: ARTMED; Belo Horizonte: UFMG, 1999.

LEFEBVRE, Henri. **A re-produção das relações sociais**. Porto: Publicações Escorpião, 1973.

LAPLANE, M. e SARTI, F. Prometeu Acorrentado: o Brasil na indústria mundial no início do século XXI. In: Carneiro, R (org.) **A supremacia dos mercados e a política econômica do Governo Lula**. São Paulo: Fapesp-Unesp, 2006.

LÉVY, Pierre. **Mundo e filosofia**, Paris, Odile Jacob, 2000, p.84-86.

LESBAUPIN, I. & MINEIRO, A. **O desmonte da Nação em dados**. Petrópolis: RJ: Vozes, 2002.

LIPIETZ, Alain. **Audácia: Uma alternativa para o século XXI**. São Paulo: Nobel, 1989.

MACHADO, Guilherme. **Tendências para o mercado imobiliário em 2016**. Disponível em: <<http://www.guilhermemachado.com/tendências>>. Acesso em: 14 maio 2016.

MARCUSE, Herbert. **Ideologia da sociedade industrial**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

_____. **One-dimensional man**. Boston: Beacon, 1968.

MARQUES, W. História do mercado imobiliário brasileiro nos últimos 50 anos. **Ademi News**, Recife, ano 7, n. 65, jan/maio 2007. Disponível em: <<http://www.ademi-pe.com.br/noticias/ademinews/n65/news04.html>>. Acesso em: 19 abr. 2016.

MOITA, Filomena Maria Gonçalves da Silva Cordeiro. A ação comunicativa como possibilidade de uma ação interdisciplinar no Curso de Pedagogia. In: Edna G. de G. Brennand; José Washington M. Medeiros (Org.). **Diálogos com Jurgen Habermas**. 1ed. João Pessoa: Editora da UFPB, 2006, p. 211- 222.

MINAYO, Maria Cecília de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 3.ed. São Paulo: Hucitec/Rio de Janeiro: Abrasco, 1996.

MEDEIROS, José Washington de Moraes. Ação comunicativa e inter-atividades em processos educativos. In: BRENNAND, Edna Gusmão; _____. (orgs). **Diálogos com Jürgen Habermas**. João Pessoa-PB: Editora Universitária da UFPB, 2006, p. 69-86.

_____. **A racionalidade comunicativa como ágora de processos educativos emancipatórios**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, Brasil, 2008.

MÉDIA, Dominique. **O que é a riqueza?** Paris, Aubier, 1999, p.136.

OFFE, Claus. **Problemas estruturais do Estado capitalista**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

PAIVA, Cláudio. **A diáspora do capital imobiliário, sua dinâmica de valorização e a cidade no capitalismo contemporâneo**: A irracionalidade em processo. Tese (Doutorado em Economia) - Instituto de Economia, UNICAMP, São Paulo, 2007.

PAULANI, Leda Maria. *‘O grande erro foi apostar no setor privado como gatilho do desenvolvimento’* (Apresentação de palestra no Sindbancários – 11.11.2015). Disponível em: <http://www.dmtdebate.com.br/leda-paulani-o-gr>>. Acesso em: 13 de out. de 2016.

PLANT, Raymond. Juergen Habermas and the idea of legitimation crisis. In: **European Journal of political research**. Amsterdam, 1982, n. 10, p.344.

PIZZA, W. Jr. Razão substantiva. **Revista de Administração Pública**, 1994, 28(2), 7-14.

REVISTA EXAME. **Senior Living e Student Housing**: novos modelos de empreendimentos imobiliários. Acesso em 30/07/2016. <http://exame.julho.com.br/seu-investimentos/noticias/imoveis-modelos>

RICHARDSON, R.J. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 2008.

RODRIGUES, Rui Martinho. **Pesquisa Acadêmica**: Como Facilitar o processo de preparação de suas etapas. São Paulo: Atlas, 2007.

SCHMIDT, Mario Furley. **Nova História Crítica**. ed. nova geração, 2005.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000. 236 p.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23.ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

SAMPAIO Jr., P. A. Desafios do momento histórico e lições do governo Lula. In: PAULA, J. A. (org.). **Adeus ao desenvolvimento** – a opção do governo Lula. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

SINGER, Paul. “O mistério do inter-relacionamento entre finanças e a economia de produção”. In: Sister, Sérgio (org.) 2009. **O abc da crise**. São Paulo: Perseu Abramo.

SOUZA, Maria Adélia A. de. Geografias das desigualdades: globalização e fragmentação. In SANTOS, Milton, SOUZA, Maria Adélia A. de, SCARLATO, Francisco Capuano, ARROYO, Mónica (Org.). **O novo mapa do mundo**: fim de século e globalização. São Paulo: Hucitec/Annablume, 2002.

SENRA, Álvaro de Oliveira. Após Geisel: Crise do desenvolvimento e afirmação do neoliberalismo no Brasil. In: Adriano de Freixo; Oswaldo Munteal Filho (Org.). **A Ditadura em Debate**: Estado e Sociedade nos Anos do Autoritarismo. 1 ed. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2005, v. 1, p. 123-150.

TOURRAINE, A. **Pourrons nous vivre ensemble?** Paris: Fayard, 1997.

TRIVINOS, A.N.S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

WEBER, Max. **A Ética Protestante e o Espírito do capitalismo**. São Paulo: Pioneira, 1967.

ANEXOS

ANEXO 1



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DE ENSINO – CAMPUS JOÃO PESSOA**

Ao Sr. Washington César de Almeida Costa
Diretor de Desenvolvimento de Ensino

Eu, Raimundo Silveira Filho, Brasileiro, Casado, Técnico Administrativo, Matrícula-11000478, CPF 467730-00, RG nº 1054617, residente à Rua Severino Xavier de Souza31, Apt. 304, na condição de aluno regularmente matriculado (Mat: 2015103090) do Mestrado Profissional em Gestão das Organizações Aprendentes da Universidade Federal da Paraíba, e que encontro-me desenvolvendo projeto de dissertação cujo título é **SISTEMA EM CRISE OU CRISE DO SISTEMA? Repercussões para os negócios imobiliários por seus próprios atores**, sob a orientação do Professor Dr. José Washington de Moraes Medeiros, vem respeitosamente à presença de Vossa Senhoria requerer informações relativas ao quantitativo de alunos, matriculados e egressos, concernentes ao período de 2005.1 a 2016.1.

Limitado ao exposto, fique com meus votos de estima e consideração.

João Pessoa, 05 de Janeiro de 2017


Raimundo Silveira Filho

ANEXO 2

 Comitê de Ética em Pesquisa do IFPB	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA -			
PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP				
DADOS DO PROJETO DE PESQUISA Título da Pesquisa: O SISTEMA EM CRISE OU CRISE DO SISTEMA? repercussões para os negócios imobiliários por seus próprios atores Pesquisador: RAIMUNDO SILVEIRA FILHO Área Temática: Versão: 1 CAAE: 61065716.8.0000.5185 Instituição Proponente: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DA PARAIBA Patrocinador Principal: Financiamento Próprio DADOS DO PARECER Número do Parecer: 1.797.017 Apresentação do Projeto: Esta investigação tem por objetivo analisar a concepção de crise no contexto dos negócios imobiliários, partindo do seguinte problema: como a concepção de crise emerge e se estrutura no contexto dos negócios a partir da concepção/percepção de gestores e estudantes do mercado de imóveis, em João Pessoa-PB? Em termos metodológicos, trata-se de uma pesquisa de campo, fundamentada na abordagem qualitativa, distinguindo-se como pesquisa descritiva e com procedimentos bibliográficos. Para o alcance dos objetivos será aplicado como instrumento de coleta de dados uma entrevista semiestruturada individualizada, e a análise de dados será fundada nos procedimentos da análise de conteúdo. O universo diz respeito aos gestores potenciais – Estudantes do curso Superior de Tecnologia em negócios imobiliários do Campus João Pessoa (IFPB) – que também se inserem no contexto dos negócios imobiliários desta capital (João Pessoa-PB). Assim, os sujeitos da pesquisa serão formados por 10 estudantes que desempenham atividades diretas ou correlatas com o mercado de imóveis. Objetivo da Pesquisa: Objetivo Primário: Analisar a concepção de crise no contexto dos negócios imobiliários em João Pessoa-PB. 				
<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="width: 40%; font-size: small;"> Endereço: Avenida João da Mata, 256 - Jaguaribe Bairro: Jaguaribe UF: PB Município: JOAO PESSOA Telefone: (83)3612-9725 </td> <td style="width: 60%; font-size: small;"> CEP: 58.015-020 E-mail: eticaempesquisa@ifpb.edu.br </td> </tr> </table>			Endereço: Avenida João da Mata, 256 - Jaguaribe Bairro: Jaguaribe UF: PB Município: JOAO PESSOA Telefone: (83)3612-9725	CEP: 58.015-020 E-mail: eticaempesquisa@ifpb.edu.br
Endereço: Avenida João da Mata, 256 - Jaguaribe Bairro: Jaguaribe UF: PB Município: JOAO PESSOA Telefone: (83)3612-9725	CEP: 58.015-020 E-mail: eticaempesquisa@ifpb.edu.br			

ANEXO 3

	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA -	
---	---	---

Continuação do Parecer: 1.797.017

Objetivo Secundário: - Discutir o conceito de crise como força objetiva ou contradição do sistema social (integração sistêmica/ integração social), no capitalismo tardio. Averiguar a percepção dos alunos, que já atuam em processos de gestão, sobre dissonâncias e oportunidades da crise para o mercado de imóveis. - dimensionar a percepção que estudantes do curso de Técnicos em Negócios Imobiliários do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB) constroem sobre crise durante o processo formativo.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos: Embora o tipo da amostra seja intencional, isto devido a complexidade do tema abordado, alguns estudantes poderão se sentir limitados a responder determinadas questões; o que causa certo desconforto. No entanto, para evitar tal situação, ficará definido no "TCLE" que os inquiridos terão, antecipadamente, a anuência das questões e o esclarecimento de que não estão sob a obrigação de respondê-las. **Benefícios:** Para a sociedade, assim como para os entrevistados, a importância desta entrevista repousa na perspectiva de se construir, com maiores proporções consensuais, um acervo de informações capaz de explicar o fenômeno "crise" que perpassa o capitalismo contemporâneo e reflete, substancialmente, no mercado imobiliário do Brasil. Benefício que também recai na possibilidade de emancipar-se dos velhos conceitos que já não se sustentam enquanto propostas de transformação da realidade.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa apresenta significativa relevância, na medida em que se propõe a obtenção de conhecimentos sobre o fenômeno crise de forma a analisar esse fenômeno no contexto dos negócios imobiliários em João Pessoa-PB.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os termos de apresentação obrigatória se fazem presentes e adequadamente preenchidos e estão assim discriminados: folha de rosto; TCLE; cronograma; orçamento; critérios de inclusão; instrumento de coleta de dados (roteiro de entrevista).

Recomendações:

Não há.

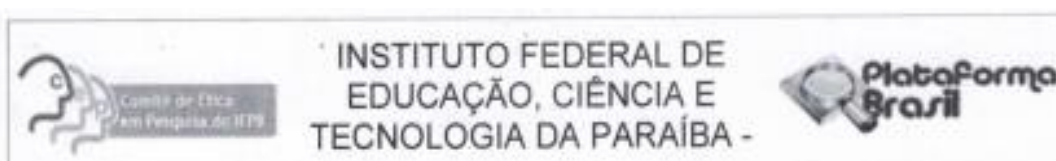
Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Após avaliação do parecer apresentado pelo relator, o Comitê de Ética em Pesquisa do IFPB



Endereço: Avenida João da Mata, 256 - Jaguaribe	CEP: 58.015-020
Bairro: Jaguaribe	
UF: PB	Município: JOAO PESSOA
Telefone: (83)3612-9725	E-mail: eticaempesquisa@ifpb.edu.br

ANEXO 4



Continuação do Parecer: 1.797.017

discutiu sobre os diversos pontos da análise ética que preconiza as Resoluções 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde e deliberou o parecer de APROVADO para o referido protocolo de pesquisa.

Informamos ao pesquisador responsável que observe as seguintes orientações:

- 1- O participante da pesquisa tem a liberdade de recusar-se a participar ou retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma e sem prejuízo ao seu cuidado (Res. CNS 466/2012 - Item IV.3.d).
- 2- O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido deve ser elaborado em duas vias, rubricadas em todas as suas páginas e assinadas, ao seu término, pelo convidado a participar da pesquisa, ou por seu representante legal, assim como pelo pesquisador responsável, ou pela(s) pessoa(s) por ele delegada(s), devendo as páginas de assinaturas estar na mesma folha. Em ambas as vias deverão constar o endereço e contato telefônico ou outro, dos responsáveis pela pesquisa e do CEP local e da CONEP, quando pertinente (Res. CNS 466/2012 - Item IV.5.d) e uma das vias entregue ao participante da pesquisa.
- 3- O pesquisador deve desenvolver a pesquisa conforme delineada no protocolo aprovado e descontinuar o estudo somente após análise das razões da descontinuidade por parte do CEP que aprovou (Res. CNS 466/2012 - Item III.2.u), aguardando seu parecer, exceto quando perceber risco ou dano não previsto ao sujeito participante ou quando constatar a superioridade de regime oferecido a um dos grupos da pesquisa (Item V.4) que requeiram ação imediata.
- 4- O CEP deve ser informado de todos os efeitos adversos ou fatos relevantes que alterem o curso normal do estudo (Res. CNS 466/2012 Item V.5).
- 5- Eventuais modificações ou emendas ao protocolo devem ser apresentadas ao CEP de forma clara e sucinta, identificando a parte do protocolo a ser modificada e suas justificativas.
- 6- Deve ser apresentado ao CEP relatório final até 08/01/2017.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_P	11/10/2016		Aceito

Endereço: Avenida João da Mata, 256 - Jaguaribe
 Bairro: Jaguaribe CEP: 58.015-020
 UF: PB Município: JOAO PESSOA
 Telefone: (83)3612-9725 E-mail: eticaempesquisa@ifpb.edu.br

ANEXO 5

 Logo of the Comissão de Ética em Pesquisa do IFPB	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA -	 Logo of Plataforma Brasil
---	---	---

Continuação do Parecer: 1.797.017

Básicas do Projeto	ETO_804727.pdf	20:19:13		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Dissertacao_de_Raimundo_normalizada.docx	11/10/2016 19:58:02	RAIMUNDO SILVEIRA FILHO	Aceito
Outros	Roteiro_da_entrevista.docx	11/10/2016 19:51:25	RAIMUNDO SILVEIRA FILHO	Aceito
Folha de Rosto	folha00.PDF	11/10/2016 19:04:34	RAIMUNDO SILVEIRA FILHO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Termo_de_consentimento_Livre_e_Esclarecido.docx	11/10/2016 18:41:43	RAIMUNDO SILVEIRA FILHO	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

JOAO PESSOA, 29 de Outubro de 2016

Assinado por:

Aleksandro Guedes de Lima
(Coordenador)

Endereço: Avenida João da Mata, 256 - Jaguaribe

Bairro: Jaguaribe

CEP: 58.015-020

UF: PB

Município: JOAO PESSOA

Telefone: (83)3612-9725

E-mail: eticaempesquisa@ifpb.edu.br

APÊNDICE

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Prezado participante,

Você está sendo convidado a participar da pesquisa “O Sistema em Crise ou Crise do Sistema? repercussões para os negócios imobiliários por seus próprios atores”, desenvolvida por Raimundo Silveira Filho, mestrando do Programa de Pós-Graduação em Gestão nas Organizações Aprendentes da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, sob orientação do Professor Dr. José Washington de Moraes Medeiros.

O objetivo central do estudo é: Analisar a concepção de crise no contexto dos negócios imobiliários em João Pessoa-PB. O motivo de sua participação se deve ao fato de você ser estudante de Negócios Imobiliários, Gestor Potencial, e apresenta uma base de formação em permanente compasso com o mercado. Sua participação é voluntária e você tem plena autonomia para decidir se quer ou não participar, bem como retirar sua participação a qualquer momento. Você não será penalizado de nenhuma maneira caso decida não consentir sua participação, ou desistir do seu consentimento, contudo, sua colaboração é muito importante para o alcance dos objetivos desta pesquisa.

A sua participação consistirá em responder perguntas de um roteiro de entrevista semiestruturada que abordará questões inerentes à crise no contexto dos negócios imobiliários em João Pessoa-PB. A entrevista será realizada em local reservado e os dados da gravação serão transcritos e armazenados em arquivos digitais, com permissão de acesso somente aos executores deste estudo e seu orientador.

Com a sua colaboração nesta pesquisa, você não terá benefício pessoal direto e imediato, mas a sua participação proporcionará a obtenção de dados que permitirão novas reflexões acerca do fenômeno crise e que subsidiarão na sua formação educativa, junto à comunidade acadêmica, organizações, e toda sociedade.

Em decorrência de sua participação nesta pesquisa, você poderá se sentir desconfortável ou constrangido em responder algum dos questionamentos. Para minimizar qualquer incômodo, você pode se recusar a responder a qualquer pergunta durante a entrevista. Ressaltamos que os resultados desta pesquisa serão

de conhecimento público, com possível publicação em eventos de cunho acadêmico e científico, porém, asseguramos que o seu nome não será identificado em nenhum momento deste estudo.

Este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido é redigido em duas vias, sendo uma para o participante e outra para o pesquisador. Todas as páginas do documento serão rubricadas pelo participante da pesquisa e pelo pesquisador responsável, com exceção da última página, onde serão apostas ambas as assinaturas. .

Para qualquer outra informação sobre esta pesquisa, você poderá entrar em contato com o pesquisador responsável pelo telefone (83) 98783-9888, e-mail raisilveirajp@hotmail.com. Em caso de dúvida quanto à condução ética do estudo, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do IFPB através dos seguintes canais de comunicação: telefone (83) 3612-9725, e-mail eticaempesquisa@ifpb.edu.br, endereço Avenida João da Mata, 256, Jaguaribe, João Pessoa-PB.

Consentimento Pós-Informação

Eu, _____ abaixo assinado, fui devidamente esclarecido quanto os objetivos da pesquisa, aos procedimentos aos quais serei submetido e os possíveis riscos decorrentes da minha participação. Diante do exposto, aceito livremente participar do estudo intitulado O Sistema em Crise ou Crise do Sistema? Repercussões para os negócios imobiliários por seus próprios atores, desenvolvido pelo pesquisador Raimundo Silveira Filho, sob a orientação da Professor Dr. José Washington de Moraes Medeiros.

João Pessoa, _____ de _____ de _____.

.

Assinatura do participante

Assinatura do pesquisador responsável

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO NAS
ORGANIZAÇÕES APRENDENTES**

Você está sendo convidado a participar dessa pesquisa, que tem como objetivo analisar a concepção de crise no contexto dos negócios imobiliários em João Pessoa – PB. Todas as informações coletadas serão utilizadas somente pelo pesquisador a fim de atender os objetivos da pesquisa e mantidas em absoluto sigilo, assegurando assim sua confidencialidade e privacidade dos que tomarem parte na pesquisa. Os dados poderão ser utilizados durante encontro e debates científicos e publicados, preservando o anonimato dos participantes.

Obrigado pela atenção!

Perfil sociodemográfico:

Nome _____

1 - Idade:

- () Entre 20 a 24 anos () Entre 25 a 29 anos () Acima de 40 anos
() Entre 30 a 34 anos () Entre 35 a 39 anos

2 - Estado Civil:

- () solteiro(a) () viúvo(a) () outros
() casado(a) () separado(a) / divorciado(a)

3 - Sexo _____

4 - Formação acadêmica _____

5 - Cargo/Atividade na Empresa _____

6- Tempo de Profissão _____

7 - Regime de Trabalho:

- () 20 Horas () 40 Horas () Dedicação exclusiva

8 - Exerceu outro cargo/atividade anteriormente?

- () sim não () Qual _____

9 - Como ingressou no ramo de negócios imobiliários?

- () Indicação de amigo () estágio outros _____

Roteiro da entrevista:

1. O que você entende por crise?
2. Para você, por que pode se falar, hoje no Brasil, em crise?
3. Para você, como decisões políticas podem interferir no mercado imobiliário?
4. Como a crise Brasileira tem afetado seu trabalho?
5. Como a crise econômica tem modificado o mercado imobiliário?

6. Diante dessa crise econômica, como é possível ofertar imóveis para pessoas de baixa renda?
7. Em tempo de crise econômica-política como a atual, por que investir em imóveis?
8. Como adequar, em tempo de crise, as ofertas do mercado imobiliário às escolhas do consumidor?
9. Como o diálogo entre profissionais de N.I e consumidores de imóveis pode contribuir para superar a crise?
10. Para você, como a educação financeira das pessoas pode ajudar o mercado imobiliário brasileiro a sair da crise?
11. Em sua concepção, que oportunidades para os negócios imobiliários podem surgir a partir da crise?
12. Diante da atual crise, quais ações governamentais podem ser exploradas como oportunidades para o mercado imobiliário?
13. Que estratégias próprias a empresa que você atua está adotando como saída possível ou adaptação à crise?
14. Em face da atual crise, como o estilo de vida das pessoas pode servir de aprendizagem para o profissional de N.I?